

Relatório de Gestão

2022



Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação



Prestação de Contas
Ordinária Anual.

Maurício Augusto Coelho

Diretor-Presidente Substituto¹

Maurício Augusto Coelho

Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

Pedro Pinheiro Cardoso

Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

Felipe Bimbato Rodrigues

Coordenador-Geral de Gestão e Tecnologia da Informação Substituto – CGGTI²

Alexandre Munia Machado

Procurador Federal Chefe – PFE/ITI

¹ Esclarecemos que no ano de 2022, o Sr. Carlos Roberto Fortner foi o Diretor-Presidente deste ITI.

² Esclarecemos que no ano de 2022, o Sr. Ricardo Ferri Conzatti foi o Coordenador-Geral de Gestão e Tecnologia da Informação - CGGTI, deste ITI.

Relatório de Gestão

2022

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República

Em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, às disposições da IN TCU nº 84/2020, de 22 de abril de 2020, da DN TCU nº 187/2020, de 09 de setembro de 2020, e às demais orientações do Órgão de Controle Interno, referente ao exercício de 2022, para remessa ao Tribunal de Contas da União.

O Relatório de Gestão registra as principais ações realizadas por esta Autarquia no exercício referido, reunindo as ações de cunho administrativo e finalístico do Instituto, em sintonia com os objetivos do Plano Estratégico do ITI para o período de 2019-2022, que traduzem os esforços deste ITI para cumprir sua missão institucional de forma cada vez mais efetiva, eficaz e eficiente, além de demonstrar o seu nível de governança, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica e ambiental.

Índice

Tabela 1 | Proposta de valor aos clientes

Tabela 2 | Quantitativos de solicitações via SIC

Tabela 3 | Quantitativo de solicitações via e-SIC

Tabela 4 | Temas das solicitações

Tabela 5 | Quantitativo de Manifestações via e-OUV

Tabela 6 | Ações e Cronograma PDA

Tabela 7 | Base de Dados e Cronograma de Publicação

Tabela 8 | Atividades de Integridade de Compliance

Tabela 9 | Atividades de Correição e Apuração

Tabela 10 | Acórdãos TCU

Tabela 11 | Recomendações de controle interno

Tabela 12 | Operações realizadas no âmbito da DINFRA em 2022

Tabela 13 | Assinaturas eletrônicas avançadas realizadas em 2022

Tabela 14 | Certificados Digitais Avançados Emitidos em 2022

Tabela 15 | Aplicações públicas integradas via API em ambiente de Produção

Tabela 16 | Aplicações públicas integradas via API em ambiente de Homologação

Tabela 17 | Atividades DAFN

Tabela 18 | Emissões de Certificados

Tabela 19 | Ranking das 10 Autoridades Certificadoras – ACs que mais emitiram certificados no ano de 2022**

Tabela 20 | Quadro Comparativo Execução 2019 a 2022

Tabela 21 | Força de trabalho da unidade - situação em 31/12/2022

Tabela 22 | Distribuição da lotação efetiva

Tabela 23 | Despesas de pessoal

Tabela 24 | Composição do Quadro de estagiários

Tabela 25 | Contratações realizadas em 2022, por modalidade

Tabela 26 | Aquisições/Contratações realizadas em 2022 por natureza do objeto

Tabela 27 | Aquisições/Contratações realizadas por Áreas Gestoras

Tabela 28 | Aquisições/Contratações realizadas por Áreas Requisitantes

Tabela 29 | Contratos Fiscalizados

Tabela 30 | Entrada Orçamentária

Tabela 31 | Passagens aéreas concedidas

Tabela 32 | Suprimento de Fundos 1

Tabela 33 | Suprimento de Fundos 2

Tabela 34 | Suprimento de Fundos 3

Tabela 35 | Suprimento de Fundos 4

Tabela 36 | Resumo do Planejamento da Contratação

Tabela 37 | Custeio / Investimento

Tabela 38 | Principais Sistemas de Informação

Tabela 39 | Energia Elétrica

Tabela 40 | Consumo de Água

Tabela 41 | Serviço de Contabilidade - SECON

Tabela 42 | Resumo Balanço Orçamentário

Tabela 43 | Resumo Balanço Financeiro

Tabela 44 | Resumo Variações Patrimoniais

Tabela 45 | Resumo Variações Patrimoniais

Tabela 46 | Resumo Fluxo de Caixa

Índice

Figura 1 | Identidade estratégica

Figura 2 | Valores do ITI

Figura 3 | Organograma

Figura 4 | Modelo de governança

Figura 5 | Cadeia de valor

Figura 6 | Mapa Estratégico

Figura 7 | Painel de Bordo – Visão Mapa Estratégico

Figura 8 | Painel de bordo, visão indicadores estratégicos

Figura 9 | Variação do ISC nos últimos 5 anos

Figura 10 | Comparativo DAFN

Figura 11 | Estrutura da ICP-BRASIL em 31/12/2022



Índice

Gráfico 1 | SIC

Gráfico 2 | Manifestações Processadas

Gráfico 3 | Temas das solicitações – TOP 10

Gráfico 4 | Quantitativo de Manifestações via e-OUV

Gráfico 5 | Ranking de emissões por tipos de Certificados no ano de 2022***

Gráfico 6 | Estrutura da ICP-BRASIL em 31/12/2022

Gráfico 7 | Contratações Realizadas

Gráfico 8 | Total de Pagamentos realizados

Sumário

- 1. Mensagem do Diretor-Presidente**
- 2. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo**
 - 2.1.** Identificação da unidade prestadora de contas
 - 2.2.** Identidade Estratégica
 - 2.2.1.** Os valores do ITI
 - 2.2.2.** A proposta de valor aos clientes
 - 2.3.** Estrutura Organizacional
 - 2.4.** Estrutura de Governança
 - 2.5.** Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)
 - 2.6.** Ambiente Externo
- 3. Riscos, Oportunidades e Perspectivas**
 - 3.1.** Gestão de Riscos
 - 3.2.** Controles Internos
- 4. Governança, Estratégia e Desempenho**
 - 4.1.** Estratégia
 - 4.2.** Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos
 - 4.3.** Resultados das atividades finalísticas e da gestão
 - 4.3.1.** Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas - DINFRA
 - 4.3.2.** Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização - DAFN
 - 4.4.** Resultados das principais áreas de atuação
 - 4.4.1.** Gestão Orçamentária e Financeira
 - 4.4.2.** Gestão de Custos

- 4.4.3.** Gestão de pessoas
- 4.4.4.** Gestão de Licitações e Contratos
- 4.4.5.** Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- 4.4.6.** Gestão de Tecnologia da Informação
- 4.4.7.** Sustentabilidade Ambiental
- 5.** **Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis**
 - 5.1.** Informações do setor de contabilidade
 - 5.2.** Normas Legais e Técnicas Adotadas nas Atividades Orçamentárias Financeiras e Contábeis
 - 5.3.** Demonstrações contábeis e notas explicativas
- 6.** **Anexos**
- 7.** **Abreviaturas**
- 8.** **Links**

1. Mensagem do Diretor-Presidente

O ano de 2022 marcou o fim de um período desafiador para todo o mundo, onde rotinas de convívio social e de trabalho se viram transformadas pelas restrições impostas pela pandemia da COVID nos anos anteriores. Com o fim das restrições de locomoção e de reunião de pessoas para os mais diversos fins, a normalidade começou a ser restabelecida, sem, porém, deixar de aproveitar as inovações alcançadas. Rotinas de trabalho remoto e todo o ferramental tecnológico necessário para esse fim vieram para ficar, ao provarem sua viabilidade técnica, jurídica e mesmo de sustentabilidade, ao demonstrarem que se pode fazer tanto ou mais de forma remota quanto de forma presencial, com ganhos de produção e eficiência. E nesse contexto, as assinaturas eletrônicas se mostram imprescindíveis, tornando os serviços providos pelo ITI cada vez mais relevantes e estratégicos para o Governo e para a sociedade como um todo. As emissões de certificados digitais ICP-Brasil e avançados Gov.br, bem como, a realização de assinaturas eletrônicas qualificadas ICP-Brasil e avançadas Gov.br apresentaram crescimento contínuo ao longo de todos os meses do ano de 2022.

A necessidade de atuar proativamente, respondendo às demandas urgentes do País e da população, tanto no contexto da transformação digital, quanto na popularização da certificação digital enquanto Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil, com compromisso, precisão e responsividade, reflete a marca do Instituto em executar com competência as políticas públicas que lhe são atribuídas, ao mesmo tempo, garantindo a aderência do seu Plano Estratégico às ações de implementação da Estratégia de Governo Digital, às políticas de certificação e às normas técnicas e operacionais, sempre alinhadas à sustentabilidade financeira e ao nível de confiança esperado pela sociedade.

O crescimento do ecossistema de Certificação Digital ICP-Brasil e das novas atribuições assumidas pela Autarquia no contexto da Plataforma Gov.br (assinaturas eletrônicas avançadas) no ano de 2022 exigiram, mais uma vez, respostas precisas e efetivas, ancoradas na sustentabilidade, no uso responsável dos recursos públicos, na simplificação da vida digital do cidadão e nas melhores práticas de governança deste Instituto.

O esforço envidado em 2022 para o avanço na prestação de serviços e valores agregados ao cidadão são evidenciados neste documento como materialização do firme compromisso da gestão em refletir os projetos, planos

e programas do Governo Federal, ao mesmo tempo, assegurando a eficiência de recursos financeiros e humanos, garantido a transparência governamental e a participação da sociedade na administração pública.

Outrossim, o presente Relatório de Gestão abrange documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com a finalidade de serem apresentados aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual do ITI e, também, garantir que sejam obedecidos os princípios constitucionais.

2. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

2.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI é uma Autarquia Federal, criada por intermédio do Art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, na forma do Decreto nº 11.206, de 26 de setembro de 2022, com a finalidade de ser a Autoridade Certificadora Raiz - AC da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Tornando-se também responsável pelo provimento de Solução de Assinaturas Eletrônicas Avançadas para a Plataforma Gov.br, em conformidade à Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

O ITI atua como Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP-Brasil, a quem compete a atividade normativa no âmbito da ICP-Brasil e, inclusive, se submete ao Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que, por meio do Decreto nº 10.626, de 2021, conferiu ao ITI a possibilidade de coordenação de grupo de trabalho técnico do Conselho Gestor da ICP-Brasil.

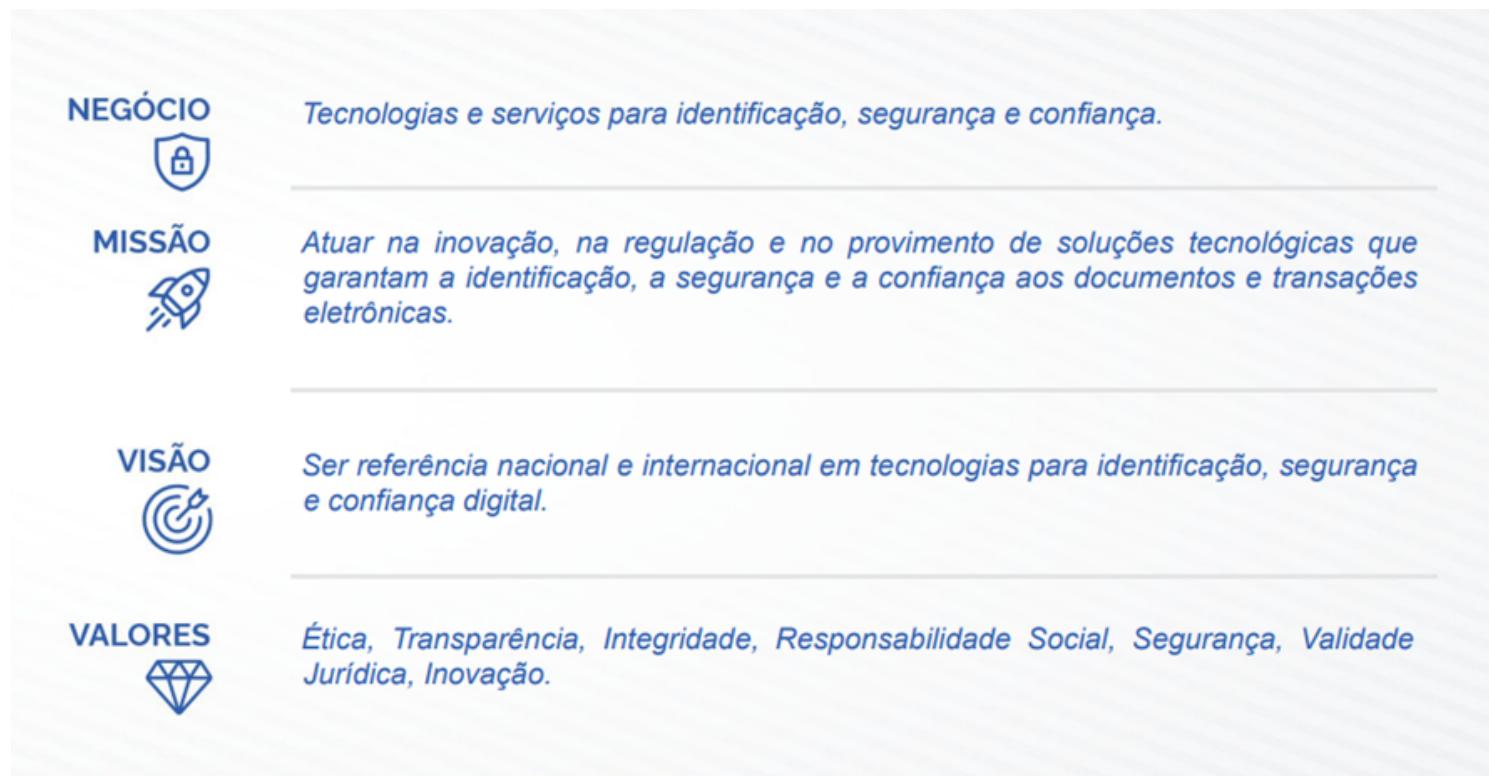
Em 13 de novembro de 2020, com a edição e publicação do Decreto nº 10.543, novas atribuições foram incorporadas ao ITI, sendo elas:

- Em ato conjunto com a Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, definir os padrões criptográficos referenciais para as assinaturas avançadas nas comunicações que envolvam a administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

- Atuar, em conformidade com as políticas e as diretrizes do Governo Federal, junto a pessoas jurídicas de direito público interno no apoio técnico e operacional relacionado à criptografia, à assinatura eletrônica, à identificação eletrônica e às tecnologias correlatas.

2.2. Identidade Estratégica

Figura 1 | Identidade Estratégica



2.2.1. Os Valores do ITI

Os valores representam os princípios que devem nortear as ações e a conduta dos dirigentes, gestores, servidores e todas as partes interessadas das organizações. Eles formam o código de conduta e são

inegociáveis. Compõem os princípios éticos e o esforço moral que deverão ser respeitados enquanto a organização busca cumprir sua missão e atingir os objetivos de sua visão. Eles orientam e impõem limites à tomada de decisões e determinam a forma como a organização se comporta e interage com suas partes interessadas.

Os valores do ITI expressam:

- **Ética:** Padrões de conduta materializados na verdade dos fatos, na honestidade, na moralidade, na coerência e na probidade administrativa.
- **Transparência:** Disponibilização de dados e informações que permitam a avaliação das contribuições e impactos econômicos, sociais e ambientais das atividades, ressalvadas as informações confidenciais.
- **Integridade:** Combate a todo e qualquer mecanismo de corrupção, desvio de finalidade, desperdício de recursos públicos, contratações irregulares e sobreposição de interesse privado ao público.
- **Responsabilidade Social:** Responsabilidade pelos resultados e impactos das ações no meio natural e social afetados, com esforços no sentido de cumprir as obrigações para o bem-estar da coletividade.
- **Segurança:** Soluções com garantia de segurança, integridade, autenticidade e confidencialidade em transações e documentos eletrônicos.
- **Validade Jurídica:** Soluções adequadas às normas legais e regulamentares a fim de que transações e documentos eletrônicos tenham validade jurídica.
- **Inovação:** Soluções inovadoras que garantam identificação, confiança e segurança em transações e documentos eletrônicos.

2.2.2. A proposta de valor aos clientes

Tabela 1 | Proposta de Valor aos Clientes

	Serviços	Clientes alvo	Proposta de valor destacados
1	Certificado digital	Autoridades certificadoras de 1º nível	Disponibilidade, segurança e validade jurídica
2	Assinatura eletrônica de documentos	Cidadãos e órgãos públicos	Disponibilidade, segurança, mobilidade, validade jurídica, interoperabilidade, agilidade, conformidade, integridade, utilidade pública
3	Credenciamento	Órgãos e entidades públicos e as pessoas jurídicas de direito privado	Disponibilidade, segurança, agilidade, credibilidade, conformidade, utilidade pública e validade jurídica
4	Sincronismo e Auditorias de carimbo de tempo	Autoridades de carimbo do tempo	Disponibilidade, segurança, validade jurídica e agilidade
5	Auditoria e fiscalização	Autoridades certificadoras, de registros, de carimbo do tempo e prestadores de serviços de suporte, biométricos e de confiança e auditorias independentes	Disponibilidade, agilidade, conformidade, transparência e Credibilidade
6	Validação de assinaturas eletrônicas	Cidadãos, órgãos públicos, empresas e entidades nacionais e internacionais	Disponibilidade, segurança, interoperabilidade nacional e internacional, conformidade, mobilidade, utilidade pública e validade jurídica
7	Certificação de hardware e homologação de softwares criptográficos	Indústria de hardware e software criptográficos	Segurança, interoperabilidade, agilidade e conformidade

8	Apoio técnico normativo ao Comitê Gestor da ICP-Brasil	Comitê Gestor da ICP-Brasil	Agilidade e conformidade
9	Normatização dos parâmetros criptográficos referentes às assinaturas eletrônicas avançadas em conjunto com a SGD	Entes públicos, privados e sociedade	Agilidade, conformidade e validade jurídica
10	Identificação de objeto (OID)	Autoridades certificadoras, de registros, de carimbo do tempo, prestadores de serviços de suporte, biométricos e de confiança e a sociedade	Disponibilidade, segurança, interoperabilidade e Conformidade
11	Apoio técnico e operacional relacionado à criptografia, às assinaturas eletrônicas, à identificação eletrônica e às tecnologias correlatas	Órgãos públicos	Agilidade, conformidade e validade jurídica

Os clientes valorizam em nossos serviços:

Figura 2 | Valores do ITI



2.3. Estrutura Organizacional

Definida pelos Decreto nº 10.907, de 20 de dezembro de 2021, Decreto nº 11.206, de 26 de setembro de 2022, e detalhada pela Portaria nº 24, de 20 de outubro de 2022, o ITI tem a seguinte estrutura organizacional:

A. Gabinete - GABIN

- a. Coordenação de Comunicação – CCOM**

B. Coordenação-Geral de Inovação, Cooperação e Projetos – CGICP

C. Auditoria Interna – AUDIN

D. Procuradoria Federal Especializada – PFE

- a. Divisão de Assuntos Finalísticos – DIAFI**

E. Coordenação-Geral de Gestão e Tecnologia da Informação – CGGTI

- a. Coordenação de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira – COPEO**

- b. Coordenação de Licitações e Contratos – COLIC**

- c. Coordenação de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional – COGED**

- i. Serviço de Gestão de Pessoas – SEGEP**

- d. Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTIC**

- e. Divisão de Recursos Logísticos – DILOG**

- i. Serviço de Logística Administrativa – SELOG**

- f. Serviço de Contabilidade – SECON**

F. Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

- a. Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança – CGISE**

- i. Coordenação de Infraestrutura Tecnológica – COTEC**

- ii. Coordenação de Segurança – COSEG**

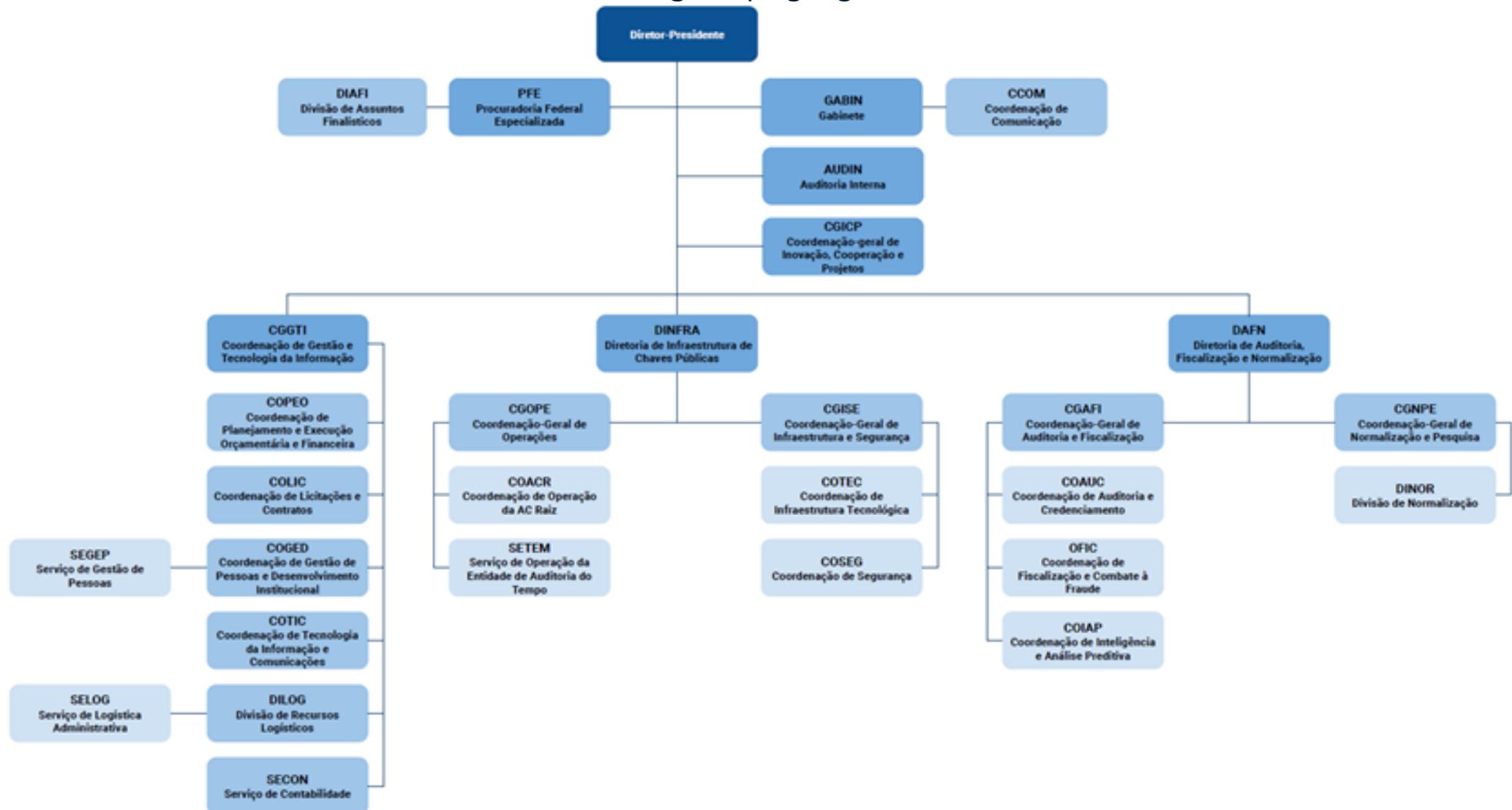
- b. Coordenação-Geral de Operações – CGOPE**

- i. Coordenação de Operação da AC RAIZ – COACR**

- ii. Serviço de Operação da Entidade de Auditoria do Tempo – SETEM**

G. Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

- a. Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização – CGAFI**
 - i. Coordenação de Auditoria e Credenciamento – COAUC**
 - ii. Coordenação de Fiscalização e Combate à Fraude – COFIC**
 - iii. Coordenação de Inteligência e Análise Preditiva – COIAP**
- b. Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa – CGNPE**
 - i. Divisão de Normalização – DINOR**

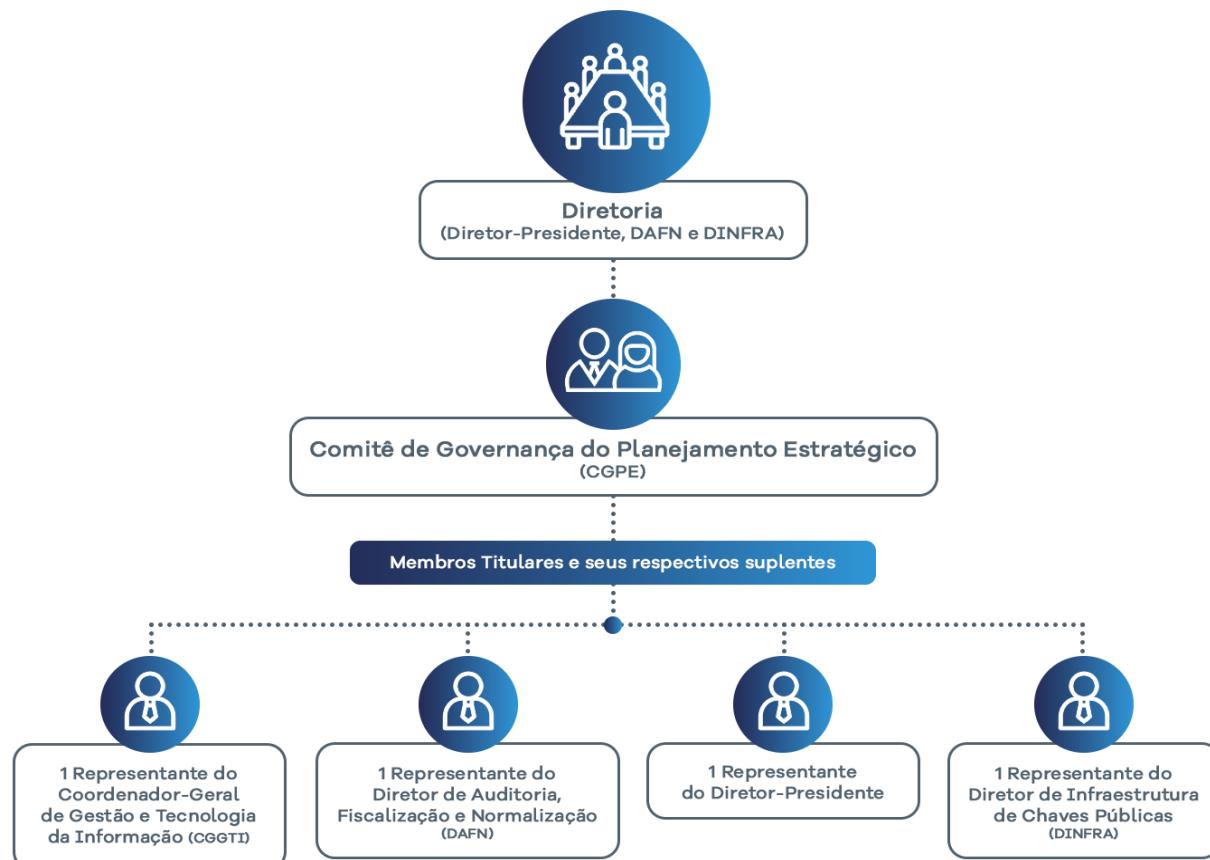
Figura 3 | Organograma


2.4. Estrutura de Governança

A Governança é realizada pela Diretoria do Instituto (Diretor-Presidente, Diretor de Auditoria Fiscalização e Normalização - DAFN e Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas - DINFRA, em primeiro nível e, em segundo, pelo Comitê de Governança do Planejamento Estratégico - CGPE.

O CGPE é instituído pela Portaria nº 18, de 19 de dezembro de 2022 e é composto por gestores do ITI mediante designação do Diretor-Presidente, com regras próprias de funcionamento estabelecidas em seu Regimento Interno.

Figura 4 | Modelo de governança



2.5. Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)

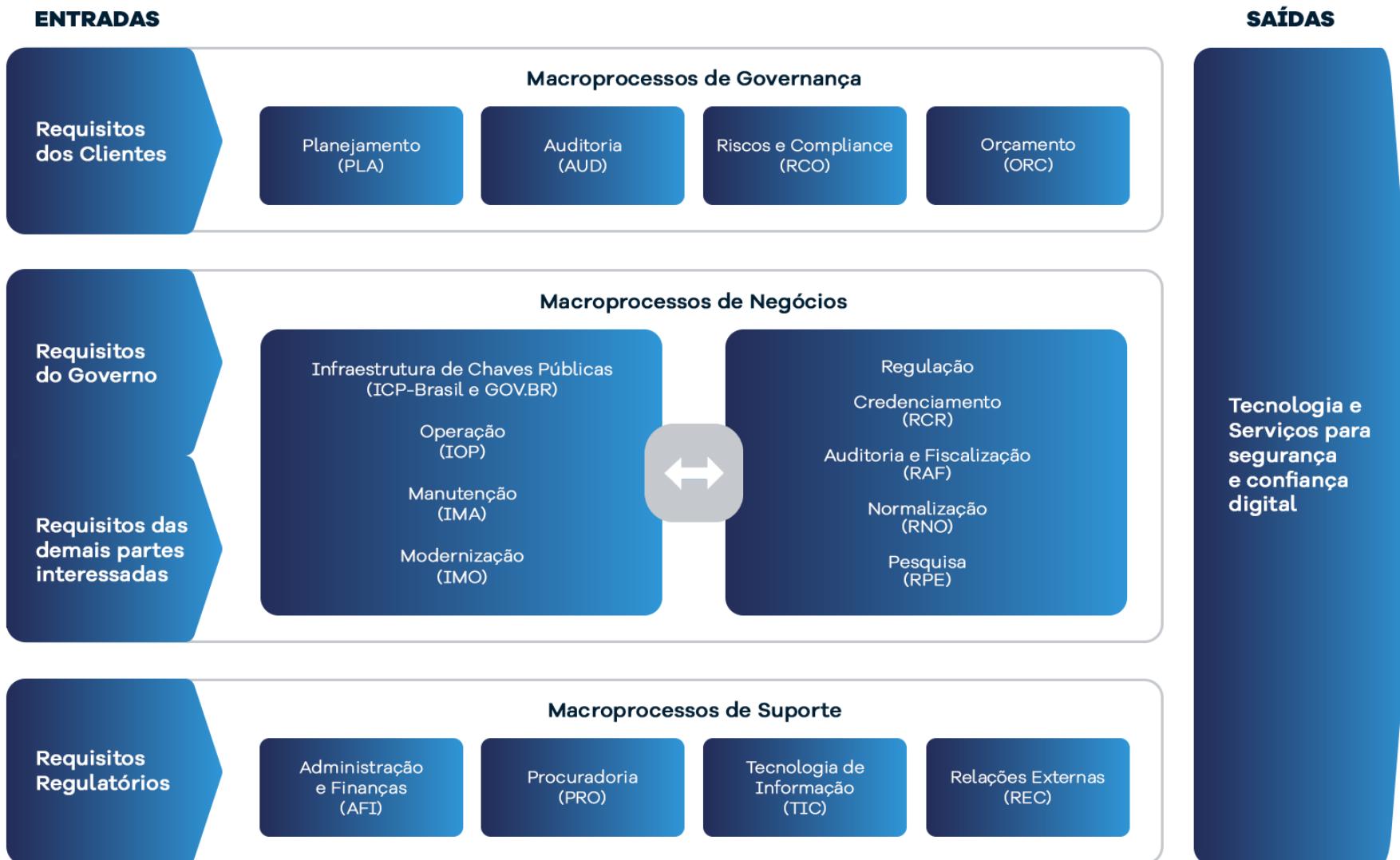
O modelo de negócios utilizado pelo ITI é a Cadeia de Valor, que é um modelo usado para descrever a forma pela qual as empresas recebem insumos (entradas), agregam valor por meio de vários processos para criar um produto ou serviço, os quais, por sua vez, são entregues aos clientes (saídas).

A Cadeia de Valor do ITI demonstra os macroprocessos necessários à entrega dos serviços aos clientes, sendo sua representação feita em três níveis:

- Macroprocessos de Governança: englobam as funções de governança e controle, ou seja, aqueles que estabelecem a forma como o Instituto é dirigido;
- Macroprocessos de Negócios: englobam as funções finalísticas voltadas à atividade fim do Instituto e centrais para entrega dos serviços; e
- Macroprocessos de suporte: englobam as funções de alicerce que provêem os meios administrativos e financeiros para dar suporte à entrega dos serviços.

Cadeia de Valor

Figura 5 | Cadeia de Valor



Validador de Assinaturas Eletrônicas

Em decorrência da declaração de emergência da saúde pública, de importância internacional, anunciada em 30 de janeiro de 2020, pela Organização Mundial da Saúde, tendo como causa o novo Coronavírus (COVID-19), em consonância com a Portaria nº 467, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispôs, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, foram realizadas importantes parcerias entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, conselhos de classe e o Governo Federal.

Tais parcerias permitiram, o ITI, desenvolver ações que criaram as condições necessárias para o fomento da telemedicina que, naquele momento, mostrou-se indispensável para superar as barreiras decorrentes do isolamento social em curso.

Naquela ocasião, o ITI criou e disponibilizou, o serviço denominado “[Assinatura Digital - Validador de Assinaturas Eletrônicas em Documentos Digitais Saúde](#)”, também conhecido como “Validador”, disponibilizado aos cidadãos através do portal [Validador](#).

Ainda no ano de 2022, no mês de julho, , o ITI apresentou uma proposta para um novo serviço, o VALIDAR (disponível no [link Validar](#)), que aprimora o serviço anterior e reúne as funcionalidades do Verificador e do Validador de Documentos em Saúde em um único portal, em consonância com os princípios da transformação digital. O novo serviço foi lançado em dezembro de 2022 e apresentado à sociedade em live no Youtube, que pode ser acessado no [link Live de Lançamento](#).

No que tange às parcerias com os Conselhos Federais de Odontologia, Medicina e Farmácia, informamos que foram realizadas cooperações por meio dos seguintes termos:

- TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E COMPARTILHAMENTO DE DADOS SOB CONFIDENCIALIDADE – CFO E ITI, disponível em: 00100.001214/2020-27;
- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CFM, disponível em 00100.000663/2020-58;
- PROCESSO ADMINISTRATIVO CFF nº 1026/2020, disponível em: 00100.000871/2020-57.

O ITI manteve ainda parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, por meio do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - TED nº 01/2020, PROCESSO nº 00100.001510/2020-28, com valor de

R\$469.333,33 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e trinta três centavos) e a seguinte classificação funcional programática: AÇÃO 217Z, PO R004, PTRES 188663 FONTE 0144000000 ND 339000.

Outras informações relativas aos TEDs assinados entre o ITI e a UFSC podem ser consultados no capítulo 4.3.2.2, item: “Termos de Execução Descentralizada e contratos”, deste Relatório de Gestão.

É importante informar que tais ações se deram no contexto das informações constantes na NOTA TÉCNICA: ASESP/GABIN/ITI, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, disponível em Nota técnica sobre o Validador de Documentos Digitais (0427839), que presta esclarecimentos à ANVISA sobre o portal de Validação de Documentos Digitais, conforme reunião realizada em 14 de abril de 2020 por videoconferência, sendo válido informar que:

A iniciativa de desenvolver e disponibilizar um portal de validação de documentos digitais partiu de reunião realizada em 19 de março de 2020, que aconteceu entre os representantes do Conselho Federal Medicina - CFM, Conselho Federal de Farmácia - CFF, Sociedade Brasileira de Informática em Saúde - SBIS, Laboratório de Segurança da Informação - LabSec da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e o próprio ITI.

A reunião teve como objetivo discutir e implementar ações conjuntas para viabilizar o trâmite de documentos digitais seguros, como prescrições e pedido de exames; incluindo também atestado médico para fins laborais. Por conta da pandemia, o objetivo primário foi viabilizar que esses documentos pudessem ser gerados e tratados de forma digital, sem a necessidade de deslocamentos dos envolvidos. Por isso, a necessidade de agregar segurança e agilidade ao processo da prescrição (de medicamentos, exames,) até o uso efetivo em farmácias ou laboratórios, conforme o caso.

Em 2022, o ITI e a ANVISA deram início às tratativas para assinatura de Termo de Cooperação Técnica, disponível em 00100.002876/2022-86, com intuito de promover o desenvolvimento e provimento de tecnologias de segurança digital aplicadas à assinatura eletrônica qualificada e receituários de medicamentos controlados e antimicrobianos, com prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, tendo início em 1º de fevereiro de 2023. O histórico da colaboração entre ANVISA e ITI pode ser consultado por meio do processo SEI 00100.000757/2020-27.

2.6. Ambiente Externo

1) Relacionamento com a sociedade

O ITI possui os seguintes canais públicos que permitem interação com o cidadão:

a) Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão é a unidade responsável por atender os pedidos de acesso à informação feitos ao ITI, com base na lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).

Os pedidos de informação podem ser encaminhados diretamente através do sistema Fala.BR, por e-mail sic_it@iti.gov.br, por telefone (61) 3424-3830 ou até mesmo pessoalmente.

No tocante às ligações telefônicas e às informações presenciais, no exercício de 2022, podemos observar na tabela abaixo, um acréscimo nas ligações recebidas e nas informações presenciais, em torno de 7,6 % e 14,6 %, respectivamente.

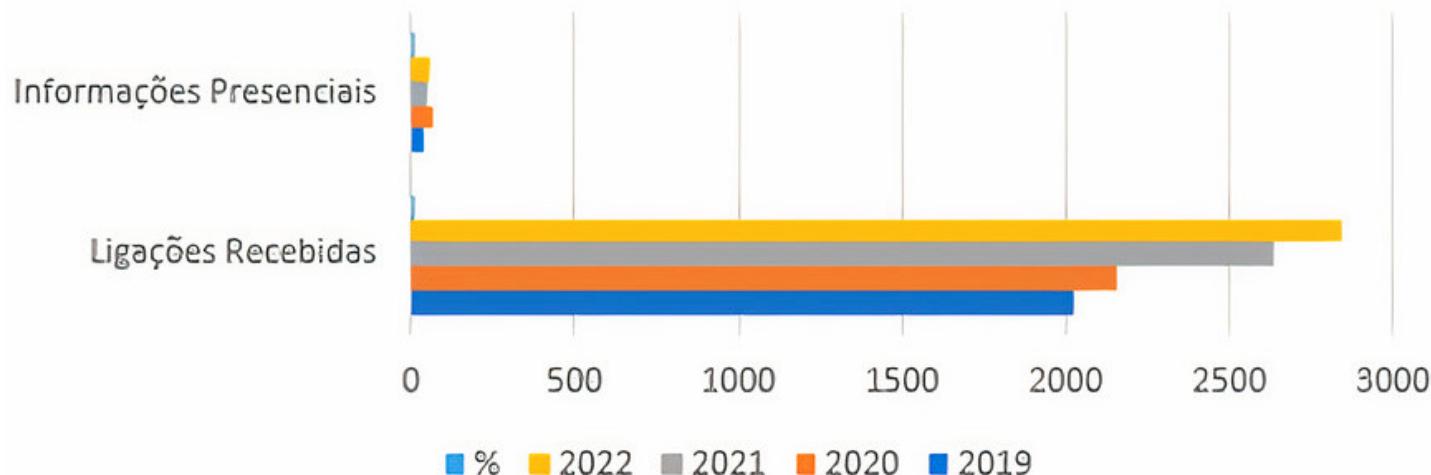
Tabela 2 | Quantitativo de Solicitações Via SIC

	2019	2020	2021	2022	%
Ligações Recebidas	2027	2160	2640	2841	+7,6
Informações Presenciais	40	72	48	55	+14,6

Fonte: Dilog

Gráfico 1 | SIC

SIC – SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO



b) Fala.BR

- **Sistema Eletrônico do serviço de informações ao cidadão – e-SIC**

O e-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.

No exercício de 2022, foram recebidas um total de 255 manifestações de e-SIC, destas 17 não estavam relacionadas ao ITI e foram devidamente encaminhadas aos órgãos competentes.

As 238 manifestações de e-SIC pertinentes ao ITI foram 100% respondidas dentro dos prazos estipulados pela legislação.

Em comparação ao ano anterior, conforme tabela e gráfico abaixo, podemos observar uma redução de 26,3% nas demandas de acesso à informação direcionadas ao órgão.

Tabela 3 | Quantitativo de Solicitações Via e-SIC

	2019	2020	2021	2022	%
Manifestações Processadas	148	301	323	238	-26,3%

Fonte: Estatísticas da Ouvidoria ITI

Gráfico 2 | Manifestações Processadas



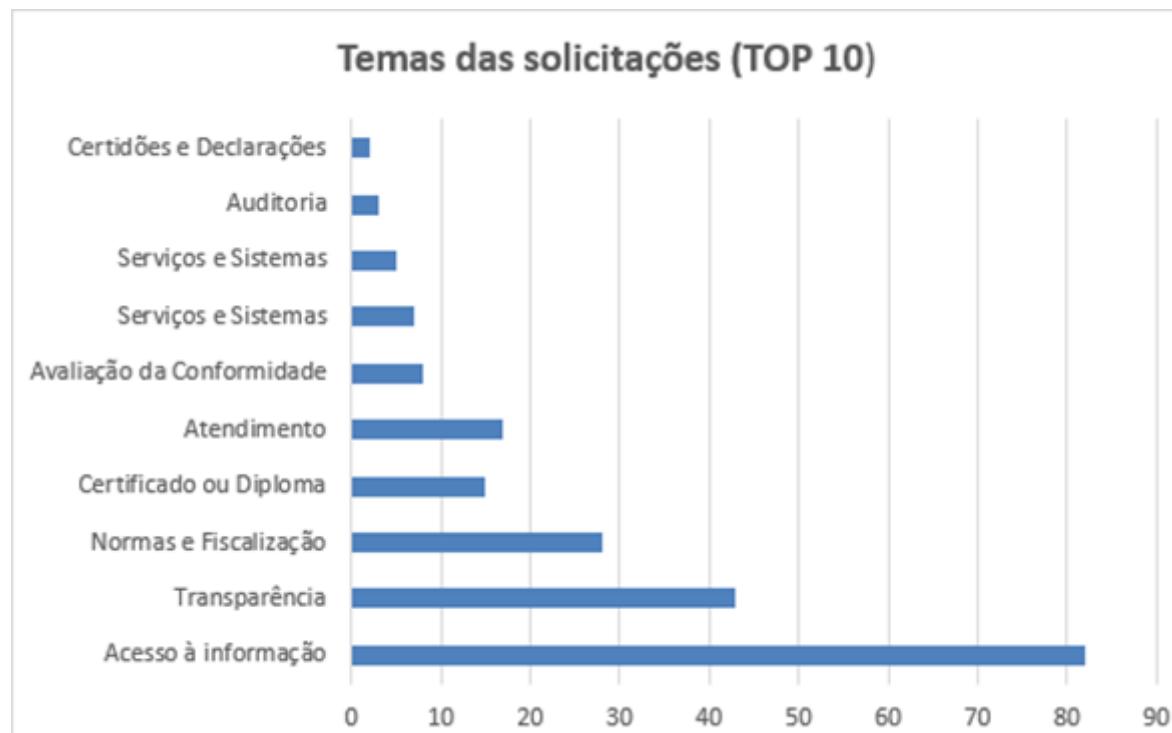
Dentre os temas mais requeridos pelos cidadãos, cabe destacar os 10 assuntos mais solicitados, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico - VCGE, na tabela abaixo:

Tabela 4 | Temas das Solicitações

Top 10		
Categoria e Assunto	Quantidade	% dos Pedidos
Acesso à Informação	82	34,5
Transparência	43	18,1
Normas e Fiscalização	28	11,8
Certificado ou Diploma	15	6,3
Atendimento	17	7,1
Avaliação da Conformidade	8	3,4
Serviços e Sistemas processados	7	2,9
Serviços e Sistemas	5	2,1
Auditoria	3	1,3
Certidões e Declarações	2	0,8

Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação

Gráfico 3 | Temas das Solicitações - Top 10



- **Sistema Eletrônico do Serviço de Ouvidoria – e-OUV**

O e-OUV é regulamentado pela Lei nº 13.460/2017, pode ser acessado na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, e permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe consultas, reclamações, elogios, denúncias, comunicações de irregularidades e sugestões para os órgãos e entidades do Executivo Federal.

Em 2022, foram recebidas um total de 473 manifestações de ouvidoria, destas 132 não eram relacionadas ao ITI e foram devidamente encaminhadas aos órgãos competentes.

As 341 manifestações pertinentes ao ITI foram 100% processadas dentro dos prazos estipulados pela legislação.

Em comparação ao ano anterior, conforme tabela e gráfico abaixo, podemos observar uma pequena redução do quantitativo de manifestações processadas pela Ouvidoria deste Instituto.

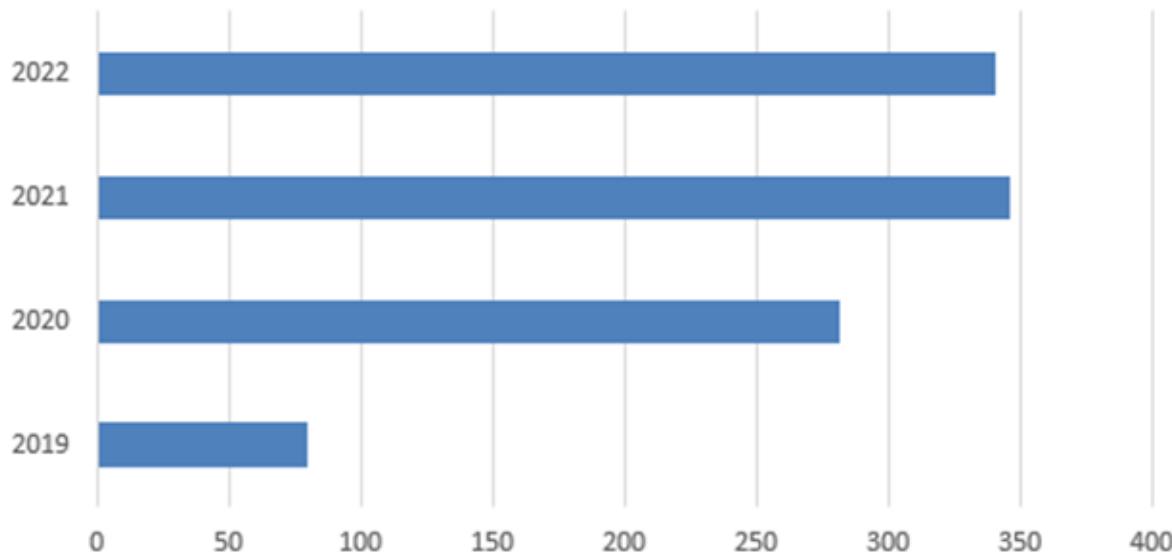
Tabela 5 | Quantitativo de Manifestações Via e-OUV

	2019	2020	2021	2022	%
Manifestações Processadas	128	282	346	341	-1,4%

Fonte: Estatísticas da Ouvidoria ITI

Gráfico 4 | Quantitativo de Manifestações Via e-OUV

Manifestações Processadas



Fonte: Estatísticas da Ouvidoria ITI

c) Portal Institucional - www.gov.br/iti

No ano de 2022, de acordo com o serviço gratuito do Google Analytics, o portal institucional do ITI teve 4.119.925 (+6,91%) visualizações de páginas e a visita de 1.972.316 (22,38%) de usuários.

d) Portal de Assinatura eletrônica Gov.br

O Portal de [Assinatura Eletrônica Gov.br](#) faz parte da solução de assinatura eletrônica avançada provida pelo ITI à Plataforma Gov.br da Secretaria de Governo Digital - SGD do Ministério da Economia. As assinaturas eletrônicas avançadas estão definidas na Lei nº 14.063/2020, e sua aplicação é regulamentada pelo Decreto nº 10.543/2020. Este serviço está amparado nas novas competências atribuídas ao ITI pelo mesmo decreto referido acima, em seu artigo 9º.

Esse portal encontra-se integrado ao aplicativo Gov.br.

O ITI provê também API para a integração automatizada de aplicações públicas ao serviço de assinatura eletrônica avançada Gov.br, por meio de integração ao Login Único da Plataforma Gov.br e mediante solicitação encaminhada pela [SGD/ME](#).

e) Eventos

- **Certforum** - <https://certforum.iti.gov.br>

O Certforum é um evento realizado pelo ITI, anualmente, em parceria com outras organizações, públicas e privadas, para discutir o segmento de certificação digital no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP-Brasil.

No ano de 2022, pela segunda vez, o Certforum foi realizado de forma totalmente virtual, por meio de plataforma especializada, com programação distribuída entre os dias 21 a 23 de junho. Durante o evento o portal recebeu 9.951 visitas.

No Certforum 2022, foi utilizada uma plataforma trilíngue com navegação interativa que funcionava através de qualquer navegador de internet, não havendo a necessidade de baixar e instalar aplicativos específicos para o seu funcionamento.

- **CertLive**

No dia 28 de abril, outro evento realizado ao vivo, no canal do ITI, no Youtube, foi o encontro virtual preparatório para a edição de 2022, CertLive, com o tema: “Carteira de Identidade Nacional - Modernidade com segurança”, e as participações do Diretor-Presidente do ITI, Carlos Fortner, Presidente Executivo da ABRID, Célio Ribeiro, Secretário Especial de Modernização do Estado, Eduardo Gomes da Silva, do Diretor do

Serviço de Identificação do Cidadão, Alexandre Antônio Urioste Vasconcellos e do Secretário-Executivo da Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão, Eduardo Magalhães de Lacerda Filho. Reunindo um público com 983 visualizações.

- **Aqui tem CD**

O portal [Aqui tem Certificação Digital](#), completou três anos em novembro de 2022. Nele o cidadão encontra informações sobre serviços, aplicações, sistemas e processos que aceitam o uso do seu certificado digital no padrão da ICP-Brasil. No último ano a página teve mais de 79 mil visualizações e registou mais de 16 mil usuários.

- **Redes Sociais**

Com foco na governança participativa combinada à facilidade de uso das plataformas de mídias sociais, que promovem o relacionamento entre a sociedade e o governo, a CCOM deu continuidade à presença do ITI nas redes sociais, criando conteúdos e campanhas para os perfis no [Instagram](#) (5.770 seguidores), [Facebook](#) (8.704 seguidores), [Twitter](#) (1.925 seguidores), [Youtube](#) (4.063 seguidores), [Linkedin](#) (22.258 seguidores) e [Telegram](#) (250 inscritos).

- **Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários**

Ao integrar o Portal Gov.br, o ITI passou a utilizar a Avaliação de serviços do portal, o qual possibilita que ao final da utilização de cada serviço, o usuário avalie quanto à utilidade e à satisfação com o serviço, permitindo assim avaliar o grau de satisfação dos usuários (ISA).

Em dezembro de 2021 optou-se pela revisão deste Índice de Satisfação - ISA e pela criação de um Instrumento Padronizado de Avaliação próprio, devendo este ser disponibilizado no segundo semestre de 2022. Em dezembro de 2022, decidiu-se pela volta do uso do sistema de avaliação do Gov.br, uma vez que o [Instrumento Padronizado de Avaliação](#), disponibilizado pela CCOM à diretoria do Instituto, foi considerado

redundante, por utilizar os mesmos instrumentos e critérios padronizados de avaliação do Gov.br.

- **Mecanismo de transparéncia das informações relevantes sobre a atuação da Unidade**

No portal institucional, são disponibilizados todos os dados referentes à instituição, tais como: o Planejamento Estratégico; agendas; sistemas; composição do quadro de pessoal; legislação; notícias; regulamentações aplicáveis; cartilhas; folders; manuais; revistas sobre certificação digital; informações técnicas e educativas sobre a ICP-Brasil; normas; e atividades do Comitê Gestor, dentre outras informações de interesse da sociedade. Através destes dados, os usuários, e a sociedade como todo podem acompanhar o trabalho que está sendo realizado, objetivos já alcançados, a utilização dos recursos e qualquer outra necessidade que traga luz a integridade do instituto e seu compromisso com o país.

- **Conteúdo de divulgação e institucional**

Ao longo de 2022 foram elaboradas campanhas específicas e realizadas mudanças no padrão visual do material gráfico dos cards - para postagens nas redes, matérias, coberturas e conteúdos digitais que disseminam as informações sobre o ITI, esclarecer o público em geral a respeito do papel da ICP-Brasil, sobre a atuação do Comitê Gestor e os usos do certificado digital ICP-Brasil.

- **Plano de Dados Abertos e Transparéncia Ativa**

O Plano de Dados Abertos do ITI com a vigência de julho/2022 a julho/2024, foi elaborado pelo Grupo Técnico de Trabalho - GTT, instituído pela Portaria nº 12, de 07 de abril de 2022, e contou também com auxílio do Núcleo de Dados Abertos da Controladoria Geral da União, com reuniões online para cooperação.

O Plano de Dados Abertos do ITI foi aprovado pelo Comitê de Governança, Riscos, Controles e de Governança Digital - CGRC-GD e segue ações e cronograma citados logo abaixo:

Tabela 6 | Ações e Cronograma PDA

Ação	Responsáveis	Prazo/Meta
Definir pontos focais por áreas	Grupo Técnico de Trabalho – GTT	25/04/2022
Levantar todas as bases de todas as áreas do ITI	Todas as áreas	25/04/2022
Consolidar novo itinerário	Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional – COPOM (atual COGED)	22/05/2022
Dispensão de abrir consulta pública	Grupo Técnico de Trabalho – GTT	22/05/2022
Priorizar bases de dados	Todas as áreas com bases possíveis de abertura	22/05/2022
Definir o cronograma de abertura	Todas as áreas com bases possíveis de abertura	22/05/2022
Finalizar o texto do PDA	Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional – COPOM (atual COGED)	23/06/2022
Aprovar o PDA	Comitê de Governança, Riscos, Controles e de Governança Digital – CGRC-GD	11/07/2022
Aprovar o PDA	Assessoria de Comunicação – ASCOM	12/07/2022
Publicar o relatório de execução	Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional - COPOM (atual COGED) e Grupo Técnico de Trabalho – GTT	12/07/2023
Conclusão do PDA	Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional - COPOM (atual COGED) e Grupo Técnico de Trabalho – GTT	12/07/2023

Tabela 7 | Base de Dados e Cronograma de Publicação

Nome da Base de Dados	Descrição da Base de Dados	Unidade de Contato do Responsável pela base de Dados	Periodicidade de Atualização	Mês/Ano previstos para Publicação

OID	Relação de OID – Object Identifier da ICP-Brasil		DAFN/CGNPE	Semestral	Julho de 2022
CAR	Cadastro de Agentes de registro da ICP-Brasil		DAFN/CGNPE	Mensal	Julho de 2022
Sistemas e Equipamentos de Certificado Digital da ICP-Brasil homologados (homologação)	Homologação dos Sistemas e equipamentos utilizado no Sistema ICP-Brasil		DINFRA/CGOPE homologa@iti.gov.br	Anual	Março de 2023
Auditoria	Auditorias Realizadas no Ano Anterior		DAFN/CGAFI	Anual	Fevereiro de 2023
Fiscalização	Fiscalizações Realizadas no Ano Anterior		DAFN/CGAFI	Anual	Fevereiro de 2023
Entidades ICP-Brasil	Empresas Credenciadas ICP-Brasil		DAFN/CGAFI	Anual	Março de 2023

O PDA do ITI é acompanhado pela Coordenação de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional - COGED, área essa responsável também por monitorar ações e desenvolver melhorias que visam a transparência pública e o acesso à informação, bem como integridade e compliance, sendo o PDA instrumento que operacionaliza a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, pois planeja as ações que visam a abertura e sustentação de dados abertos nas organizações públicas, já a Transparência Ativa corresponde a divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público, ou seja, quando são tornadas públicas informações, independente de requerimento, utilizando principalmente a Internet. Em ambos os casos se cumprem os ditames legais e zela pelos princípios constitucionais, bem como assegura o relacionamento com a sociedade.

3. Riscos, oportunidades e perspectivas

3.1. Gestão de riscos

A Política de Gestão de Riscos do ITI, foi instituída por intermédio da Portaria nº 40, de 28 de junho de 2018, onde foram estabelecidos os princípios, as competências, os objetivos e a operacionalização da Política de Gestão de Riscos do instituto.

No intuito de dar continuidade às ações e tendo em vista a melhoria da governança institucional, com base no modelo de Planilha documentadora de risco do TCU, o levantamento dos riscos operacionais foi realizado ainda no primeiro semestre de 2022, os quais, foram apresentados ao Comitê de Governança, Riscos, Controles e Governança Digital – CGRC-GD e aos demais gestores da autarquia conforme o plano de comunicação.

Para que ocorra de forma eficaz, a implementação total da Gestão de Riscos no Instituto, faz-se necessário definição e aprovação de Metodologia, sendo essa uma ação a ser desenvolvida no próximo exercício.

Ainda assim, o Instituto está utilizando, na condição de Programa Piloto, o Módulo: Gerenciamento de Riscos da Plataforma +Brasil para realizar a Gestão de Riscos. Cabe ressaltar que, a Plataforma +Brasil é gerida pelo Ministério da Economia e que o ITI no momento possui acesso à base de serviços da plataforma com perfis restritos e limitados conforme modus operandi do Ministério.

No que se refere ao Programa de Integridade e Compliance o exercício de 2022 apresentou o seguinte cenário:

Tabela 8 | Atividades Integridade de Compliance

Atividades	Quantidade
Publicações no #Acontece	29
Participação no Lançamento do Relatório OCDE: Modernising integrity risks assessments in Brazil	01
Videoconferências sobre Programas de Integridade	02
Videoconferências sobre Riscos para Integridade	02
Videoconferência sobre Plataforma e Sistema de Gestão de Riscos de Integridade	04
Reuniões com outros Órgãos	01
Jornada de Integridade	01
Avaliação da I Jornada de Integridade do ITI	01
Pesquisa de Percepção do Programa e Plano de Integridade e Compliance do ITI	01
Avaliação dos Programas de Integridade Pública - 2021-2022 CGU para (UGI)	01
Pesquisa de Percepção sobre Integridade Pública CGU	01
Carta de Compromisso	01

Das atividades acima elencadas, cabe destacar a realização da I Jornada de Integridade do ITI, que teve como objetivo permear a cultura da integridade entre os servidores, estagiários e colaboradores terceirizados do Instituto, o evento contou com a participação de mais de 90% destes.

Para o próximo exercício existe o planejamento para a II Jornada de Integridade do ITI, que irá ocorrer no 2º semestre, de 2023, além de oficinas e capacitações.

3.2. Controles Internos

- **Atuação da unidade de auditoria interna**

A Auditoria Interna - AUDIN possui suas competências descritas no Anexo I, art. 6º do Decreto nº 11.206, de 26 de setembro de 2022. Permitindo assim que ela, atue com autonomia técnica e objetividade, guiada pelas diretrizes do seu planejamento, livre de interferências e determinação de escopo na execução dos seus trabalhos. Exerce também a atividade de controle interno e consultoria cujo intuito é agregar valor e melhorar os controles do Instituto.

Durante o exercício de 2022 a AUDIN, cumpriu seu planejamento das atividades de auditoria, descritas no PAINT/2022, onde observa-se a execução de 8 ações de auditoria, sendo 3 de natureza obrigatória, 4 de natureza operacional e 1 de natureza de conformidade. Todas as ações foram selecionadas considerando a obrigatoriedade ou o planejamento baseado em riscos, na observância normativa do artigo 3º da IN nº 05, de 27 de agosto de 2021.

Ainda em 2022 foram realizadas ações especiais (não previstas no PAINT), na quais destacam-se, adesão ao Sistema ANGELICA, adesão ao Sistema de Auditoria E-Aud e proposição de norma para atividades de procedimentos administrativos, que descreveremos em subitens específicos mais à frente.

Posteriormente, foi realizada a elaboração das informações, referentes aos itens de competência da AUDIN, que compunham o Relatório de Gestão/2022, bem como a verificação das contas do ITI e do Relatório de Gestão do exercício de 2022. Cabendo ainda à área de auditoria a emissão de Parecer de Auditoria, considerando a capacidade dos controles internos administrativos das unidades, a fim de evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como mitigar os riscos existentes.

No que diz respeito aos prazos pactuados junto ao PAINT/2022, para as ações da área de Auditoria planejadas para todo o ano - esta área de auditoria suportou algumas dificuldades em manter o planejamento inicial devido a rotatividade de colaboradores e demandas extraordinárias. No entanto, cumpriu rigorosamente com o cronograma previsto para o exercício de 2022.

Sucessivamente, com o objetivo de melhorar a eficiência dos controles internos, como premissa da área, priorizou-se a implementação da auditoria baseada em risco, para tanto foi analisado o mapeamento dos processos do Instituto realizados pela Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional – COPOM (atual COGED), o qual serviu de embasamento para a confecção do PAINT/2023.

Desta feita, vale destacar a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2023, que se encontra em execução, de acordo com o cronograma convencionado. Tendo ainda o cumprimento da carga horária mínima.

- **Sistema ANGELICA**

A AUDIN realizou parceria com a Coordenação-Geral de Auditoria Contínua e Assessoramento Técnico da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - CISET/PR, para sua utilização da solução Analisadora de Gastos, Editais de Licitações e Adesões - ANGELICA, com o objetivo de aperfeiçoar a gestão de contratos do ITI. Destaca-se que a AUDIN aplicará o Sistema ANGELICA para as contratações iguais ou superiores a R\$700.000.

A ferramenta possibilita o monitoramento das aquisições de bens e contratações de serviços e da execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas por meio dos sistemas informatizados do Governo Federal, com o objetivo de avaliar a conformidade das operações, conforme art. 3º da Portaria CISET/SG/PR nº 16, de 13 de abril de 2021.

Destaca-se que no exercício de 2022, foram realizadas análises em 4 processos de contratação, observando os critérios de análise do Sistema ANGELICA.

- **Sistema E-Aud**

Em 2022, o ITI, por intermédio da AUDIN, realizou adesão ao Sistema de Auditoria Interna “E-Aud” da Secretaria de Controle Interno da Controladoria Geral da União - CGU.

Anteriormente o ITI não possuía sistema próprio de auditoria interna e utilizava planilhas de Excel para realização da gestão de suas atividades de controle interno do ITI.

Com o intuito de aprimorar os processos da atividade de controle interno do ITI, bem como aprimoramento dos processos de governança e gestão de riscos do ITI, esta Auditoria Interna aderiu ao supracitado sistema, o qual integra, em uma única plataforma eletrônica, os processos de planejamento, execução, comunicação de resultados, monitoramento de recomendações e registro de benefícios decorrentes dos serviços de avaliação, consultoria e apuração realizados no contexto da atividade de auditoria interna governamental. Vale a pena mencionar que, o sistema “E-Aud” é um sistema sem custos para o ITI conforme Portaria nº 5, de 23 de março de 2022.

- **Normatização dos procedimentos administrativos do ITI**

Em 2022, a AUDIN realizou um trabalho específico ao tema procedimentos administrativos disciplinares, que por meio do Relatório de Auditoria sugeriu que o Diretor-Presidente solicitasse a Procuradoria Federal Especializada - PFE do ITI que se manifeste quanto a proposta da AUDIN para normatizar os procedimentos administrativos e seus respectivos fluxos.

Dessa forma a PFE se manifestou por meio de Parecer, a qual entende ser de responsabilidade da Coordenação de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional - COGED a incumbência de preparar atos normativos gerais, administrativo ou organizacional.

Logo, foi realizada uma reunião, em que ficou firmado o entendimento de que os Atos Normativos de funcionamento do ITI, enquanto estrutura institucional, não incluso a área de negócios do ITI e a ICP-Brasil, devia ser proposto pela CGPOA, posteriormente renomeada para CGGTI. Assim, a minuta de Ato Normativo está em preparação e deve ser aprovada ainda no exercício de 2023.

- **Atividades de Correição e de Apuração**

A AUDIN está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República - CISET/SG/PR, conforme determina o §3º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

Destaca-se ainda que a unidade de Auditoria propôs à Alta Direção do ITI melhorias no processo de procedimentos disciplinares, no intuito de se buscar as melhores práticas.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correccional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, que em seus incisos VIII ao XV, do art. 24 do ANEXO I, estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na apuração dos atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais, além de instaurar ou requisitar a instauração de procedimentos disciplinares, de ofício ou a partir de representações e denúncias.

Por meio do inciso X art. 24 do Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, determinou-se a Secretaria de Controle Interno - CISET, órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a competência de exercer as atividades de unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, exceto da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

As atividades de correição relacionadas à apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, incluindo suas entidades vinculadas, e da Vice-Presidência da República, são de iniciativa originária das respectivas autoridades administrativas nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

- **Processos Instaurados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI**

Nesse sentido, na esfera de suas atribuições, com base nas Portarias CISET nº 60/2017 e CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, e na Lei acima citada, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI, no exercício de 2022, não instaurou procedimentos apuratórios.

Todavia, em 2020, instaurou procedimento apuratório que ainda não foi finalizado, conforme informações no SEI do ITI 00100.005612/2019-89, constantes no quadro abaixo:

Tabela 9 | Atividades de Correição e Apuração

Processo SEI	Objeto	Fase Atual
00100.005612/2019-89	Contrato emergencial de vigilância, no final de 2018, em função da perda dos prazos legais que antecederam o contrato anterior	Em andamento

Esse procedimento está em apuração, sendo a ação conjunta com a Corregedoria da CISET/PR, e expectativa de finalização dos trabalhos ainda no primeiro semestre de 2023.

- **Processos Instaurados e/ou supervisionados pela CISET/PR em relação ao ITI**

De forma semelhante, compete à Corregedoria, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, a instauração, a condução e o acompanhamento de procedimentos correcionais (supervisão), com base na competência insculpida nos artigos 3º, 6º e 26º §1º, Incisos I, II e III e 3º da Portaria CISET nº 60, publicada no DOU, de 22 de novembro de 2017.

Dito isto, importa consignar que a CISET detém prerrogativa para instaurar diretamente procedimentos disciplinares, em substituição à autoridade com competência originária, quando configurados os pressupostos que demandem tal atuação, consoante se destaca a seguir:

“Art. 26. Compete ao Corregedor, sem prejuízo da competência do Secretário de Controle Interno, instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e denúncias, de procedimentos disciplinares e revisa-los, quando necessário.

§ 1º A instauração de procedimentos disciplinares, sem prejuízo da competência originária das demais autoridades administrativas, poderá ocorrer, notadamente, nos seguintes casos, em infrações de natureza grave: I - complexidade, relevância da matéria e expressividade do valor do dano ao patrimônio público; II - envolvimento de autoridades ocupantes de cargos DAS 101.4 e 102.4, ou superior, ou de outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superiores; e III - envolvimento de servidores ou empregados públicos de mais de uma unidade jurisdicionada.

§ 2º O Corregedor poderá, a qualquer tempo, propor a avocação de procedimentos disciplinares.

§ 3º Quando os acusados ocuparem, à época dos fatos ou da decisão, cargos de natureza DAS 101.5 e 102.5, ou superior, ou outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superior, a decisão quanto à instauração de procedimentos disciplinares será de competência do Secretário de Controle Interno."

- **Perfil de Governança Institucional**

No exercício de 2022, o ITI deu prosseguimento ao programa de boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção realizado pelo TCU. Trata-se de programa de estímulo às organizações públicas a adotarem um conjunto de práticas suficientes para reduzir as fragilidades e alcançar o nível de segurança desejável para as tomadas de decisões, que é ter baixa suscetibilidade à fraude e à corrupção.

- **Tratamento de determinação e recomendações do TCU**

No exercício de 2022, o ITI recebeu 3 acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU, conforme se observa nos quadros abaixo:

Tabela 10 | Acórdãos TCU

TCU Acórdão	Recomendações
TCU ACÓRDÃO nº 1.109/2021	Avaliação da efetividade dos backup <p>1</p> <p>Recomendar ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, com fundamento no art. 11 da Resolução – TCU 315/2020, que editem normativos para, cada um no seu âmbito de governança, orientar os gestores e regulamentar a obrigatoriedade de que as entidades e órgãos públicos aprovem formalmente e mantenham atualizadas políticas gerais e planos específicos de backup (para suas bases de dados e sistemas críticos, por exemplo), contemplando requisitos mínimos para endereçar os cinco subcontroles do controle 10 (Data Recovery capabilities) do framework preconizado pelo Center for Internet Security (CIS), em especial quanto à definição do escopo dos dados a serem copiados, suas respectivas periodicidades, tipos, quantidades de cópias, locais de armazenamento, tempos de retenção e outros requisitos de segurança.</p>
TCU ACÓRDÃO nº 1768/2022	Controles críticos de segurança cibernética <p>1</p> <p>9.1. recomendar, com fundamento no art. 11 da Resolução – TCU 315/202, ao gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República que adote as seguintes providências: 9.1.1. comunicar aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal acerca da obrigatoriedade de suas adesões à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos em decorrência do § 1º do art. 1º do Decreto 10.748/2021;</p> <p>2</p> <p>9.1.2. promover e incentivar a adesão voluntária à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos por</p>

		<p>parte de empresas públicas e sociedades de economia mista federais, assim como de pessoas jurídicas de direito público interno dos Poderes Legislativo e Judiciário Federais (este último, por intermédio do Conselho Nacional de Justiça) e do Ministério Público da União, bem como a pessoas jurídicas de direito privado e outras pessoas jurídicas de direito público (e.g. de entes federativos) consideradas relevantes para a formação dessa rede, consoante disposições constantes no § 2º do art. 1º e § 4º do art. 7º do Decreto 10.748/2021;</p>
		<p>3 2. recomendar, com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 315/2020, à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia que, como órgão central do Sistema de Administração dos recursos de Tecnologia da Informação (Sisp) do Poder Executivo Federal, avalie as deficiências apontadas neste ciclo do acompanhamento de forma a subsidiar suas ações normativas e pedagógicas, a fim de orientar os órgãos e entidades participantes desse sistema a implementar com urgência controles críticos e medidas de segurança cibernética naquilo que lhes for aplicável, observando ainda as normas exaradas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e boas práticas como as preconizadas pelo Center for Internet Security e pela norma técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013</p>
		<p>1 9.11. Recomendar à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, com fundamento no art. 250 inciso III, do Regimento Interno do TCU e no art. 11 da Resolução 315, de 2020, que adote as providências indicadas nos subitens seguintes, comunicando a esta Corte, por meio de envio de plano de ação, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência deste Acórdão, as providências tomadas e os respectivos responsáveis: Adote medidas corretivas no Sistema PGC, ou no sistema que vier a incorporá-lo ou substituí-lo, nos termos do art. 174 da Lei 14.133/2021, em relação às deficiências abaixo identificadas, com objetivo de apoiar os órgãos na elaboração do PAC, para a concretização plena das diretrizes emanadas no item 9.2 dos Acórdãos Plenário nº 2.622/2015 e 1.524/2019: Deficiências na usabilidade do sistema PGC, entre elas:</p>
		<p>2 9.1.1.1.1 – Dificuldades de preenchimento, de inclusão e de gerenciamento de informações do PAC no sistema.</p>
		<p>3 9.1.1.1.2 – Expiração frequente do cadastro, da senha e do perfil do usuário.</p>
		<p>4 9.1.1.1.3 – Ausência de integração com outros sistemas de compras públicas, especialmente o Siasg exigindo controles manuais e paralelos</p>
		<p>5 9.1.1.1.4 – Formulários extensos, associados ao tempo de conexão de quinze minutos, à ausência de salvamento automático e à disponibilização no Sistema PGC de ferramenta de pesquisa ineficiente dos códigos dos catálogos de itens, cuja correção permitiria a melhoria da qualidade da experiência do usuário.</p>
		<p>6 9.1.1.2 – Falhas de integridade de base de usuários do Sistema PGC, que permite o acesso de pessoas em situação legal incompatível com a atividade de alimentação e gerenciamento do sistema, bem como dificuldades de acesso e de concessão de perfil aos usuários.</p>

- 9.1.1.3 – Ausência de módulos, no sistema PGC, para etapa de gestão do PAC que permitam aos órgãos, inclusive aqueles com mais de uma Uasg, usufruírem efetivamente dos benefícios oriundos do planejamento por meio do referido sistema, a exemplo da visualização das aquisições planejadas, da emissão de relatórios completos e específicos ou da geração de um calendário anual de compras contendo todas as contratações previstas para determinado período.
- 7
- 9.1.2.1 – Flexibilizar a exigência do nível de descrição dos itens a serem inseridos no sistema, atualmente atrelados aos catálogos Catmate Catser, em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 1º da IN Seges/ME40/2020, considerando as dificuldades para identificação e inserção dos códigos adequados e a antecipação de descrição detalhada de objeto a ser adquirido apenas no exercício seguinte, considerando ainda a possibilidade de futura integração entre o PGC e os demais sistemas de compras, como o Siasg, o SIASG net e o Comprasnet, bem como a adoção de medidas no sentido de mitigar o risco de redução a capacidade de realização de compras compartilhadas.
- 8
- 9.1.2.2 – Elaborar orientação para que os órgãos e entidades integrantes do Sisg estabeleçam normativo interno e/ou processo de trabalho relativo ao PAC que contemple pelo menos:
- 9.1.2.2.1. a definição das atribuições, responsabilidades e prazos para execução das etapas de elaboração e aprovação do PAC, conforme exigido na IN Seges/ME1/2019, e a exemplo do contido na Portaria MCTI 6.712/2019;
- 9.1.2.2.2. a definição das atribuições, responsabilidades e prazos para o processo de gestão da execução do PAC aprovado, a exemplo do contido na Portaria MCTI 6.712/2019 contendo:
- 9.1.2.2.2.1. a necessidade de elaboração de um calendário de compras, conforme previsto no artigo 6º inciso III, da IN Seges/ME1/2019. Contendo, além da data desejada da contratação ou da renovação do contrato, pelo menos, informações sobre a duração estimada do processo da contratação, distinguindo as fases interna e externa, e a data esperada para o início do processo de contratação;
- 9.1.2.2.2.2. o estabelecimento de medidas efetivas para tratar o descumprimento, por parte dos respectivos responsáveis, dos prazos previstos no calendário de compras definido;
- 9.1.2.2.2.3. a implementação, pelos órgãos, de plano de comunicação interno com ações de divulgação sobre o PAC, sua importância e fases internas, incluindo, entre outros, o envio de e-mails e alerta aos respectivos responsáveis quanto aos prazos estabelecidos no calendário de compras, nos termos do item 3.3 do Apêndice A do Referencial Básico de Governança Organizacional 3ª edição.
- 9

- **Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno**

No exercício de 2021, o ITI recebeu a fiscalização da CISET/PR, por meio da auditoria no credenciamento e manutenção de autoridades para a certificação digital que resultou em quatorze recomendações, listadas abaixo:

Tabela 11 | Recomendações de Controle Interno

1	Adotar procedimentos internos para aperfeiçoar o registro de informações gerenciais sobre motivos de descredenciamento, indeferimentos, fiscalizações realizadas, de modo a identificar padrões que revelem a necessidade de implementar medidas estruturantes no âmbito das entidades integrantes da ICP-Brasil;
2	Estabelecer controles periódicos adicionais dos critérios de credenciamento de entidades, com auxílio do cruzamento de bases de dados disponíveis, a fim de garantir a conformidade com o DOC-ICP-03, em complemento aos trabalhos de auditoria operacional realizados
3	Solicitar providências das entidades indicadas no resultado de cruzamento de dados quanto à situação das pendências fiscais identificadas, a fim de garantir a manutenção do direito de atuação na ICP-Brasil, em conformidade com o DOC-ICP-03, adotando outras medidas regulamentares em caso de permanência das não conformidades;
4	Estabelecer controles adequados dos Planos Anuais de Auditoria Operacional e dos Relatórios de Auditorias Operacionais, de modo a cumprir as exigências do DOC-ICP-08, a manutenção dos critérios de credenciamento de entidades para operação regular junto à ICP-Brasil exigida no DOC-ICP-03, bem como permitir o acompanhamento de questões recorrentes nas entidades para que se possa adotar medidas estruturantes a todos os membros integrantes da cadeia de certificação digital;
5	Estabelecer rotinas de acompanhamento e controle dos dados disponibilizados no Cadastro de Agentes de Registro - CAR, enquanto não seja possível implementar sistema informatizado para gestão do conjunto de dados, de modo a garantir confiabilidade na publicação das informações sobre os agentes autorizados a atuar na ICP-Brasil, conforme os termos da Instrução Normativa ITI nº 11, de 23 de outubro de 2020;
6	Apurar junto às Autoridades Certificadoras se os Agentes de Registro com indicação de falecimento no cadastro da Receita Federal e demais inconsistências identificadas nos cruzamentos de dados auxiliaram na emissão de certificados, a fim de que sejam adotadas providências junto às entidades envolvidas;
7	Exigir justificativas das entidades para o expressivo número de Agentes de Registro que não apresentam vínculo funcional na RAIS e permanecem atuando na ICP-Brasil, em desconformidade com as regras de segurança de pessoal definidas na IN ITI nº 10, de 22 de outubro de 2020, a fim que sejam adotadas providências para a não conformidade identificada;

- | | |
|----|--|
| 8 | Solicitar das entidades encarregadas da execução de auditorias operacionais na ICP-Brasil a análise sobre o cumprimento dos dispositivos normativos que tratam de segurança de pessoal, especialmente para o caso dos funcionários das serventias extrajudiciais que atuam como Agentes de Registro, a fim de que seja confirmado o atendimento das exigências normativas; |
| 9 | Aprimorar rotinas e métodos de acompanhamento dos dados encaminhados pelas Autoridades Certificadoras sobre a emissão de certificados, de modo a conseguir avaliar o cumprimento dos normativos da ICP-Brasil pelas entidades, bem como agir tempestivamente diante de possíveis casos de inconformidades ou fraudes; |
| 10 | Adotar melhorias na sistemática de envio automatizado dos dados dos certificados emitidos pelas Autoridades Certificadoras, de forma a permitir a adoção de instrumentos de verificação automática, integração de bases de dados, emissão de alertas para inconformidades, emissão de relatórios e de informações gerenciais pelo ITI; |
| 11 | Adotar providências para verificar as inconformidades apontadas nos resultados de cruzamento de dados apresentados, de forma a conferir o atendimento dos requisitos normativos da ICP-Brasil pelos agentes envolvidos na cadeia de certificação, aplicando as medidas cabíveis em casos de confirmadas as irregularidades |
| 12 | Rever as informações que devem ser enviadas semanalmente ao ITI sobre os certificados digitais emitidos, por força da IN ITI nº 5/2019, a fim de propor alteração normativa para inclusão de dados de Agentes de Registro que figuraram em cada processo de emissão, considerando a relevância da informação para as auditorias e fiscalizações realizadas pela AC Raiz; |
| 13 | Apresentar dados dos campos “Not after” e “Not before” a respeito dos casos identificados de certificados emitidos com data futura, a fim de comprovar a regularidade do procedimento adotado. |
| 14 | Estabelecer rotina de acompanhamento das informações publicadas no sítio eletrônico da Unidade, de modo a identificar tempestivamente falhas nas publicações de interesse público. |

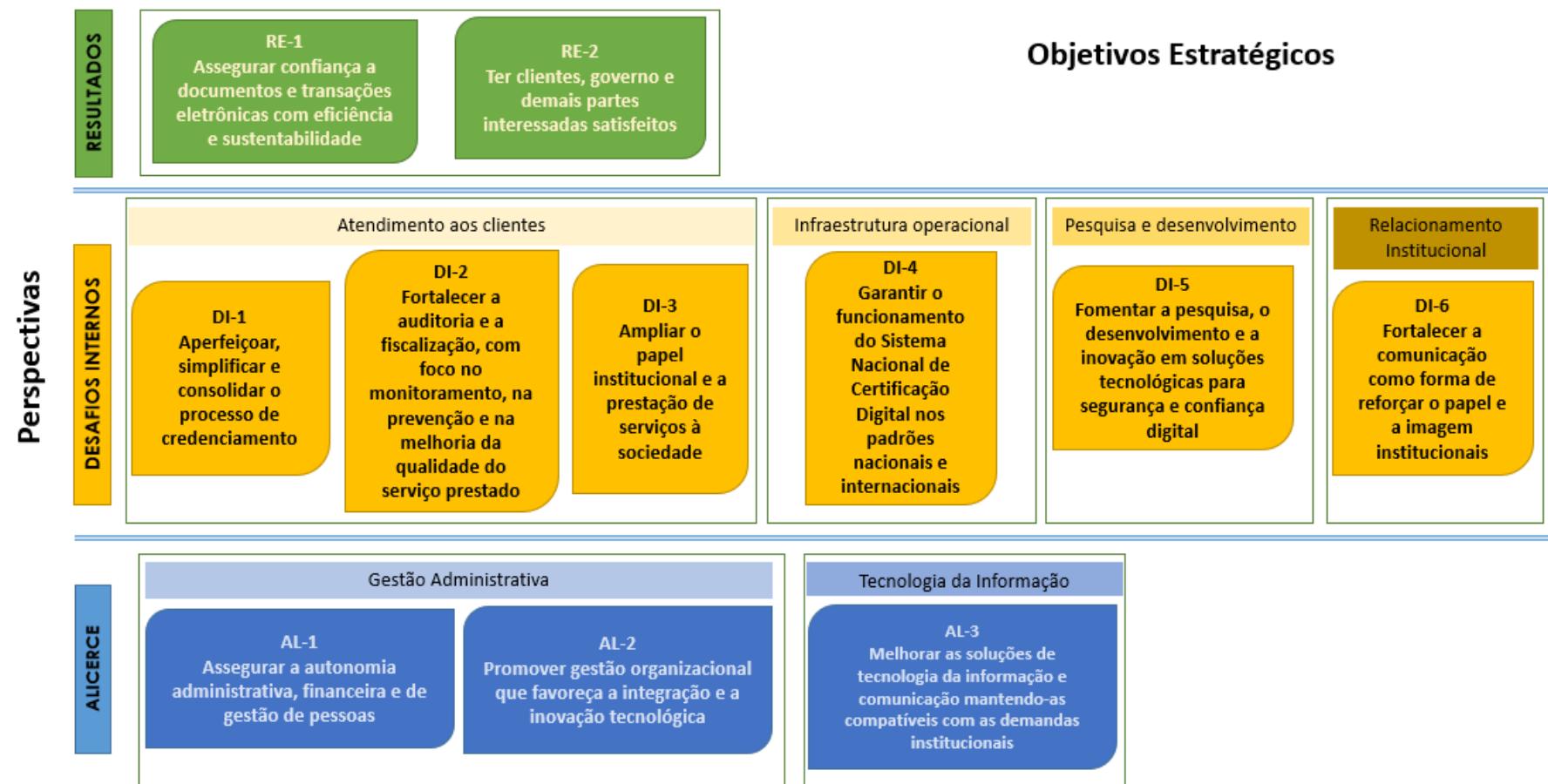
Informamos que durante o exercício de 2022 a AUDIN monitorou as recomendações listadas acima, onde destaca que treze foram respondidas, a CISET/PR de forma satisfatória, ficando apenas uma em monitoramento.

4. Governança, estratégia e desempenho

4.1. Estratégia

A estratégia adotada pelo ITI está graficamente representada no seu Mapa Estratégico, que apresenta os 11 objetivos estratégicos e evidencia os desafios que o Instituto pretende superar, alinhados à sua missão e visão de futuro. Ao longo de 2022, diversas ações foram executadas com o intuito de endereçar os objetivos estratégicos constantes do planejamento.

Figura 06 | Mapa Estratégico



O Mapa Estratégico do ITI está estruturado em três perspectivas (alicerce, desafios internos e resultados), que representam o encadeamento lógico de sua estratégia de atuação. Cada uma delas engloba um conjunto de objetivos estratégicos, que retratam os principais desafios a serem enfrentados pelo Instituto no alcance da visão e do cumprimento de sua missão institucional.

Relacionado a cada objetivo estratégico foram definidos os indicadores de desempenho, os projetos estratégicos e os processos críticos. Tal medida permite subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão das ações e dos recursos, além de promover a governança adequada dos processos essenciais, de modo a garantir que a estratégia esteja sendo efetivamente cumprida.

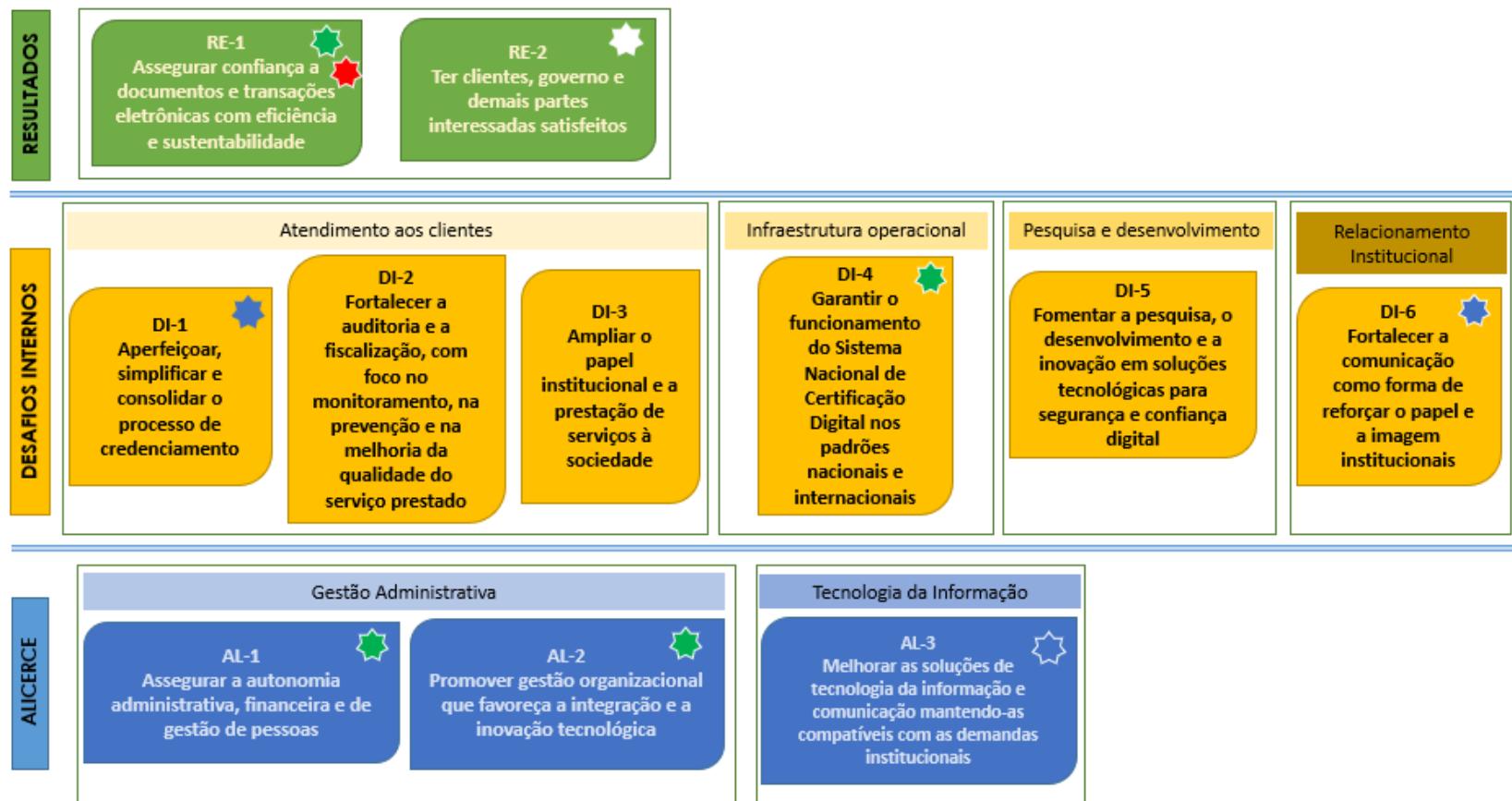
4.2. Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos

A seguir, panorama de resultados obtidos pelo ITI em 2022, segundo o acompanhamento de indicadores de desempenho estratégicos.

Dentre os objetivos estratégicos, três não são mensurados em indicadores, a saber:

- DI-2: Fortalecer a auditoria e a fiscalização, com foco no monitoramento, na prevenção e na melhoria da qualidade do serviço prestado;
- DI-3: Ampliar o papel institucional e a prestação de serviços à sociedade;
- DI-5: Fomentar a Pesquisa, o Desenvolvimento e a Inovação em soluções tecnológicas para segurança e confiança digital.

Figura 07 | Painel de Bordo - Visão Mapa Estratégico



De acordo com o desempenho do ano de 2022, os 8 indicadores mensurados podem ser agrupados em 5 classes distribuídas nas cores Azul (>100%), Verde (90% > x <100%), Amarelo (80% > x <90%), Vermelho (<80%) e Branco (não medido).

O painel de bordo a seguir apresenta os resultados dos indicadores estratégicos durante o exercício os quais serão detalhados e justificados em sequência:

- Desempenho acima de 100% (**Azul**):
 - AL – 3: IAT – Índice de atendimento às demandas de TIC;
 - AL – 3: IET – Índice de execução de projetos de TIC;
 - DI – 1: ITC – Índice de tempo médio de credenciamento;
 - DI – 6: IEC – Índice de exposição em canais de comunicação.
- Desempenho entre 90% > e <100% (**Verde**):
 - RE – 1: ISC – Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital;
 - DI – 4: IDC – Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ICP-Brasil;
 - AL – 1: EOR – Execução do orçamento;
 - AL – 2: IOP – Índice de otimização de processos;
- Desempenho entre 80% > e <90% (**Amarelo**):
 - Não registrado.
- Desempenho abaixo de 80% (**Vermelho**):
 - RE – 1: IFC – Índice de fraude por certificados emitidos;
- Desempenho não foi medido (Branco).
 - RE – 2: ISA – Índice de satisfação, em fase de aperfeiçoamento, razão pela qual não houve aferição;

Com intuito de alcançar as diretrizes de supervisão, controle e correções estabelecidas, a Alta Administração designa responsáveis para cada unidade da autarquia. Os responsáveis se dividem na área de negócio, gestão sistematizada e informatizada. A administração não dispensa ação contínua em busca de melhorias, elevação da qualidade e da excelência dos serviços prestados.

Figura 8 | Painel de Bordo - Visão Indicadores Estratégicos

#	Objetivo	Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Fórmula de Cálculo	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
1	RE-1	ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	40%	+	Anual	ISC = Quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações do ano atual / Quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações no ano anterior	%	ASESP (CGI/CP)	Ruy	3983	dez/22	11.452.311	11.452.311	100%
2	RE-1	IFC - Índice de fraude por certificados emitidos	60%	-	Mensal	IFC = Quantidade de fraudes detectadas / Quantidade de certificados emitidos	%	CGAFI	André	3873	dez/22	0,0053%	0,0075%	58,49%
3	RE-2	ISA - Índice de satisfação	100%	+	Anual	ISA = Pesquisa de Satisfação	%	ASCOM (CCOM)	Brenda	3929	dez/22	N.M	N.M	
4	DI-1	ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	100%	-	Trimestral	ITC = Tempo médio de credenciamento executado / Tempo de credenciamento definido em norma	Quantidade	CGAFI	André	3873	dez/22	160	91	143,12%
5	DI-2	Não definido	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	
6	DI-3	Não definido	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	
7	DI-4	IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil	100%	+	Mensal	IDC = Obtido conforme o DOC-ICP-01	%	CGISI (CGISE)	Gonçalves	3941	dez/22	99,99%	100,00%	100%
8	DI-5	Não definido	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	
9	DI-6	IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	100%	+	Trimestral	IEC = Quantidade de seguidores em redes sociais (facebook, twitter, Instagram e youtube) do ano atual / quantidade de seguidores em redes sociais no ano anterior	%	ASCOM (CCOM)	Brenda	3929	dez/22	35%	78%	222,90%
10	AL-1	EOR - Execução do orçamento	60%	+	Mensal	EOR = Execução do orçamento / Orçamento autorizado	%	COEPI (COPEO)	Joséni	3871	dez/22	99%	99%	100%
11	AL-2	IOP - Índice de otimização de processos	100%	+	Trimestral	IOP = Quantidade de processos otimizados / Total de processos	%	COPOM (COGED)	Gisélia/Conzatti	3889	dez/22	100%	100%	100%
12	AL-3	IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC	50%	+	Mensal	IAT = Quantidade de demandas atendidas dentro do SLA / Total de demandas atendidas	%	COTIC	Felipe	3810	dez/22	99,79%	100%	100,20%
13	AL-3	IET - Índice de execução de projetos de TIC	50%	+	Semestral	IET = Número de etapas de desenvolvimento (sprints) com entregas totais do escopo no período / Número total de etapas de desenvolvimento (sprints) no período	%	COTIC	Felipe	3810	dez/22	75%	94,12%	125,50%

 N.D: Não definido
 Não medido

N.M

Nota Explicativa

- I.** O Objetivo Estratégico RE-1, medido pelo Indicador IFC – Índice de fraude por certificados emitidos, embora apresente-se como “vermelho” não deve ser interpretado como resultado negativo, pelo contrário, seu resultado foi positivo e atingiu a meta estabelecida. Ocorre que, quando do desenho da diretriz estabelecida para o agrupamento das 5 (cinco) classes distribuídas em cores Azul (>100%), Verde (90% > x <100%), Amarelo (80% > x <90%), Vermelho (<80%) e Branco (não medido), objetivando alcançar os resultados melhores, a linha de corte estabelecida foi muito alta, porém isso somente foi percebido quando já padronizado o modelo dos RDPEs e sua conclusão neste 2º/2022. Desta forma, a nota explicativa se faz necessária para esclarecimento do Painel de Bordo, mas também para que, com efeito, possa ser adaptado o instrumento para o ciclo de 2023-2026 do novo Planejamento Estratégico.
- II.** Os Objetivos Estratégicos DI-3 – Ampliar o papel institucional e a prestação de serviços à sociedade, DI-4 – Garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital nos padrões nacionais e internacionais e DI-5 Fomentar a Pesquisa, o Desenvolvimento e a Inovação em soluções tecnológicas para segurança e confiança digital, não foram medidos por não haver indicadores vinculados sendo essa ocorrência registrada ao longo do ciclo 2019-2022. A boa prática seria de rever o RDPE em curso e na ausência de indicadores vinculados, sendo o caso, conceber a exclusão de tais objetivos estratégicos, de modo a estabelecer um critério ao desdobramento da estratégia e a sua materialização, o que deve ser observado no novo ciclo de 2023-2026.

a) Indicador ISC - Índice de Serviços e Aplicações com uso de certificação digital

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISC Índice de Serviços e Aplicações com Uso de Certificação Digital	40%	Positiva	Anual	%	ASESP (CGIOP)	Ruy	3933	Dez/2022	11.452.311	11.452.311	100,00%

O indicador ISC mede o comportamento da curva de ampliação dos titulares de certificados aptos a utilizar serviços e aplicações com uso de certificação digital. Trata-se de um mecanismo de avaliação do comportamento da confiança a documentos e transações eletrônicas, cujo resultado é obtido pela

relação entre a quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações do ano de 2022 e a quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações no ano anterior.

Figura 9 | Variação do ISC nos últimos 5 anos

Ano	Certificados Ativos	Taxa
2018	7.781.993	9,4%
2019	8.880.365	14,1%
2020	9.813.657	10,5%
2021	10.599.269	7,6%
2022	11.452.311	8,46%
Média		10%

Observa-se pelos números que ocorreu crescimento de 8,46% da base de certificados ativos, embora tenha-se obtido recordes de emissões em 2022, com 8.124.204 emissões. O significativo aumento de emissões, em parte, se justifica porque várias transações passaram a ser eletrônicas por conta das restrições sanitárias, ainda por conta da pandemia do COVID-19. O crescimento médio está em 10%, considerando os últimos 5 anos.

b) Indicador IFC - Índice de fraude por certificados emitidos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IFC Índice de Fraude por Certificados Emitidos	60%	Negativa	Mensal	%	CGAFI	André Amaro	3929	Dez/2022	0,0053%	0,0075%	58,49%

O indicador IFC mede a incidência de fraudes em certificados digitais comparativamente à quantidade de certificados emitidos. Trata-se de um indicador que reforça a confiança em documentos e transações eletrônicas. O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de fraudes detectadas e a quantidade de certificados emitidos.

O IFC que é medido mensalmente tinha como meta até o mês de dezembro o índice de 0,0053%. O resultado do ano de 2022 apresenta um índice de 0,0075%, com um desempenho de 58,49% da meta estabelecida para o ano.

c) Indicador ISA - Índice de satisfação

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISA Índice de Satisfação	100%	Positiva	Anual	%	ASCOM	Brenda	3929	Dez/2022	N.M	N.M	

As informações são obtidas através do site do governo federal, [painel](#): “Avaliação de Satisfação”, o qual recolhe informações através do API de avaliação de serviços, que permite aos usuários, ao final de cada página de serviço do ITI, avaliar a utilidade da informação e a satisfação com o serviço.

Na reunião extraordinária do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Governança Digital – CGRC-GD, realizada em 30 de dezembro de 2021, decidiu-se pela revisão do indicador de aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários (ISA) quanto à fonte de dados para o devido acompanhamento sistemático.

Atualmente, apenas os serviços cadastrados junto ao Portal Gov.br têm a opção de avaliação. A proposta é que a avaliação esteja disponível no portal do ITI, de modo que o cidadão possa manifestar-se a qualquer tempo.

Para a apuração do índice, deverá ser considerada a ponderação entre os serviços registrados no Portal Gov.br e os demais serviços apurados no próprio portal do ITI, na proporção de 30% e 70%, respectivamente. O instrumento padronizado de avaliação não foi implementado.

d) Indicador ITC - Índice de Tempo Médio de Credenciamento

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ITC Índice de Tempo Médio de Credenciamento	100%	Negativa	Trimestral	Quantidade de Dias	CGAFI	André Amaro	3873	Dez/2022	160	91	143,12%

O indicador ITC mede o tempo médio de credenciamento apurado ao longo do exercício. O desempenho do indicador é ponderado em função do desempenho em cada segmento. Autoridades Certificadoras – AC 1º nível, Autoridades Certificadoras – AC 2º nível, Autoridades de Registro – AR e Novas Vinculações – AR. O resultado é obtido pela relação entre o tempo médio de credenciamento executado e o tempo de credenciamento definido em norma.

O ITC, que é medido trimestralmente. Ele tinha como meta para o ano de 2022 uma média ponderada de 160 dias. O resultado do exercício apresentou uma média de 91 dias com um desempenho de 143,12% em relação à meta do ano.

Durante o exercício do ano de 2022, houve o credenciamento de ACs de primeiro e segundo nível. Sendo eles:

- Primeiro trimestre – 1 credenciamento de AC1 e 5 credenciamentos de AC2;
- Segundo trimestre – 4 credenciamentos de AC2;
- Terceiro trimestre – 2 credenciamentos de AC2;
- Quarto trimestre – 1 credenciamento de AC2.

O tempo médio de credenciamento de ACs diminuiu em comparação com o ano anterior, estando dentro do tempo estipulado pela norma. O desempenho de credenciamento, mostrou-se satisfatório, superando a meta estabelecida em 43,12%.

Importa observar que as médias foram obtidas a partir do Relatório de Credenciamento, que é realizado mensalmente pela DAFN, podendo haver algumas discrepâncias com os números publicados no site do ITI, pois ela contabiliza a ocorrência de descredenciamento, podendo apresentar divergência com o efetivamente credenciado no período.

e) Indicador IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IDC Índice de Disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil)	100%	Positiva	Mensal	%	CGISI	Gonçalves	3941	Dez/2022	99,99%	100%	100%

O indicador IDC mede a disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, nos termos do Documento Principal da ICP-Brasil (DOC-ICP-01) e do relatório de disponibilidade. Deve ser equivalente a 99,99% do tempo, considerando 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante o exercício.

O resultado é obtido conforme o DOC-ICP-01 e o relatório de disponibilidade.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelas normas da ICP-Brasil (99,99%), no ambiente seguro principal da AC Raiz, são mantidas 02 (duas) infraestruturas de rede e internet completamente independentes entre si e independentes daquela do ambiente seguro de contingência com administração e gerenciamento realizados pelos técnicos do próprio ITI.

Além disso, o ITI mantém contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro da AC Raiz, que são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada.

Com isso, os resultados do 2º semestre de 2022 apresentaram um desempenho de 100,0% em relação à meta.

f) Indicador IEC - Índice de exposição em canais de comunicação

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IEC Índice de Exposição em canais de comunicação	100%	Positiva	Trimestral	%	ASCOM	Brenda	3929	Dez/2022	35,00%	78,00%	222,90%

O indicador IEC mede a exposição do ITI em redes sociais demonstrando o crescimento da quantidade de seguidores. O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de seguidores nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e LinkedIn) do ano atual pela quantidade de seguidores nas redes sociais no ano anterior.

As informações são obtidas por meio de levantamento dos relatórios disponibilizados pelas redes sociais.

O planejamento visava a criação de um sistema para avaliar aspectos qualitativos relativos à exposição - positiva ou negativa - da imagem da autarquia, mas, tendo em vista o cenário da pandemia, que, provocou alguns reajustes nas rotinas e certas restrições, não foi possível desenvolver o projeto, bem como de exposição em mídia impressa e digital.

O trabalho de planejamento, a análise das possibilidades e oportunidades de comunicação, bem como a implantação de novos formatos de posts, produção de conteúdo e acompanhamento sistemático das redes vem trazendo resultados satisfatórios e atingimento da meta.

Em cumprimento ao período do defeso eleitoral, que compreendeu os meses de julho a outubro de 2022, as redes sociais do ITI foram desativadas. Desta forma, não houve geração de conteúdo.

Após o fim do defeso eleitoral, houve o retorno das publicações, como a retrospectiva dos fatos que marcaram o ITI durante este período. Diante disto, as redes voltaram com crescimento no engajamento, seguidores com participação constante nos conteúdos publicados que, consequentemente, resultaram no aumento dos números de seguidores.

g) Indicador EOR - Execução do orçamento

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
EOC Execução do Orçamento	60%	Positiva	Mensal	%	COPEO	Joseni	3889	Dez/2022	99,00%	99,00%	100%

O indicador EOR mede a execução do orçamento autorizado ao longo do exercício. É uma medida de eficiência quanto à aplicação dos recursos necessários ao desenvolvimento do ITI.

O resultado é obtido pela relação entre o valor de execução do orçamento e o valor do orçamento autorizado. O EOR que é medido mensalmente tinha como meta até o mês de dezembro uma execução de 99%.

Devido ao tempo decorrido, sem causa pela COPEO, não há como mensurar a execução mensal, sendo assim apurado o valor final em dezembro, contemplando o 2º semestre. No entanto, destaca-se que a execução de 2022 apresenta percentual próximo de 100%, o que significa que o ITI atingiu a meta de aplicar toda a dotação proposta no Planejamento Estratégico.

h) Indicador IOP - Índice de otimização de processos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IOP Índice de Otimização de Processos	100%	Positiva	Trimestral	%	COPOM	Gisélia	3889	Dez/2022	100%	100%	100%

O indicador IOP mede o nível de otimização dos processos internos como métrica de efetividade na promoção da gestão organizacional, considerando assim como otimizado a situação de um processo mapeado, projetado e implantado.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de processos otimizados e a quantidade total de processos. O IOP que é medido trimestralmente tinha como meta para o exercício de 2022, a atualização da carteira de 70 processos. A carteira de processos foi atualizada e revisada ainda em 2021, o que resultou em um total de 39 processos, assim, restando para o exercício de 2022, um total de 5 processos a serem mapeados, o que se deu ainda em maio do presente exercício, logo totalizando 44 processos mapeados, projetados e implantados.

i) Indicador IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IAT Índice de Atendimento às demandas de TIC	50%	Positiva	Mensal	%	COTIC	Felipe	3810	Dez/2022	99,79%	100%	100,20%

O indicador IAT mede as demandas por atendimento ao usuário e por suporte à infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC, conforme o Nível de Serviço - SLA, definido em contrato. O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de demandas solicitadas dentro do SLA e o total de demandas atendidas. Percebe-se que a meta foi alcançada, totalizando um desempenho de 100,20% para o 2º semestre de 2022.

As informações para mensuração do indicador deverão ser obtidas diretamente a partir do software que registra os tickets de atendimentos de TI realizados pela equipe técnica. Atualmente está sendo utilizado o OTRS, para tal finalidade. Mede-se as demandas por atendimento ao usuário e por suporte à infraestrutura de TIC conforme o Nível de Serviço - SLA, definido em contrato.

j) Indicador IET - Índice de execução de projetos TIC

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IET Índice de Execução de Projetos de TIC	100%	Negativa	Trimestral	Quantidade de Dias	CGAFI	André Amaro	3873	Dez/2022	160	91	143,12

O indicador IET considera as demandas atendidas pela equipe de desenvolvimento da Fábrica de Software com a implementação de funcionalidades de software mapeadas em casos de desenvolvimento ágil.

As informações para mensuração do indicador foram retiradas diretamente da ferramenta de acompanhamento de projetos de desenvolvimento de software. Atualmente é utilizado para essa finalidade o software Redmine. Devido ao fato de que os contratos anteriores não utilizavam metodologia ágil, não existem dados históricos que possam ser aplicados à metodologia de obtenção dos indicadores proposta para o novo planejamento estratégico.

Consideram as demandas atendidas pela equipe de desenvolvimento da Fábrica de Software com a implementação de funcionalidades de software mapeadas em casos de desenvolvimento ágil.

4.3. Resultados das atividades finalísticas e da gestão

4.3.1. Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas - DINFRA

(1) No contexto das competências regimentais da DINFRA, estabelecidas no art. 9º, do Anexo I, do Decreto nº 11.206/2022:

a) Quanto às operações da AC RAIZ da ICP-Brasil:

Tabela 12 | Operações realizadas no âmbito da DINFRA em 2022

Cerimônias de Emissão de Certificados da AC RAIZ e de AC de nível subsequente à AC RAIZ	Não houve emissão de certificados para a AC RAIZ em 2022; Houve 7 cerimônias de emissão de certificados para ACs subsequentes à AC RAIZ;
Cerimônias de Revogação de Certificados da AC RAIZ e de AC de nível subsequente à AC RAIZ	Houve 1 cerimônia de revogação de AC subsequente à AC RAIZ em 2022;
Cerimônias de Emissão de LCRs da AC RAIZ	Houve 5 cerimônias para emissão de LCRs da AC RAIZ;
Habilitações de ACT na EAT	Não houve habilitação de novas ACTs na EAT em 2022;
Homologações de sistemas e equipamentos de certificação digital da ICP-Brasil	Foram publicados 2 atos declaratórios de homologação, referentes aos dispositivos criptográficos das empresas Wertco e Wayne;
Publicações de Listas de Políticas de Assinatura	Ocorreram 4 publicações de Listas de Políticas de Assinatura;
Publicações de Listas de Prestadores de Serviço de Confiança	Ocorreram 2 (publicações de Listas de Prestadores de Serviço de Confiança;

b) Quanto às regulamentações aplicáveis no âmbito da ICP-Brasil e do ITI:

- i) Participação nas atividades que resultaram na edição e publicação dos seguintes atos normativos:

(1) Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil números 199 a 204, com destaque para:

- (a) Resolução 201 – estabeleceu novos prazos para a adequação da rede de carimbos do tempo ICP-Brasil aos novos protocolos de sincronismo e auditoria do tempo;
- (b) Resolução 203 – aprovou os Relatórios de Auditoria Independente realizada no ambiente da AC RAIZ da ICP-Brasil e seu prestador de serviço de suporte para o período de 09/09/2020 a 08/09/2021;
- (c) Resolução 204 – aprovou alteração no documento ‘Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil - DOC-ICP-05’, para atualizar o tratamento do PUK no âmbito da ICP-Brasil;

(2) Instruções Normativas do ITI números 21 a 26 de 2022, com destaque para:

- (a) IN 22 – aprovou versão revisada e consolidada do documento DOC-ICP-01.01 – Padrões e Algoritmos Criptográficos da ICP-Brasil;
- (b) IN 24 – aprovou alteração do documento DOC-ICP-05.03 - Procedimentos para identificação biométrica na ICP-Brasil, para melhorias nos procedimentos de coleta e verificação da qualidade de biometrias;

(3) Decreto nº 11.206, de 26 de setembro de 2022, que aprovou a Nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do ITI;

c) Quanto às atividades e os procedimentos operacionais e de segurança no âmbito da ICP-Brasil e do ITI:

- I. Realização de auditorias da AC RAIZ, que foram feitas por uma empresa especializada e independente. Os resultados da avaliação atestaram a conformidade aos normativos da ICP-Brasil bem como os internacionais aplicáveis, tendo por resultados a manutenção dos selos “Webtrust for CA”, “Webtrust SSL BR”, “Webtrust SSL EV” e “Webtrust Codesigning”;
- II. Entrega, avaliação, aprovação e instalação no ambiente de produção da Entidade de Auditoria do Tempo - EAT, o ITI, de licenças cliente PTP (IEEE 1588 PTP Input Option) para os servidores de tempo Microsemi S650i da EAT da ICP-Brasil. Esta atividade está relacionada com os novos requisitos existentes para a Rede de Carimbo do Tempo na ICP-Brasil, aprovadas nas Resoluções do CG ICP-BRASIL nºs 171, 172 e 184;
- III. Adequação dos serviços de suporte técnico para atendimento da nova configuração dos ativos da Rede de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil;
- IV. Entrega de licenças RedHat para o ambiente operacional da AC RAIZ;
- V. Realização de homologações no âmbito da ICP-Brasil;

d) Quanto ao Centro de Certificação Digital - CCD da AC RAIZ:

- I. Manutenção do pleno funcionamento do CCD da AC RAIZ ICP-Brasil, em seus dois ambientes, Produção (Brasília/DF) e Contingência (Florianópolis/SC), garantindo a disponibilidade normativa mínima de 99,99%;
- II. Implantação de equipamentos e sistemas de infraestrutura e segurança da informação adquiridos em 2021 e recebidos em 2022, contendo soluções de equipamentos de firewall, switches SAN e UTP, gestão de backup e recuperação de desastre e bibliotecas de fitas para armazenamento de longo prazo;

- III. Readequação da infraestrutura de assinaturas eletrônicas avançadas, com implantação de rede segregada e site dedicado a essa infraestrutura, bem como evolução dos sistemas de assinatura, monitoramento dos serviços e implantação de sistema automatizado de gestão de servidores (VMs) com uso de Git e Ansible;
- IV. Contratação de serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura de TIC, exclusivos para o ambiente de Assinaturas Eletrônicas Avançadas do ITI, com monitoramento por meio de NOC e SOC, conforme contrato 10/2022 (SEI 0570581);
- V. Elaboração e implantação de rotinas e fluxos de trabalho para os novos colaboradores do ITI responsáveis pela operação de infraestrutura de TIC, exclusivos para o ambiente de Assinaturas Eletrônicas Avançadas do ITI, com monitoramento por meio de NOC e SOC.

(2) Quanto às competências do ITI estabelecidas no art. 9º, do Decreto nº 10.543/2020:

- I. Continuidade da implantação do serviço de assinaturas eletrônicas avançadas, conforme disposto na Lei nº 14.063/2020, e regulamentada pelo Decreto nº 10.543/2020, demandado ao ITI pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, que consiste de infraestrutura de rede e de aplicações para a emissão de certificados digitais avançados e a realização e verificação de assinaturas eletrônicas avançadas, de forma completamente independente da infraestrutura da AC RAIZ da ICP-Brasil. Durante o ano de 2022, foram realizadas adequações no ambiente de produção em Brasília/DF e a instalação de ambiente de contingência em Florianópolis/SC;
- II. Manutenção e sustentação das ACs que formam a cadeia de confiança de emissão de certificados digitais avançados para os cidadãos com contas “PRATA” e “OURO” da Plataforma Gov.br: Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, AC Intermediária do Governo Federal do Brasil v1 e AC Final do Governo Federal do Brasil v1;

- III. Manutenção, sustentação e evolução funcional continuada do serviço de assinaturas eletrônicas avançadas, através do [Portal de Assinaturas Eletrônicas da Plataforma Gov.br](#) e através de APIs para integração automatizada de aplicações de governo;
- IV. Manutenção, sustentação e evolução funcional continuada do serviço de [verificação de assinaturas eletrônicas avançadas](#).
- V. Dados referentes às assinaturas eletrônicas avançadas no ano de 2022:

Tabela 13 | Assinaturas Eletrônicas Avançadas

Mês	Assinaturas Eletrônicas Avançadas Realizadas
Janeiro	656.203
Fevereiro	772.065
Março	981.000
Abril	970.532
Maio	1.127.118
Junho	1.189.454
Julho	1.646.648
Agosto	2.098.737
Setembro	1.814.645
Outubro	1.732.322
Novembro	1.920.484
Dezembro	2.044.553
Total em 2022	16.953.763

Tabela 14 | Certificados Digitais Avançados Emitidos

Mês	Certificados Digitais Avançados Emitidos
Janeiro	90.903
Fevereiro	104.858
Março	154.284
Abril	169.425
Maio	217.347
Junho	231.670
Julho	428.903
Agosto	508.464
Setembro	378.245
Outubro	325.643
Novembro	333.199
Dezembro	334.826
Total em 2022	3.277.767

VI. Dados referentes às aplicações públicas integradas via API da Assinatura Eletrônica Avançada em ambiente de Produção:

Tabela 15 | Aplicações Públicas Integradas Via API em ambiente de Produção

	Tipo	Nome	Descrição	Volumetria Estimada (Anual)
1	Oauth	App da CDT	App da CDT	-
2	Oauth	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA	13.000
3	Oauth	INSS	App do INSS	-
4	Oauth	Junta Comercial - Vox Tecnologia	Junta Comercial - Vox Tecnologia	-
5	Oauth	Prefeitura Blumenau	Prefeitura Blumenau	-
6	Oauth	UFSC	Integração UFSC	-
7	Oauth	Balcão Único – JUCESP	Balcão Único - JUCESP	-
8	Oauth	DENATRAN – Serpro	DENATRAN – Serpro	4.000.000
9	Oauth	Juntas Comerciais - ProSolution	Juntas Comerciais - ProSolution	117.000
10	Oauth	Governo MG - Prodemege CIPTEA	Governo MG - Prodemege CIPTEA	14.500
11	Oauth	Governo MG - Prodemege CIPTEA - A1BP	Governo MG - Prodemege CIPTEA - A1BP	120.174
12	Oauth	Prodemege - Certifica Minas	Prodemege - Certifica Minas	122.738

13	Oauth	Sistema Inova Simples	Sistema Inova Simples	75.000
14	Oauth	Santana de Parnaíba	Santana de Parnaíba	1.837.000
15	Oauth	eAssinaRFB	eAssinaRFB	3.000.000
16	Oauth	Protocolo Digital Banco Central	Assinatura digital de documentos recebidos de entidades externas pelo Banco Central	6.000
17	Oauth	Aplicação TCE-SC	Aplicação TCE-SC	180.000
18	Oauth	Plataforma Floresta+	Plataforma Floresta+	5.000
19	Oauth	Aplicação Compartilha Receita	Aplicação Compartilha Receita	500.000
20	Oauth	Plataforma Rede GOV.BR	Plataforma Rede GOV.BR	600.000
21	Cas	Assina	Assinador ITI BR	-
22	Cas	Assina (dev)	-	-
23	Cas	Pessoa	Aplicação para Gerenciamento do Cadastro de Pessoas	-
24	Cas	Portal de assinatura gov.br	Portal de assinatura gov.br	-
25	Oauth	Portal de assinatura gov.br	Portal de assinatura gov.br	-
26	Oauth	SCCP	SCCP	-
27	Oauth	Sistemas Admin	Administração de Sistemas	-

28	Oauth	WebServices	-	-
29	Oauth	Cartórios de Protesto do Estado de São Paulo – CENPROTSP	Cartórios de Protesto do Estado de São Paulo – CENPROTSP	100.000
30	Oauth	Escola de Saúde Pública do Ceará	Escola de Saúde Pública do Ceará	4.000
31	Oauth	Gabinete Digital da Câmara dos Deputados	Gabinete Digital da Câmara dos Deputados	20.000
32	Oauth	Gerenciador API Conectagov – SGD	Gerenciador API Conectagov – SGD	-
33	Oauth	Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Santiago Rio Grande do Sul – RS	Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Santiago Rio Grande do Sul - RS	-
34	Oauth	Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG	Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG	-
35	Oauth	Módulo de Acesso Cidadão - Sistema de Processo Eletrônico da Prefeitura de Maceió	Módulo de Acesso Cidadão - Sistema de Processo Eletrônico da Prefeitura de Maceió	-
36	Oauth	Prefeitura de Maceió	Prefeitura de Maceió	862.594
37	Oauth	Secretaria de Planejamento Urbano e Gestão Estratégica da Prefeitura de Hortolândia/SP	Secretaria de Planejamento Urbano e Gestão Estratégica da Prefeitura de Hortolândia - SP	3.000
38	Oauth	Verificador do PROCERGS	Verificador do PROCERGS	3.000

Obs.: As volumetrias não preenchidas, em “branco”, não foram informadas pelos gestores das aplicações.

VII. Dados referentes às aplicações públicas integradas via API da Assinatura Eletrônica Avançada em ambiente de Homologação:

Tabela 16 | Aplicações Públicas Integradas Via API em ambiente de Homologação

	Descrição	Volumetria Estimada (Anual)	Nome	Tipo
1	Oauth	5.000	Plataforma Floresta Mais	Plataforma Floresta Mais
2	Oauth	-	Ambiente Desenvolvimento INSS	Ambiente Desenvolvimento INSS
3	Oauth	-	Ambiente desenv SERPRO – Estaleiro	Ambiente desenv SERPRO – Estaleiro
4	Oauth	-	Ambiente homologação INSS	Ambiente homologação INSS
5	Oauth	-	Ambiente homologação serpro	Ambiente homologação serpro
6	Oauth	-	Ambientes desenv SERPRO	Ambientes desenv SERPRO
7	Oauth	-	Ambientes desenv SGD	Ambientes desenv SGD
8	Oauth	-	Aplicação de teste govbr	Aplicação de teste govbr
9	Cas	-	Assina	Assinador Staging ITI BR
10	Cas	-	Assinatura API Service	Assinatura API Service
11	Oauth	-	Assinatura API Servic	Assinatura API Servic
12	Oauth	-	Automatização das Transferências de Propriedade de Veículos - DETRAN GO	Automatização das Transferências de Propriedade de Veículos - DETRAN GO
13	Oauth	-	Balcão Único – JUCESP	Balcão Único - JUCESP
14	Oauth	6.000	Banco Central do Brasil	Banco Central do Brasil
15	Oauth	3.000	CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina	CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina

16	Oauth	CIGA-SC	CIGA-SC	13.000
17	Oauth	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - A1BP	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - A1BP	120.174
18	Oauth	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - G2AP	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - G2AP	14.500
19	Oauth	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - R2BP	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - R2BP	122.738
20	Oauth	FGTS Digital e Sistema de Procuração eletrônica - SIT do MTP	FGTS Digital e Sistema de Procuração eletrônica - SIT do MTP	1.200.000
21	Oauth	JUCEPE - Sistema de Livros Digitais	JUCEPE - Sistema de Livros Digitais	60.000
22	Oauth	Juntas comerciais - Pro Solution	Juntas comerciais - Pro Solution	117.000
23	Oauth	Juntas comerciais - VOX tecnologia	Juntas comerciais - VOX tecnologia	
24	Oauth	Plataforma Expresso da Subsecretaria de TI do Governo do Estado de Goiás	Plataforma Expresso da Subsecretaria de TI do Governo do Estado de Goiás	100.000
25	Oauth	Plataforma Rede GOV.BR	Plataforma Rede GOV.BR	600.000
26	Oauth	Plataforma de Governança Territorial do INCRA	Plataforma de Governança Territorial do INCRA	120.000
27	Oauth	Prefeitura Blumenau	Prefeitura Blumenau	-
28	Oauth	Prefeitura de Campo Grande – MS	Prefeitura de Campo Grande – MS	8.400
29	Oauth	RFB Serpro - Compartilha Receita	RFB Serpro - Compartilha Receita	500.000
30	Cas	SCCP	-	-
31	Oauth	SERPRO – eAssinaRFB	SERPRO - eAssinaRFB	3.000.000
32	Oauth	SERPRO Estaleiro – DENATRAN	SERPRO Estaleiro - DENATRAN	4.000.000
33	Oauth	Santana de Parnaíba – SMTI	Santana de Parnaíba – SMTI	1.837.000

34	Oauth	Sistema Eletrônico de Informações – SEI	Sistema Eletrônico de Informações – SEI	2.400.000
35	Oauth	Sistema Inova Simples	Sistema Inova Simples	75.000
36	Oauth	Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SEA-SC	Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SEA-SC	12.000
37	Oauth	Sistema de Projetos Prioritários - Ministério da Comunicação	Sistema de Projetos Prioritários - Ministério da Comunicação	250.000
38	Cas	Sistemas Admin	-	-
39	Oauth	Tribunal Superior Eleitoral	Tribunal Superior Eleitoral	50.400
40	Oauth	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - e-SIPROC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - e-SIPROC	180.000
41	Cas	UWS	-	
42	Oauth	ePAD-CGU	ePAD-CGU	500.000
43	Oauth	Governo do Rio Grande do Sul	Governo do Rio Grande do Sul	3.000
44	Oauth	Aplicação Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - ONR – DF	Aplicação Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - ONR – DF	100.000
45	Oauth	Prefeitura de Hortolândia – SP	Prefeitura de Hortolândia – SP	3.000
46	Oauth	Gerenciador API Conectagov	Gerenciador API Conectagov	500
47	Oauth	Prefeitura de Maceió – AL	Prefeitura de Maceió – AL	862.594
48	Oauth	Portal de Serviços do DETRAN – MG	Portal de Serviços do DETRAN – MG	251.850
49	Oauth	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS	15.000
50	Oauth	Central de serviços eletrônicos do tabeliões de protesto do estado de São Paulo - CENPROT-SP	Central de serviços eletrônicos do tabeliões de protesto do estado de São Paulo - CENPROT-SP	100.000

51	Oauth	Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados	20.000
52	Oauth	Escola de Saúde Pública do Ceará	Escola de Saúde Pública do Ceará	4.000
53	Oauth	Módulo de Acesso Cidadão - Sistema de Processo Eletrônico da Prefeitura de Maceió	Módulo de Acesso Cidadão - Sistema de Processo Eletrônico da Prefeitura de Maceió	-
54	Oauth	PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP	PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP	300.000
55	Oauth	Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG	2.400.000
56	Oauth	Prefeitura Municipal de Santiago – RS	Prefeitura Municipal de Santiago – RS	4.500
57	Oauth	Prefeitura de Indaiatuba – SP	Prefeitura de Indaiatuba – SP	60.000
58	Oauth	Prefeitura de São Pedro da Aldeia – RJ	Prefeitura de São Pedro da Aldeia - RJ	11.000
59	Oauth	Projetos Urbanos da Prefeitura de Hortolândia	Projetos Urbanos da Prefeitura de Hortolândia	3.000
60	Oauth	Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul	Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul	300.000
61	Oauth	Sistema Nacional de Direitos Humanos – MDH	Sistema Nacional de Direitos Humanos – MDH	10.000
62	Oauth	Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede - SUPER.GOV.BR	Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede - SUPER.GOV.BR	10.000
63	Oauth	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ	1.000.000
64	Oauth	Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG	Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG	2.300.000

Obs.: As volumetrias não preenchidas, em “branco”, não foram informadas pelos gestores das aplicações.

(3) As atividades, ações e projetos elencados nos parágrafos anteriores estão aderentes à Estratégia de Governo de Digital para o período de 2020 a 2022, instituída pelo Decreto nº 10.332/2020, em especial, ao Objetivo 12 – Identidade digital do cidadão, e suas iniciativas:

- 12.2. Disponibilizar identidade digital ao cidadão, com a expectativa de emissão de quarenta milhões, até 2022;
- 12.3. Criar as condições para a expansão e para a redução dos custos dos certificados digitais para que custo máximo R\$ 50,00), por usuário anualmente, até 2022;
- 12.4. Disponibilizar novos mecanismos de assinatura digital ao cidadão, até 2022;
- 12.5. Incentivar o uso de assinaturas digitais com alto nível de segurança;
- 12.7. Promover a divulgação ampla de sistemas e aplicações para uso e verificação das políticas de assinatura com códigos abertos e interoperáveis.

(4) Outrossim, essas mesmas atividades, ações e projetos encontram-se alinhadas ao Planejamento Estratégico do ITI para o período 2019 a 2022, com destaque para:

- Objetivos Estratégicos RE-1: “Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e eficácia” e RE-2 “Ter clientes, governo e demais partes interessadas satisfeitos”;
- Desafios Internos DI-3: “Ampliar o papel institucional e a prestação de serviços à sociedade”, DI-4 “Garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital nos padrões nacionais e internacionais” e DI-5 “Fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em soluções tecnológicas para segurança e confiança digital”.

4.3.1.1. Coordenação-Geral de Operações – CGOPE

As principais ações e entregas alcançadas ao longo do exercício de 2022 com relação aos Projetos Estratégicos abaixo discriminados sob responsabilidade da CGOPE.

Projeto: Protocolo de auditoria e sincronismo de tempo.

Para aquisição de Sistemas de Auditoria e Sincronismo - SAS e Servidor de Carimbo do Tempo - SCT atendendo aos requisitos dos novos protocolos de tempo, foi assinado contrato com a empresa Kryptus. No transcorrer de 2022, foram promovidos testes na rede metropolitana de Brasília/DF, utilizando SAS instalado no ambiente principal da EAT - Entidade de Auditoria de Tempo da ICP-Brasil - e SCT instalado em laboratório da CGOPE na sede do ITI, para verificação

da eficiência dos protocolos e promoção de ajustes. Também foram feitos testes de redundância, performance e conectividade com as ACTs.

As ACTs que fazem parte da Rede de Carimbo do Tempo começaram a migrar para o novo protocolo no segundo semestre de 2022 e com a previsão de que todas as 9 ACTs já estejam operacionais no primeiro trimestre de 2023, completando assim o ciclo de migração para os novos protocolos.

Projeto: Referência mundial de tempo.

Dando continuidade às atividades do Termo de Execução Descentralizada 002/2020, firmado entre o ITI e o INMETRO, no ano de 2022, foi instalado o novo oscilador de césio da Marca Microchip modelo 5071A. Este novo equipamento possui precisão maior que os osciladores atuais utilizados na EAT e servirá para compor a escala de tempo do ITI.

Também foram definidos novos processos de rastreabilidade dos osciladores de césio utilizando os receptores GNSS, com a utilização da aplicação do governo Canadense chamada Canadian Spatial Reference System Precise Point Positioning - CSRS-PPP. Esta aplicação utiliza os parâmetros coletados pelo receptor para uma comparação remota entre o oscilador local e a estampa de tempo gerada pela rede GPS. Este método passou a ser aceito pelo Bureau International des Poids et Mesures - BIPM em 2022, como uma forma de disseminação da escala Universal Time Coordinated - UTC, para sistemas críticos de computação, telecomunicações e energia.

No ano de 2023, o INMETRO deverá entregar os demais equipamentos para composição da escala de tempo do ITI, que sofreram atraso na entrega pelos fabricantes devido à alta demanda por microprocessadores ocorrida durante a pandemia da COVID-19, prosseguindo com a certificação do sítio principal e sítio de contingência da EAT. Uma vez certificados os sítios da EAT, os sinais gerados pela escala de tempo do ITI passarão a compor a escala de tempo do INMETRO, que compõe o cálculo da escala mundial UTC fornecido pelo BIPM.

4.3.1.2. Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança – CGISE

Dentre as atividades da CGISE, os resultados alcançados ao longo do exercício de 2022 estão:

1. Resultados dos indicadores “IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil”.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelas normas da ICP-Brasil (99,99%), no ambiente seguro principal da AC RAIZ são mantidas duas infraestruturas de rede e internet completamente independentes entre si e independentes daquela do ambiente seguro de contingência, com administração e gerenciamento realizados pelos técnicos do próprio ITI. Além disso, o ITI mantém contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro da AC RAIZ, que são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada.

Assim, durante o exercício de 2022, foi possível manter a disponibilidade da AC RAIZ da ICP-Brasil em 100%, atendendo, assim, plenamente o IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, cuja meta estabelecida é 99,99%.

2. Resultados dos projetos “Aderência da ICP-Brasil aos padrões internacionais” e “Modernização tecnológica do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC RAIZ”.

2.1. Aderência da ICP-Brasil ao padrões internacionais

O ITI, Autoridade Certificadora Raiz – AC RAIZ da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, mantém contrato com a empresa de auditoria independente - Ernst & Young Auditores Independentes S/S - para realização de auditorias de conformidade com os documentos ICP-Brasil (DOC-ICP-01 e DOC-ICP- 02) e normativos internacionais Webtrust. Assim, no exercício de 2022, foram realizadas as seguintes auditorias:

- I. Auditoria anual de conformidade, baseada nos normativos vigentes da ICP-Brasil denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, para o período de 09 de setembro de 2021 a 08 de setembro de 2022 (exercício 2022), cujos pareceres resumo, em português e, também, em inglês, estarão disponíveis após aprovação do [Comitê Gestor da ICP-Brasil](#);
 - II. Auditoria baseada no normativo internacional Webtrust Principles and Criteria for Certification Authorities, para o período de 09 de setembro de 2021 a 08 de setembro de 2022 (exercício 2022), para as cadeias v2, v4, v5, v6, v7, v10 e v11, cujos respectivos selos Webtrust (Webtrust for CA) se encontram disponíveis no [link](#);
 - III. Auditoria baseada no normativo internacional WebTrust Principles and Criteria for Certification Authorities – Code Signing Baseline Requirements, para o período de 09 de setembro de 2021 a 08 de setembro de 2022 (exercício 2022), cujo selo Webtrust (Code Signing) está disponível no [link](#);
 - IV. Auditoria baseada no normativo internacional Webtrust Principles and Criteria for Certification Authorities – SSL Baseline with Network Security, para o período de 09 de setembro de 2021 a 08 de setembro de 2022 (exercício 2022), cujo selo Webtrust (BR SSL) está disponível no [link](#).
 - V. Auditoria baseada no normativo internacional WebTrust Principles and Criteria for Certification Authorities – Extended Validation, para o período de 09 de setembro de 2021 a 08 de setembro de 2022 (exercício 2022), cujo selo Webtrust (SSL Extended Validation) está disponível no [link](#).
- Dessa forma, de acordo com os relatórios apresentados pela empresa de auditoria independente, a AC RAIZ está em conformidade com os normativos DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02 da ICP-Brasil em nível considerado ACEITÁVEL (Média da avaliação dos riscos considerada baixa), conforme documento DOC-ICP-08.01 v1.0 CRITÉRIOS PARA A EMISSÃO DE PARECER DE AUDITORIA, disponível no [repositório](#).

Além disso, cabe ressaltar que de acordo com as auditorias realizadas conforme os normativos internacionais Webtrust, a AC RAIZ manteve os selos obtidos anteriormente (Webtrust for CA, SSL BR, SSL EV e CS).

Dessa forma, o ITI atualmente dispõe de todos os selos Webtrust disponíveis, o que facilitará a inserção dos certificados raízes da ICP-Brasil nos repositórios confiáveis dos navegadores de Internet e no estabelecimento de acordos de reconhecimentos internacionais.

2.2. Modernização tecnológica do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC RAIZ

No ano de 2022, o ITI cumpriu seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz - AC RAIZ da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil dando continuidade ao desenvolvimento e implantação de novas soluções tecnológicas com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do Certificado Digital ICP-Brasil.

Em relação às assinaturas eletrônicas avançadas, conforme previsto na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, o ITI deu continuidade ao provimento de infraestrutura específica para tal finalidade, tendo adquirido novas licenças da solução de virtualização da VMWare (VCenter e VSphere), além de renovar licenças que se encontravam vencidas.

4.3.2. Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

As atividades da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização-DAFN, no de 2022 abrangeram realização de:

- A. Auditorias operacionais nas entidades de credenciamento;**
- B. Fiscalizações das entidades credenciadas;**
- C. Credenciamentos / descredenciamentos / novas vinculações de AR nas cadeias da ICP-Brasil / alteração de dados cadastrais, especialmente de AR;**

- D.** Manutenção e credenciamento das empresas de auditoria independente;
- E.** Análise de documentação técnica de ACs (PC, DPC, PS) e ARs (DPN) em conformidade com as novas regulamentações e em face às novas regras para aderência ao Webtrust;
- F.** Desenvolvimento de ferramenta para melhoria das atividades de controle das Auditorias;

A tabela abaixo, quantifica as principais atividades desenvolvidas pela DAFN, que tem reflexos diretos nos credenciamentos e manutenção dos credenciamentos das entidades da ICP-Brasil.

Tabela 17 | Atividades DAFN

Realizações	Executado
Auditorias pré-operacionais de AC	13
Fiscalização	67
Análise de Credenciamento de AR	477
Análise de Credenciamento de PSS	1
Análise de credenciamento de Órgão de Auditoria Independente	1
Análise de novas vinculações de AR	433
Instruções Normativas	6
Resoluções	6

Fonte: sei.iti.gov.br

O crescente número de credenciamentos, conforme figura abaixo, é resultado de inúmeras ações para elucidar conceitos, simplificação e melhorias em processos administrativos da DAFN.

Figura 10 | Comparativo DAFN


Os números de emissões de certificados dos últimos doze meses, demonstram o crescimento da ICP-Brasil em 2022, registrado em 11,66%, Esse crescimento se deu na divulgação do certificado digital em apoio às estratégias de transformação digital do país. Vide a tabela abaixo.

Tabela 18 | Emissões de Certificados

Emissões de Certificados			
Mês Referência	2021	2022	Crescimento de 2022 em relação a 2021 (%)
Janeiro	581.534	651.121	11,97%
Fevereiro	576.832	661.697	14,71%
Março	602.477	703.657	16,79%
Abril	548.844	590.743	7,63%
Maio	658.834	755.667	14,70%
Junho	696.387	733.734	5,36%
Julho	674.580	743.401	10,20%
Agosto	704.449	786.110	11,59%
Setembro	638.800	703.150	10,07%
Outubro	599.028	680.115	13,54%
Novembro	648.939	702.636	8,27%
Dezembro	537.585	627.411	16,71%
TOTAL	7.468.289	8.339.442	11,66%

Fonte: sg2.in.iti.gov.br

A DAFN continua realizando melhorias, para maior transparência aos interessados na apresentação de resultados, sendo entre eles os serviços para acompanhamento da [fila de credenciamento](#), a página onde são demonstrados os [números consolidados de credenciamentos](#) e também de [emissões de certificados](#), bem como a página que foi disponibilizada para a consulta de informações relacionadas aos [certificados emitidos](#). Por fim, a DAFN está inteiramente

alinhada com as estratégias do ITI e trabalha para a realização das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico.

4.3.2.1. Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização – CGAFI

A criação da ICP-Brasil coincide com a criação do governo eletrônico no Brasil, em meados do ano de 2000. A certificação digital tem papel fundamental na operacionalização de quaisquer atividades em meio eletrônico que tenham como requisitos a segurança técnica e a segurança jurídica.

Segurança técnica porque se baseia em princípios matemáticos e computacionais para legitimar e validar ações em meio eletrônico e segurança jurídica porque está amparada pela legislação específica, que dá a devida legalidade às ações produzidas em meio eletrônico, com o uso do certificado digital ICP-Brasil.

Assim, empresas privadas ou públicas, que queiram aderir à ICP-Brasil, devem fazê-lo a partir do credenciamento junto ao ITI, comprometendo-se a cumprir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis à Certificação Digital da ICP-Brasil e submeter-se a auditorias periódicas e fiscalizações permanentes. Desta feita, o Instituto não tem concorrentes diretos, visto que não emite certificado digital ao usuário final (cidadão ou empresa). O ITI emite, enquanto Autoridade Certificadora Raiz, os certificados digitais das Autoridades Certificadoras de 1º nível, credenciadas as entidades e audita e fiscaliza todos os entes da ICP-Brasil, exceto a AC RAIZ.

Dentro do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil emitiu 8.339.442³ certificados digitais. No mesmo período anterior, de 2021, foram emitidos 7.468.289, portanto, houve um crescimento de 11,66% em 2022.

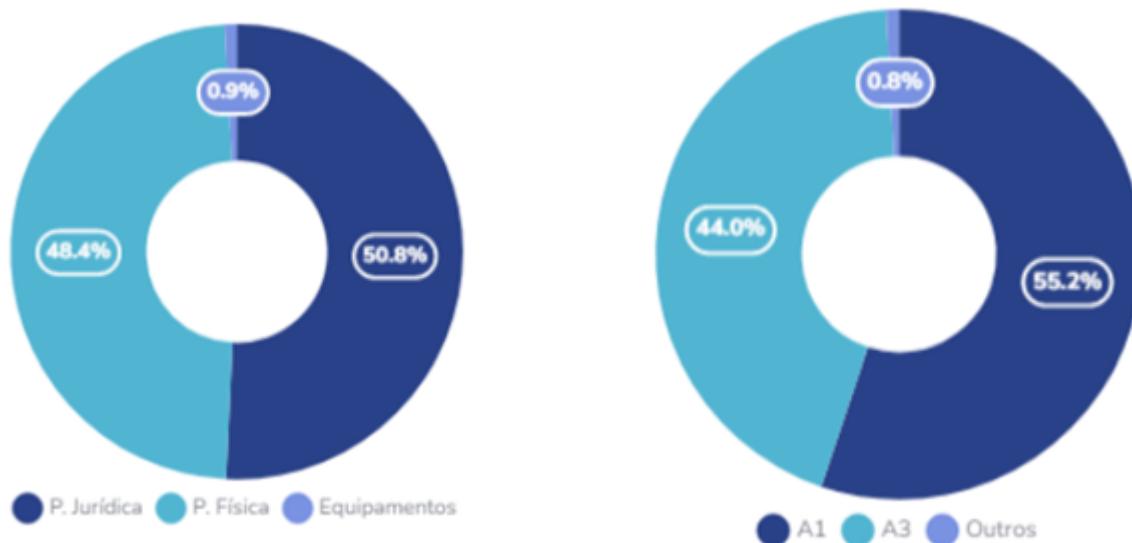
³ Dados retirados do sg2.in.iti.gov.br em 19/01//2023 às 08:48

**Tabela 19 | Ranking das 10 Autoridades Certificadoras –
 ACs que mais emitiram certificados no ano de 2022⁴**

Posição	Nome da AC	% de Emissão
1	AC SOLUTI MÚLTIPLA	22,79%
2	AC CERTIFICA MINAS	10,57%
3	AC VALID RFB	9,74%
4	AC SAFEWEB RFB	9,00%
5	AC CERTISIGN RFB	8,63%
6	AC SERPRO RFB	5,00%
7	AC ONLINE RFB	4,69%
8	AC SERASA RFB	4,02%
9	AC DIGITALSIGN RFB	3,30%
10	AC CNDL RFB	3,25%

⁴ Dados retirados do sg2.in.iti.gov.br em 19/01//2023 às 08:48.

Gráfico 5 | Ranking de emissões por tipos de Certificados no ano de 2022⁵



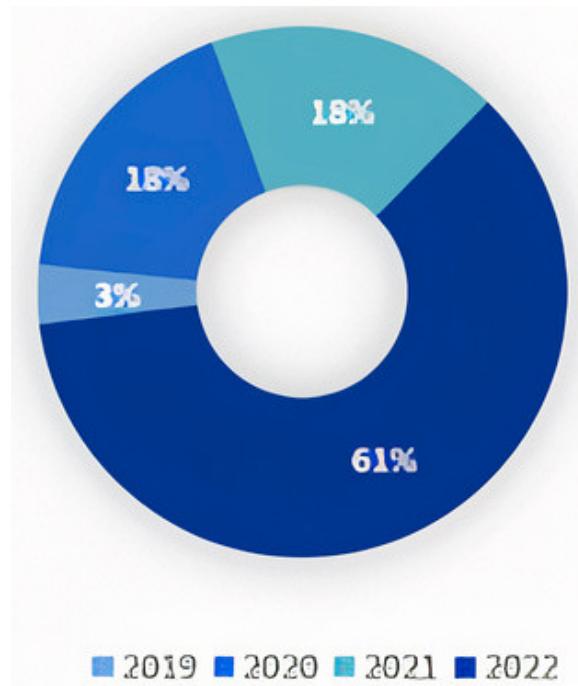
⁵ Dados coletados no site números.iti.gov.br em 02/01/2023.

Figura 11 | Estrutura da ICP-BRASIL em 31/12/2022



| Total de Fiscalizações nos últimos 4 anos

Foram realizadas nos últimos 4 anos um total de 112 fiscalizações, sendo 4 feitas no ano de 2019, 20 no ano de 2020, também 20 no ano de 2021, finalizando com 68 iniciadas no ano de 2022, tendo sido concluídas 49, 19 fiscalizações ainda em andamento.

Gráfico 6 | Estrutura da ICP-BRASIL em 31/12/2022

No exercício de 2022, com a melhora na quantidade de servidores atuando na fiscalização, foi possível elevar consideravelmente o número de fiscalizações em comparação com os anos anteriores.

As fiscalizações podem ser visualizadas na página do ITI através [do link de fiscalização](#).

| Projeto atualização de Sistema Antifraude

Para o ano de 2023, a DAFN/CGAFI, pretende aumentar o combate às fraudes, por meio do desenvolvimento do novo sistema antifraude e do aumento do controle/monitoramento das trocas de mensagens entre os PSBios.

4.3.2.2. Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização – CGNPE

As atividades da Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa - CGNPE compreendem:

- I. Gestão do arcabouço técnico normativo da ICP-Brasil;
- II. Manutenção das normas e padrões definidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- III. Gestão do Repositório de Normas da ICP-Brasil;
- IV. Estudo das normas de ETSI, IETF-PKIX, NIST e CA/Browser-Forum relacionadas à certificação digital;
- V. Gestão de identificador de objeto - OID;
- VI. Gestão e manutenção do Cadastro de Agentes de Registro;
- VII. Gestão das políticas de assinatura da AC Raiz;
- VIII. Gestão das listas dos Prestadores de Serviço de Confiança; e
- IX. Resposta a consultas técnicas e canais de ouvidoria e SIC.

| Resoluções e Instruções Normativas

A CGNPE realiza trabalhos de revisão, manutenção e proposição de normas técnicas e operacionais, relacionadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil. Nesse sentido, vem constantemente estudando e acompanhando os padrões, regulamentos, recomendações e especificações nacionais e internacionais relacionadas à ICP-Brasil.

No ano de 2022 a CGNPE executou a etapa V e a etapa complementar da revisão e consolidação estabelecida pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, para revisão e consolidação dos atos

normativos inferiores a decreto, editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, concluindo esse processo.

Foram realizadas duas reuniões do Comitê Gestor da ICP-Brasil em 2022, por videoconferência, resultando na publicação de 6 (seis) resoluções, conforme relação a seguir:

- **Resolução nº 199, de 15 de março de 2022** – Aprova a versão revisada e consolidada do documento Manual de Uso da Marca ICP-Brasil.
- **Resolução nº 200, de 15 de março de 2022** – Revoga resoluções componentes do processo de revisão e consolidação dos atos normativos no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
- **Resolução nº 201, de 15 de março de 2022** – Altera os prazos aprovados para a migração da rede de carimbo do tempo ICP-Brasil para os novos protocolos.
- **Resolução nº 202, de 15 de março de 2022** – Revoga a Resolução nº 160, de 17 de abril de 2020, do Comitê-Gestor da ICP-Brasil.
- **Resolução nº 203, de 15 de março de 2022** – Aprova os Relatórios de Auditoria Independente, realizados no ambiente operacional da AC Raiz e seu Prestador de Serviço de Suporte.
- **Resolução nº 204, de 15 de março de 2022** – Altera o DOC-ICP-05 - Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil, aprovado pela Resolução nº 177, de 20 de outubro de 2020.

Em 2022 foram aprovadas pelo Diretor-Presidente do ITI, que também exerce a função de Secretário-Executivo do Comitê Gestor da ICP-Brasil, e publicadas 06 (seis) Instruções Normativas, que suplementam as regulamentações aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Essas normas são elaboradas e/ou atualizadas pela CGNPE.

Deve ser observado que a numeração das Instruções Normativas, por determinação do Decreto nº 10.139, passaram a ser sequenciais em relação ao ano anterior, ou seja, não são mais reiniciadas ao início de cada ano. Assim, a relação das instruções normativas abaixo se inicia na IN nº 21/2022:

- **IN nº 21, de 23 de março de 2022** – Revoga instruções normativas componentes do processo de revisão e consolidação dos atos normativos no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
- **IN nº 22, de 23 de março de 2022** – Aprova a versão revisada e consolidada do documento Padrões e Algoritmos Criptográficos da ICP-Brasil – DOC-ICP-01.01.
- **IN nº 23, de 12 de março de 2022** – Aprova a versão revisada e consolidada dos requisitos necessários à emissão de certificados digitais de pessoas jurídicas para os condomínios.
- **IN nº 24, de 27 de maio de 2022** – Altera o DOC-ICP-05.03 para melhorias nos procedimentos de coleta e verificação da qualidade de biometrias.
- **IN nº 25, de 22 de setembro de 2022** – Revoga a Instrução Normativa nº 04, de 07 de abril de 2020, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.
- **IN nº 26, de 20 de dezembro de 2022** – Aprova a revisão e a consolidação do Cadastro de Agentes de Registro da ICP-Brasil.

| OID e Mapa de Processos

Conforme disposto no art. 10, do Decreto nº 11.206, de 26 de setembro de 2022, é atribuição da DAFN a definição dos diversos Object Identifier – OID. Em 2022 foram atribuídos 38 novos OIDs, distribuídos em 12 pedidos de registro para DPC e 02 de DPPSC, tendo sido cancelada a atribuição de 05 OIDs. Foi recebida e atendida 1 (uma) solicitação de OID fora do arco da ICP-Brasil.

A publicação dos OIDs ICP-Brasil é efetuada por meio do adendo ADE-ICP-04.01, para o qual está prevista a publicação da versão 6.9 em 30 de dezembro de 2022, a ser disponibilizada no site do ITI. Os OIDs da ICP-Brasil também são atualizados no sistema computacional do ITI (CASA) e no repositório internacional OID-Info.

Além do ADE-ICP-04.01, a CGNPE publica periodicamente a atualização do Mapa de Processos Identificados na ICP-Brasil, ADE-ICP-08. Foram publicadas duas versões no ano de 2022, versão 4.2 e versão 4.3, acompanhando a evolução normativa.

| **Termos de Execução Descentralizada e contratos**

Em 2022 ocorreu o acompanhamento da finalização da execução do Termo de Execução Descentralizada - TED nº 03/2019, celebrado entre o ITI e a Universidade de Brasília - UnB, para a atualização do Plugin PAdES ICP-Brasil, bem como para desenvolvimento de pesquisa, tecnologia e um sistema piloto, para criação e verificação de assinaturas digitais em formato PDF, seguindo o padrão PAdES ICP-Brasil, utilizando Primitivas Criptográficas de Curvas Elípticas e a Extensão da Tecnologia de Assinaturas Digitais para Ambientes Mobile.

Também houve o acompanhamento da finalização do TED nº 04/2019, celebrado entre o ITI e a Universidade de Santa Catarina - UFSC, com o objetivo de o aprimoramento e manutenção do Verificador de Conformidade, Assinador ITI e Gerenciador de Políticas de Assinatura Digital e Listas Confiáveis da ICP-Brasil. No escopo desse TED destacam-se as entregas relacionadas ao Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital ICP-Brasil, que é um software de referência disponibilizado pelo ITI à comunidade e organizações públicas e privadas, com o intuito de auxiliar na verificação da conformidade de arquivos assinados digitalmente.

A CGNPE está trabalhando em um modelo de edital para chamamento público de instituições interessadas, em projetos de pesquisa, em tecnologias de assinatura digital, criptografia, PKI e Certificação Digital.

Além dos TEDs, a CGNPE elaborou e compôs as equipes de contratação para a aquisição de normas ABNT/ISO e a aquisição de computadores MAC.

| Listas de Confiança

Em relação às gerações dos códigos de máquina das Políticas de Assinatura - PA e das Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas - LPA, seja por versionamento para correção, atualização ou revalidação (LPAs vencem a cada noventa dias), a CGNPE realizou 4 atualizações na Lista de Políticas de Assinatura Aprovadas - LPA e 2 atualizações na Lista de Prestadores de Serviço de Confiança - LPSC em 2022, disponibilizando os códigos para publicação no repositório da AC Raiz.

| Cadastro de Agentes de Registro

Conforme estabeleceu a Instrução Normativa nº 09/2017, que instituiu o Cadastro de Agentes de Registro – CAR, a partir de 02 de fevereiro de 2018, o ITI passou a publicar a relação dos Agentes de Registro, atividade realizada semanalmente pela CGNPE. Foram publicados 53 relatórios durante o ano de 2022.

Além disso, foi realizada a sanitização periódica das informações registradas no CAR por meio da integração da carga, com as consultas à base de CPF e CNPJ, bem como a solicitação de correção sincronizada com as Autoridades Certificadoras.

Destaca-se que durante todo o ano o Cadastro de Agentes de Registro – CAR ocupou a primeira posição no ranking de Avaliação de Serviços Públicos, [disponível no link](#).

| Canais de Comunicação e Portal Dados Abertos

Continuamente a CGNPE avalia e responde aos questionamentos técnicos recebidos por meio dos seguintes canais de comunicação com a sociedade: e-OUV, e-SIC e o e-mail institucional. Ao todo, no ano de 2022, foram respondidos 182 questionamentos técnicos.

Além dos canais de comunicação, a CGNPE publica mensalmente as bases de dados do CAR e de OID no Portal de Dados Abertos, que são as primeiras bases do ITI disponibilizadas no Portal.

| Decreto nº 10.411

O Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, regulamentou a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º, da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º, da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

Em cumprimento ao Decreto, a CGNPE, subsidiada por reuniões institucionais, elaborou e submeteu a aprovação da diretoria a primeira agenda de Avaliação de Resultado Regulatório - ARR, prevendo a avaliação de impacto da regulamentação, que tratou da emissão do certificado digital ICP-Brasil por meio de videoconferência.

Seguindo a agenda, a Avaliação de Resultado Regulatório - ARR, da regulamentação da videoconferência foi submetida à aprovação da diretoria do ITI em dezembro de 2022 e está prevista para ser publicada no site do ITI em 30/12/2022.

Além da ARR, prevista pelo Decreto, a CGNPE elaborou minuta de pauta a ser submetida na próxima reunião do Comitê Gestor da ICP-Brasil, que trata da definição das responsabilidades sobre as etapas previstas na elaboração de Avaliações de Impacto Regulatório - AIR.

Complementarmente, 2 servidores da CGNPE participaram de capacitação de ARR e 3 participaram de capacitação de AIR.

Outras demandas no âmbito da Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa:

- Presidência da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, instituída pela Portaria nº 44, de 02 de outubro de 2020;
- Participação no Comitê de Governança do Planejamento Estratégico 2023-2026 do ITI, conforme Portaria nº 22, de 29 de abril de 2022.
- Participação nos Grupos de Trabalho Técnicos demandados pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil e pelo Diretor-Presidente do ITI.

4.4. Resultados das Principais Áreas de Atuação

4.4.1. Gestão Orçamentária e Financeira

Nos anos anteriores a 2022, o orçamento médio em custeio e investimentos, concedido pela LOA, ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, girava em torno de R\$23.000.000. Neste ano porém, o Orçamento Aprovado foi de R\$22.520.759,00, assim composto:

- CUSTEIO FONTE 100: R\$14.343.194
- CUSTEIO FONTE 150: R\$2.387.969
- INVESTIMENTO FONTE 100: R\$5.789.596

No 1º semestre de 2022, o ITI foi surpreendido com uma situação atípica: a frustração da fonte 150, fonte de arrecadação de receita própria, inicialmente estimada em R\$2.387.969, esta receita, não se concretizou, limitando-se a apenas R\$200.000.

Porém, ao longo do exercício foi possível a execução dessa fonte na sua totalidade, dado em razão da entrada de receita própria e após o uso do superávit financeiro que foi apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021.

Com o Decreto nº 11.086, de 30 de maio de 2022, foi anunciado o bloqueio orçamentário de R\$3.000.000, ocorreram diversas tratativas do ITI junto à Presidência no intuito de viabilizar o desbloqueio desse valor, para cumprir com as despesas correntes e de investimentos.

Nesse contexto, o ITI promoveu ações no intuito de demonstrar que o orçamento destinado à Autarquia era insuficiente frente aos compromissos assumidos de despesas correntes e de investimentos, indispensáveis para manter o funcionamento da Autarquia e cumprir a missão institucional de executar as políticas públicas no âmbito da ação de Gestão do Sistema Nacional de Certificação, além de viabilizar serviços a outras importantes ações públicas a cargo da Secretaria de Modernização do Estado e da Secretaria de Governo Digital, que tratam de assinaturas eletrônicas avançadas do Portal Gov.br.

Com isso, foram apresentadas inicialmente as despesas previstas para o exercício, totalizando R\$17.700.000 para as despesas com custeio, sendo essas dedicadas unicamente aos serviços indispensáveis ao funcionamento do ITI, tais como: despesas discricionárias de contratos continuados de pagamento mensal e por demanda, os quais, envolvem desde os serviços de mão de obra a serviços de manutenção, aluguel e suporte de equipamentos de infraestrutura de carimbo do tempo, mas também os serviços auditoria da AC Raiz a desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação para o período de janeiro a dezembro de 2022. Esta execução, referente aos serviços, encerrou com o valor empenhado de R\$18.343.473.

Outrossim, também foram mencionadas as contratações previstas no PAC 2022, inclusive estruturantes, voltadas às assinaturas avançadas, sendo essa demanda de alta relevância para os planos estratégicos e institucionais do Governo, as quais, em princípio, foram definidas em R\$4.900.000, sendo que ao final do exercício o valor empenhado em investimentos representou o valor de R\$ 5.239.094.

Como resultado alcançado foram liberados os recursos, recompondo o orçamento e esse saindo de R\$32.288.011 para R\$34.050.468 (incluindo pessoal).

A execução orçamentária é de 97%, compreendendo um total de R\$23.582.567 (Custeio + Investimentos) efetivamente empenhados.

| **Comparativo da Execução Orçamentária 2019 a 2022**

Comparando-se o orçamento entre o período de 2019 a 2022, destacamos o ano de 2020, cuja dotação final composta pela Lei + Créditos (LOA e Créditos adicionais), alcançando o montante de R\$ 45.246.369 (pessoal + custeio e investimentos), onde 86,19% deste valor foram empenhados. Vale ressaltar que no ano de 2020, houve a Emenda 1612 (202081001612), no valor de R\$10.000.000. O segundo maior orçamento é o desse exercício (2022), cuja dotação final foi de R\$34.050.468 (pessoal + custeio e investimentos), mesmo com as circunstâncias de restrição orçamentária impostas pela SOF.

Tabela 20 | Quadro Comparativo Execução 2019 a 2022

Ano	Grupo de Despesa	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	Execução (%)
2019	1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.588.432	6.588.432	8.458.432	8.419.550	7.753.051	7.379.406	100%
	2 - Outras Despesas Correntes	13.606.414	12.956.414	15.282.894	14.683.488	11.708.073	11.655.586	96%
	3 - Investimentos	7.300.000	6.935.000	4.982.820	4.774.361	1.377.721	1.377.721	96%
2020	1- Pessoal e Encargos Sociais	6.712.888	6.322.357	9.115.121	8.914.121	8.008.014	7.664.624	98%
	2 - Outras Despesas Correntes	13.251.338	18.333.749	17.659.996	16.900.346	13.562.862	13.509.055	96%
	3 - Investimentos	8.241.780	11.651.140	18.471.252	13.184.453	430.796	430.796	71%
2021	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.315.618	2.315.618	8.992.237	8.990.237	7.808.667	7.362.229	100%
	2- Outras Despesas Correntes	9.848.076	9.291.401	16.009.182	15.771.406	12.720.363	12.668.884	99%
	3 - Investimentos	6.665.000	6.265.100	6.084.275	6.035.211	967.790	967.790	99%
2022	1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.975.779	8.975.779	9.423.165	9.421.165	8.557.509	7.933.995	100%
	2 - Outras Despesas Correntes	18.438.159	17.522.636	19.323.586	19.181.788	14.379.506	14.269.167	99%
	3 - Investimentos	6.159.144	5.789.596	5.303.717	5.239.094	3.046.657	3.046.657	99%

Fonte: SIOP em 31/12/2022

Convém destacar que toda a conjectura trazida, seja do ponto de vista orçamentário, seja também da ausência de quadro próprio, fizeram com que os três últimos meses, do exercício de 2022, acarretam-se no desdobramento para a produção da meta. Esforços que foram fundamentais para o alcance dos objetivos, finalizando a execução em 99,40% de toda a dotação disponibilizada para a unidade orçamentária 20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

4.4.2. Gestão de Custos

| Sistema de Apuração de Custos

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, autarquia federal, prestadora de serviços públicos, não atua no mercado em concorrência com os entes particulares, mas atua prestando serviços de interesse público. Para esta missão institucional, possui um baixo orçamento federal, o que faz com que a gestão orçamentária seja sempre restritiva, vez que as demandas são muitas e os recursos são escassos.

Neste sentido, o investimento em um sistema de contabilidade de custos se revelaria contraproducente, vez que tais sistemas possuem alto custo de investimento e manutenção, o que estrangulava mais ainda o orçamento deste órgão, comprometendo o cumprimento de suas metas institucionais.

Por outro lado, o ITI também não utiliza o Sistema de Informação de Custo - SIC, do Governo Federal, posto que a adoção de sistema de custos não é ainda uma obrigação legalmente estabelecida para os entes da Administração Pública Federal.

Não obstante, o ITI promove estudos técnicos para a adoção de sistemas alternativos de apuração de centro de custos, no intuito de aperfeiçoar os controles contábeis da instituição, porém, alternativas que não venham a comprometer a boa e eficiente gestão orçamentária, financeira e patrimonial em seu programa principal, o 2201- Brasil Moderna e Ação 217Z - Gestão do Sistema Nacional de

Certificação da ICP-Brasil, voltado para as atividades de custeio e investimento no âmbito da Autarquia.

4.4.3. Gestão de Pessoas

Inicialmente destaca-se que, como esta Autarquia não dispõe de quadro próprio de servidores, sua força de trabalho, em 31/12/2022, está composta por 39 cargos de CCE/FCE, ocupados entre servidores requisitados de outros órgãos, aposentados e nomeados sem vínculo, além de 22) servidores sem ocupação de cargo/função comissionada, sendo 04 Analistas em Tecnologia da Informação – ATI, e 19 profissionais de outros órgãos.

Ressalta-se que o quantitativo de cargos/funções, autorizado pelo Decreto 11.206/2022, é de 44 CCE/FCE, restando assim 05 vagas a serem preenchidas.

O ITI, como órgão integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, utiliza o sistema SIAPE como fonte de execução e consulta de todos os dados referentes a cadastro e pagamento de pessoal. Como registrado anteriormente, dada a ausência de quadro próprio, não há pessoal inativo e pensionista, tendo cadastrado na folha de pagamento da Unidade, somente o pessoal nomeado em cargos de comissão CCE/FCE.

Tabela 21 | Força de Trabalho da Unidade em 31/12/2022

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	44	52	09	04
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	43	53	09	04
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	4	0	0

1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas ocupantes de Função Comissionada	40	34	3	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos sem ocupação de Função Comissionada	Não há	17	6	4
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	7	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	44	59	09	04

Fonte: Decreto nº 11.206/2022

O quantitativo da lotação efetiva, constante na tabela acima, refere-se aos servidores requisitados e sem vínculos, ocupantes de DAS previsto no Decreto nº 11.206/2022, que também consta na tabela abaixo, pois a força de trabalho da Autarquia é composta pelos ocupantes de CCE/FCE, servidores de carreira em exercício descentralizado e terceirizados.

Tabela 22 | Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias de Carreira (1.1)	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	22	31
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	22	31
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	9	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	15	30
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	4

4. Total de Servidores (1+2+3)	25	35
---------------------------------------	-----------	-----------

Fonte: Decreto nº 11.206/2022

Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tabela 23 | Despesas de Pessoal

Tipologia/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações DAS	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2022	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade										
Exercícios	2022	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2021	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporário ou ocupantes de cargos DAS)										
Exercícios	2022	5.612	0	02.431.771	0	0	214.344	138.543	0	2.784.658
	2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Requisitados com Ônus para UJ										
Exercícios	2022	5.878.614	0	648.595	0	0	109.299	0	0	6.636.508
	2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2022	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2021	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

Registra-se que o ITI não possui quadro próprio de pessoal, nem tampouco Plano de Carreira, desde sua criação em 2001. Dessa feita, é necessário o Instituto valer-se de servidores de carreira cedidos por outros órgãos, servidores “sem vínculo”, com administração pública e trabalhadores terceirizados para apoio administrativo.

A despesa com servidores requisitados, no exercício de 2022, foi de R\$6.636.508, os servidores sem vínculo com o montante de R\$2.784.658, enquanto os servidores sem vínculo e ocupantes de cargo de DAS encerraram o exercício com o montante de R\$372.476.

Contratação de Estagiários

Tabela 24 | Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	08	08	12	12	
1.1 Área Fim	05	06	08	08	
1.2 Área Meio	03	02	04	04	
2. Nível Médio	00	00	00	00	
2.1 Área Fim	00	00	00	00	
2.2 Área Meio	00	00	00	00	
3. Total (1+2)	08	08	12	12	

Fonte: SIAFI/SIAPE

As contratações são realizadas considerando a necessidade das áreas demandantes, observada a correlação do curso com as atividades a serem desempenhadas no ITI. Ressalta-se que as

contratações em questão, foram efetuadas dentro do quantitativo de vagas autorizadas pelo Ministério da Economia.

4.4.4. Gestão de Licitação e Contratos

As boas práticas da gestão de licitações, contratos e fiscalização administrativa visam criar condições para que os objetivos estratégicos finalísticos, possam ser plenamente trabalhados e alcançados, assim prestando apoio para que o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação atinja sua missão institucional.

A tabela abaixo, mostra que em 2022 houve 34 processos de contratação, dentre os quais 30 obtiveram êxito e resultaram em formalização contratual com o ITI, no valor total de R\$10.638.589.

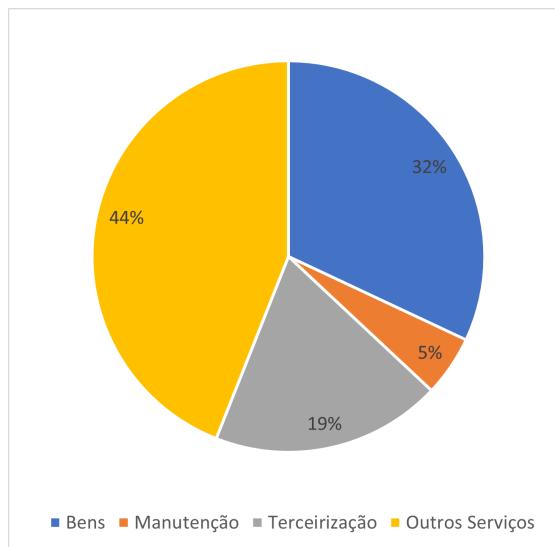
Tabela 25 | Contratações Realizadas em 2022, por Modalidade

Modalidade	Quantidade	Valor (em mil)
Adesão a ata	05	R\$688,63
Pregão concluído	11	R\$6.406,21
Pregão cancelado, revogado ou deserto	04	-
Dispensa de licitação	10	R\$116,00
Inexigibilidade	04	R\$3.427,75
Total de Contratações	30	R\$10.638,59
Termo de Execução Descentralizada - TED	1	R\$7.856,36

A tabela abaixo mostra as contratações realizadas por natureza do objeto, resultando um valor total de R\$10.638.

Tabela 26 | Aquisições / Contratações Realizadas em 2022 por Natureza do Objeto

Natureza do Objeto	Valor (em mil)
Aquisições (Bens)	R\$3.376,96
Manutenção	R\$509,97
Terceirizados	R\$2.032,65-
Serviços	R\$4.719,01
Total Geral	R\$ 10.638,59

Gráfico 7 | Contratações Realizadas


A tabela abaixo mostra as contratações realizadas por áreas gestoras, onde a DINFRA apresentou o maior volume de contratações o que totalizaram o valor de R\$6.912.794, seguidas da CGGTI com R\$3.648.470.

Tabela 27 | Aquisições / Contratações Realizadas por Áreas Gestoras

Área	Valor (em mil)
CGGTI	R\$3.648,47
DINFRA	R\$6.912,79
DAFN	R\$77,32
TOTAL	R\$10.638,58

As maiores despesas em 2022 decorreram de contratações das áreas CGISE, CGOPE e DILOG, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 28 | Aquisições / Contratações Realizadas por Áreas Requisitantes

Área Requisitante	Valor (em mil)
DILOG	R\$2.271,31
CGISE (CGISI)	R\$3.534,42
CGGTI (CGPOA)	R\$8,24
CGOPE	R\$3.378,38
CGNPE	R\$27,95
SEGEPE	R\$2,90
CGAFI	R\$49,37
TOTAL	R\$10.638,59

Destaca-se ainda, aquisições em investimento de Tecnologia da Informação conforme abaixo:

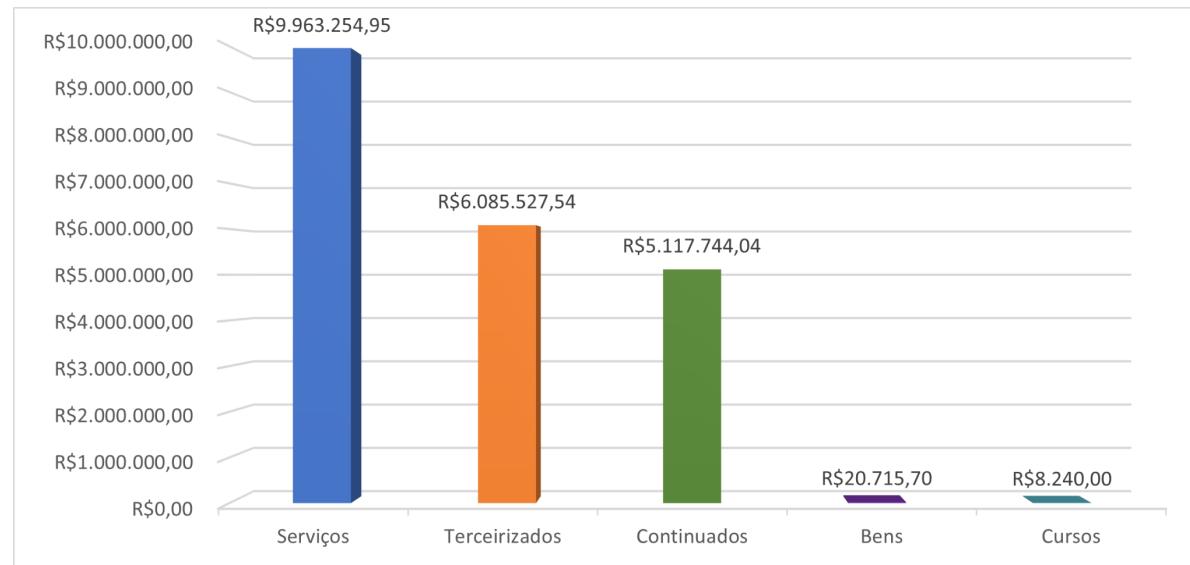
- Contratação de serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura de TIC, exclusivos para o ambiente de Assinaturas Eletrônicas Avançadas do ITI, com monitoramento por meio de NOC (Network Operations Center/Centro de Operações de Rede) e SOC (Security Operations Center/Centro de Operações de Segurança). Valor total de R\$2.785.810;
- Aquisição de Módulos de Segurança Criptográfica (MSC), modelo ASI-HSM - AHX5-kNET, da marca Kryptus para serem utilizados nos ambientes operacionais do Serviço de Assinatura Eletrônica Avançada. Valor total de R\$2.965.950;
- Aquisição de solução de virtualização e de orquestração de ambiente virtualizado, totalizando 8 licenças Vmware, com suporte e subscrição pelo período de 3 anos, além de serviços especializados e treinamento oficial vCenter, sob demanda. Valor total de R\$500.295.

| Sistema COMPRASNET/CONTRATOS do Ministério da Economia

Adotado pela COLIC, desde janeiro/2021, o ComprasNet Contratos é uma solução digital disponibilizada pelo governo federal, que basicamente automatiza os processos de gestão contratual e conecta servidores públicos responsáveis pela execução e fiscalização de contratos, tornando as informações disponíveis a qualquer momento e melhorando as condições de gestão e relacionamento com fornecedores. A ferramenta trouxe ganho real com maior controle e agilidade no processamento das informações de gestão contratual, além de maior eficiência na alocação de recursos e na transparência das informações trazendo maior visibilidade aos mais de 50 contratos vigentes geridos pela COLIC. Os quais, 7 são com empresas de Terceirização de Serviços e mão de obra, o que torna, ainda mais, complexa sua gestão.

| Pagamentos 2022

No ano de 2022 tivemos um total de R\$21.195.482, investidos na administração do ITI, entre serviços de terceirização de mão de obra especializada, serviços continuados, como a sustentação de nossos sistemas de assinaturas, serviços de medição de resultados aplicadas a área da Tecnologia da informação, especialização de nossos colaboradores, bens materiais permanentes, como a melhoria nos refeitórios e salas de reunião da DINFRA, valores apresentados no gráfico abaixo.

Gráfico 8 | Total de Pagamentos realizados


| Fiscalização Administrativa

A COLIC auxilia ainda na apuração de indícios de infração às normas contratuais, notificando e aplicando penalidades, quando as provas dos autos assim indicarem. Sendo a COLIC o ambiente em que o terceirizado ou seu interlocutor, apresentam demandas de reclamação ou de informação dos contratados.

Como mostra na tabela abaixo de um total de 371 (trezentos e setenta e uma) ocorrências, nos contratos geridos pela COLIC em 2022, que foram enviados avisos de esclarecimentos/correção, desses, foram abertos apenas 11 (onze) processos e emitidas 11 (onze) Notificações com 4 (quatro) Advertências; recursos estes, utilizados com sucesso para intermediar os conflitos existentes entre beneficiários e contratados, sem necessidade de punições severas como multas ou mesmo a rescisão contratual.

Assim, é importante destacar que a COLIC apresenta um índice de resolutividade de conflitos superior a 95%.

Tabela 29 | Contratos Fiscalizados

Ocorrências	Quantidade
Contratos fiscalizados	371
Notificações	11
Advertências	4
Multa	1
Glosas realizadas	0
Total de ocorrências resolvidas	11

4.4.5. Gestão patrimonial e Infraestrutura

| Gestão do Patrimônio da União

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação não possui imóvel próprio, e não faz uso de imóveis de propriedade da União, dessa forma possui contrato de locação de imóvel localizado na área central de Brasília (SCN Quadra 02, Bloco E), com área de 3.200m², para as suas instalações.

O Instituto possui ainda um contrato de cessão de uso de espaço físico cedido pela Presidência, localizado na Ala A, do Anexo III, piso inferior, do Palácio do Planalto, para a operação do ambiente seguro principal da Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil e espaço físico localizado na Usina do Palácio do Planalto para acondicionamento e operação de Grupos Geradores de energia independentes.

| Gestão Patrimonial e Infraestrutura

No ano de 2022, a movimentação total na conta de bens patrimoniais foi de R\$5.055.932, entrada Orçamentária, conforme tabela abaixo:

Tabela 30 | Entrada Orçamentária

Item	Conta Contábil	Descrição	Entrada Orçamentária
1	12.311.02.01	Equipamentos de Processamento de dados	R\$5.021.312,33
2	12.311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$9.855,70
3	12.311.03.03	Mobiliário em Geral	R\$19.854,00
4	12.311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	R\$550,58
5	12.311.04.05	Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	R\$4.360,00
Valor Total do Patrimônio			R\$5.055.932,61

No mesmo ano a equipe de patrimônio do ITI realizou atualização dos endereços, bem como o nome dos responsáveis pelos bens patrimoniais e setores dentro do sistema de Patrimônio SIADS. Dessa forma, foi possível realizar as transferências (movimentações) de bens, utilizando o sistema o que resultou em um melhor controle dos bens patrimoniais.

| Almoxarifado

No ano de 2022, foi implantado o Almoxarifado Virtual ,uma iniciativa do Ministério da Economia,por meio da Central de Compras da Secretaria de Gestão, que tem por objetivo trazer economia e eficiência à Administração Pública Federal - APF, utilizando-se de serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual in company.

Os pedidos de materiais para reposição de estoque, são feitos pela DILOG, via [plataforma digital](#).

Entrada e Saída: Foram adquiridas 248 unidades de diversos materiais para reposição de estoque por meio do almoxarifado virtual, dando um valor total de R\$8.300. Além disso, foram atendidos 13 pedidos de materiais com itens do Almoxarifado Virtual Nacional.

Foram atendidas 11 requisições de pedido de material de diversos setores, sendo disponibilizados 126 unidades de materiais diversos, dando um valor total anual de R\$7.745.

| Concessão de Passagens Aéreas

A Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015, em seu art. 12, diz que todas as viagens no âmbito de cada órgão ou entidade devem ser registradas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, mesmo nos casos de afastamento sem ônus ou com ônus limitado.

No decorrer do exercício, foram realizadas um total de 22 viagens, sendo 4 sem ônus, todas a serviço do ITI. Conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 31 | Passagens Aéreas Concedidas

Setor	Quantidade	Origem	Destino	Valor da Diária	Valor da Passagem
GABIN	2	Brasília	Florianópolis (SC)	R\$2.306,76	R\$2.281,42
GABIN	1	Brasília	São Paulo (SP)	R\$221,90	R\$1.010,19
GABIN	1	Brasília	Rio de Janeiro (RJ)	R\$154,00	R\$2.102,06
DINFRA	7	Brasília	São Paulo (SP)	R\$10.895,36	R\$18.287,91
DINFRA	2	Brasília	Curitiba (PR)	R\$362,03	R\$4.875,22
DAFN	1	Brasília	São Paulo (SP)	R\$201,08	R\$1.013,19
DAFN	3	Brasília	Rio de Janeiro (RJ)	R\$2.852,77	R\$5.190,87
DAFN	1	Brasília	Florianópolis (SC)	R\$924,10	R\$1.273,71

| Serviços de Transportes de Pessoas e Materiais - TÁXIGOV

Foram realizadas 119 corridas com o uso do aplicativo do TÁXIGOV, dando um valor total de R\$1.620,43.

| Despesas com cartão corporativo

Registre-se, que no exercício de 2022, foi disponibilizado, 04 suprimentos de fundos, para a realização das despesas de pequeno vulto, e com ele 34 solicitações de compras de materiais diversos para atender demandas urgente da Autarquia, totalizando um valor total de R\$12.061,60).

Tabela 32 | Suprimento de Fundos 1

Aplicação 24/01/2022 a 23/04/2022 - Prestação de Conta até 02/02/2023 Empenho: 2022SF000001	
Item	Valor
Valor do suprimento	R\$6.000,00
Saldo utilizado	R\$1.834,21
Saldo não utilizado	R\$4.165,79
GRU de devolução	R\$0,10 e R\$8,89

Tabela 33 | Suprimento de Fundos 2

Aplicação 24/04/2022 a 28/07/2022 - Prestação de Conta até 10/08/2022 Empenho: 2022SF000003	
Item	Valor
Valor do suprimento	R\$8.000,00
Saldo utilizado	R\$316,25
Saldo não utilizado	R\$7.638,75

GRU de devolução	R\$0,00
------------------	---------

Tabela 34 | Suprimento de Fundos 3

Aplicação 29/07/2022 a 17/11/2022 - Prestação de Conta até 27/11/2022 Empenho: 2022SF000005	
Item	Valor
Valor do suprimento	R\$8.269,47
Saldo utilizado	R\$7.981,64
Saldo não utilizado	R\$288,36
GRU de devolução	R\$0,53

Tabela 35 | Suprimento de Fundos 4

Aplicação 29/07/2022 a 17/11/2022 - Prestação de Conta até 27/11/2022 Empenho: 2022SF000005	
Item	Valor
Valor do suprimento	R\$8.269,47
Saldo utilizado	R\$7.981,64
Saldo não utilizado	R\$288,36
GRU de devolução	R\$0,53

| Planejamento da contratação de bens e serviços

Em resumo o planejamento da contratação para bens e serviços teve os seguintes resultados, conforme segue na tabela abaixo:

Tabela 36 | Resumo do Planejamento da Contratação

Itens	Modalidade	Quantidade	Valor Previsto (R\$)	Valor Executado (R\$)
1	Adesão a ata	1	4.082,09	4.082,09
2	Pregão concluído	5	2.610.275,49	2.193.747,48
3	Dispensa de licitação	4	77.466,30	65.950,11
4	Inexigibilidade	0	0	0
5	Em planejamento	1	155.204,67	0
6	IRP não contratado	1	1.712.264,89	0
Total de Contratações		12	4.559.293,44	2.263.779,68
Total de Contratações (exceto 2 processos não concluídos)		24	2.691.823,88	2.263.779,68

| Fiscalização técnica e principais custos com serviços

Atualmente a Divisão de Recursos Logísticos fiscaliza todos os contratos abaixo relacionados (fiscalização técnica). O acompanhamento Técnico tem o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, aferindo a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços verificando se estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado:

- **Empresa Arcade Tecnologia (Projetos e Engenharia):**
 - Custo anual, R\$363.338;
- **Empresa Multserv (Vigilância):**

- Custo R\$714.263
- **Empresa Império LTDA (Limpeza):**
 - Custo R\$209.999
- **Empresa NEOENERGIA (Energia Elétrica):**
 - Custo estimado R\$326.461
- **Empresa CAESB (Água):**
 - Custo R\$35.007
- **Empresa OVER (Elevadores):**
 - Custo R\$5.370
- **Empresa Bravo AR Service Comercio Máquina e Equipamento LTDA (Ar-Condicionado):**
 - Custo anual R\$96.496
- **Empresa NAZA (Aluguel do Prédio):**
 - Custo R\$1.956.000
- **Seguro Predial:**
 - Custo R\$9.194,41
- **Táxi GOV:**
 - Custo anual R\$1.620,43
- **Aluguel Espaço Físico no Palácio do Planalto (PR - Sala Cofre):**
- Memória de cálculo - Custo, média de três meses: R\$6.416,37 **Almoxarifado Virtual Nacional:**
 - Custo R\$30.249
- **Serviço de Dados Móveis e Voz (CHIP), Telefonia Móvel Pessoal (SMP):**
 - Custo R\$1.368,00
- **Empresa DF Turismo e Eventos (LTDA):**
 - Custo anual, R\$359.381

| Terceirização Administrativos

- **Empresa ATENAS TERCEIRIZAÇÃO:**
 - Apoio Especializado em Gestão - Custo R\$2.530.293
 - Apoio Especializado/TI - Custo anual, R\$3.317.024
 - Manutenção predial - Custo R\$143,556
- **Empresa RCS TECNOLOGIA LTDA:**
 - Monitoramento - Custo anual, R\$465.378
- **Empresa JDR SERVIÇOS:**
 - Recepção - Custo anual R\$112.850
- **Empresa G4F:**
 - Assistente Técnico no Serviço Público - Custo anual R\$1.822.648,82

4.4.6. Gestão da Tecnologia da Informação

| Conformidade legal

A Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTIC foi institucionalizada pela Portaria nº 20, de 28 de fevereiro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e recém alterado pela Portaria nº 20, de 27 de abril de 2020.

| Montante de Recursos Aplicados em TI

Tabela 37 | Custo / Investimento

CUSTEIO	
Empresa / Serviço	Valor Contratado

1	TecnoSet Outsourcing de Impressão	R\$24.686,52
2	Santos & CIA LTDA-ME	R\$257.219,64
3	Telefonia Celular TIM Móvel	R\$16.452,12
4	Telefonia Claro	R\$4.130,18
5	Amazon Informática	R\$670.000,80
6	SERPRO INFOVIA	R\$719.168,40
7	Arcade – Remanejamento de pontos lógicos	R\$299.097,41
8	Mirante – Fábrica de SW	R\$1.912.040,19
9	Arcade - Passagem de Fibra Óptica	R\$7.963,63
10	Teltec Licenças Microsoft	R\$6.657,65
11	Fábrica de Métricas de SW	R\$23.044,47
12	Telefonia Móvel TELEFÔNICA	R\$1.368,00
13	MCR Licenças ADOBE	R\$109.805,00
14	Two Cloud Licenças Office	R\$895.500,00
15	Brasoft Licenças Windows Server	R\$110.953,92
16	PPN Licenças RedHat	R\$395.112,00
17	Renovação Licença Webex	R\$14.078,23
Total Custeio		R\$5.467.278,16

INVESTIMENTO		
	Empresa / Serviço	Valor Contratado
1	Firewall	R\$1.290.100,00
2	Gravador de Fitas Magnéticas	R\$364.000,00

3	Aquisição de Desktops Positivo	R\$148.902,00
4	Aquisição de Notebooks Positivo	R\$145.837,00
5	Aquisição de Monitores Multilaser	R\$34.500,00
6	Fechadura Biométrica	R\$3.500,00
Total Investimento		R\$1.986.839,00
Total Custeio + Investimento		R\$7.454.117,16

* Valor equivalente ao início do contrato em 2022 até o final do ano de 2022

| Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Os principais sistemas computacionais que atendem aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos do ITI, estão relacionados abaixo e possuem criticidade alta, sendo monitorados no modelo 24x7 com acordo de nível mínimo de serviço de 99% de disponibilidade mensal.

Tabela 38 | Principais Sistemas de Informação

Nome do Sistema	Objetivos / Principais Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio
Antifraude (SAF)	Comunicação e detecção de tentativas e ocorrências de fraudes entre as entidades pertencentes ao ICP-Brasil.	COTIC	CGAFI
Cadastro	Mantém informações cadastrais das entidades participantes da ICP-Brasil.	COTIC	CGAFI
Fiscalização	Possibilita o gerenciamento dos trabalhos de fiscalização nas entidades integrantes da ICP-Brasil.	COTIC	CGAFI
Auditoria	Contém informações de controles de auditoria realizadas pelo ITI, empresas de auditoria independentes e auditorias internas da ICP-Brasil.	COTIC	CGAFI
Mapa Brasil de Certificação Digital	Sistema de mapeamento e divulgação dos postos de atendimento para emissão de certificado digital em uma determinada região ou em todo o Brasil.	COTIC	CGAFI

SEI	Sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos.	COTIC	CGAFI
Portal Institucional	Portal que disponibiliza informações do ITI e da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil, bem como normas e regulamentações sobre certificação digital.	COTIC	CGAFI
Intranet	Canal de interação entre o ITI e seus funcionários com a disponibilização de notícias e serviços.	COTIC	CGGTI
Validador	Serviço que possibilita aos cidadãos, validar gratuitamente assinaturas eletrônicas quanto à sua integridade e autoria em documentos eletrônicos que contenham uma assinatura qualificada feita através de um Certificado Digital ICP-Brasil e/ou uma assinatura avançada gov.br.	COTIC	CGNPE
Assinatura Digital	Validador de assinaturas eletrônicas em documentos digitais de saúde.	COTIC	CGGTI
Verificador	Objetiva aferir a conformidade de assinaturas eletrônicas qualificadas e avançadas existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e às definições contidas na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 e no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, ao Acordo de Reconhecimento Mútuo de Assinaturas Digitais do Mercosul.	COTIC	CGICP

| Projetos e Resultados

Atualização do parque tecnológico do ITI:

- Aquisição de Notebooks;
- Aquisição de Desktops;
- Aquisição de Monitores;
- Fechadura eletrônica;
- Licenças Microsoft;
- Licenças ADOBE;
- Fechadura Biométrica para CPD.

As principais melhorias alcançadas pelo ITI, com a atualização do parque tecnológico, foram:

- Evolução da infraestrutura de armazenamento, conectividade e do parque de ativos;

- Melhora nas soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais;
- Promoção da gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação Tecnológica;
- Modernização de infraestrutura de rede de dados do ITI;
- Aprimoramento das ferramentas de comunicação institucionais;
- Fornecimento de ferramentas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação adequadas para as necessidades de negócio do ITI;
- Expansão de capacidade de armazenamento de dados;
- Aprimoramento nos serviços e governança de TIC;
- Promoção de integração de bases de dados e sistemas;
- Aperfeiçoamento dos processos de gestão da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil;
- Otimização da gestão dos recursos de TIC do ITI.

| Segurança da Informação

- **CGRC-GD**

O Comitê de Governança, Riscos, Controle e Governança Digital CGRC-GD do ITI, instituído por meio da publicação da Portaria nº 16, de 9 de fevereiro de 2018, de caráter estratégico e deliberativo, é composto por representantes das unidades organizacionais e tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TIC e à Governança Digital.

- **POSIC**

A Política de Segurança da Informação - POSIC foi criada em 2018 para instituição do Comitê de Segurança da Informação, em atendimento ao Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, instituindo a nova Política Nacional de Segurança da Informação e

dispondo sobre a governança da segurança da informação para a Administração Pública Federal – APF. Em 2019, foi realizada uma atualização desta portaria, consolidada na Portaria nº 10/2019 e em 2020 uma nova atualização realizada pela Portaria nº 13/2020. Além disso, no mesmo ano de 2020 foi criada a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais desta Autarquia através da Portaria nº 15/2020.

4.4.7. Sustentabilidade Ambiental

Seguindo as recomendações da Advocacia Geral da União - AGU, o ITI adota critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras.

No que se refere aos aspectos da gestão ambiental na Autarquia, no ano de 2022, não houve separação dos resíduos recicláveis destacados, nem destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

Desde novembro de 2019, não houve aquisição de copos descartáveis, os servidores e colaboradores usam seus próprios utensílios trazidos de casa.

| Ações para redução do consumo de recursos naturais

Seguindo o que preconiza o Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021, os servidores e colaboradores foram orientados ao consumo consciente de energia elétrica, tais como:

- Desligar a iluminação dos locais que não estiverem em uso, especialmente ao final de cada expediente;
- Desligar os monitores, as impressoras, os estabilizadores, as caixas de sons, os microfones e outros acessórios sempre que não estiverem em uso;
- Realiza limpezas nas lâmpadas e luminárias, de modo a garantir a reflexão máxima da luz e a obter maior aproveitamento da iluminação.

Sem prejuízo da iluminação foram otimizados os números de luminárias nos ambientes, mantidos os níveis mínimos conforme definidos nas normas técnicas.

Os serviços de vigilância foram orientados a fazer ronda após o horário de expediente, verificando assim todas as salas se tem ar-condicionado ligado ou luzes acesas etc.

Tabela 39 | Energia Elétrica

Meses	Consumo	Valor (R\$)
Janeiro	17.920	19.024,71
Fevereiro	19.040	20.214,78
Março	19.840	20.148,71
Abril	20.320	21.551,29
Maio	20.640	17.638,33
Junho	23.851	14.049,23
Julho	17.120	13.092,04
Agosto	17.440	13.706,03
Setembro	19.520	14.757,23
Outubro	22.240	17.212,96
Novembro	21.440	18.223,99
Dezembro	20.320	20.240,99
Total		209.860,29

No que diz respeito ao consumo de água, foram realizadas manutenções para conter o desperdício de Águas, tais como:

- Impermeabilização da cobertura do prédio para sanar as infiltrações;

- Retirada de vazamentos em geral nos banheiros; e
- Manutenção nas válvulas de reparo dos vasos dos banheiros.

Tabela 40 | Consumo de Água

Meses	Consumo	Valor (R\$)
Janeiro	60	1.305,72
Fevereiro	70	1.837,44
Março	96	2.605,48
Abril	45	1.098,94
Maio	73	1.926,06
Junho	63	1.630,66
Julho	72	1.896,52
Agosto	73	1.921,78
Setembro	60	1.538,80
Outubro	49	1.214,74
Novembro	42	1.008,52
Dezembro	62	1.426,66
Total		19.411,32

5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI cumpriu regularmente todas as obrigações orçamentárias, financeiras e contábeis assumidas no exercício de 2022. Apesar da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que estendeu o trabalho remoto até meados do exercício, da parte do efetivo e medidas adicionais de proteção para o enfrentamento dessa emergência de saúde pública, os investimentos previstos no exercício foram cumpridos, o que

permitiu a renovação de grande parte do parque tecnológico da ICP-Brasil e a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas essenciais ao funcionamento do sistema nacional de certificação digital.

5.1. Informações do setor de contabilidade

O Serviço de Contabilidade - SECON, tem suas principais atribuições regimental, a gestão e execução das atividades e demonstrações contábeis, o principal macroprocesso, seguindo exclusivamente, as orientações definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal, com amparado na Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.

As principais informações acerca do setor contábil podem ser observadas conforme tabela abaixo:

Tabela 41 | Serviço de Contabilidade - SECOM

Estrutura	Serviço de Contabilidade - SECON subordinado a Coordenação-Geral de Gestão e Tecnologia da Informação - CGGTI
Composição	Serviço de Contabilidade - SECON
Competências	<p>Gestão e execução das atividades de contabilidade e elaboração das Demonstrações Contábeis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientação e supervisão dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; • Elaboração da Prestação de Contas Anual, em articulação com as demais áreas; • Elaboração da Tomada de Contas Extraordinárias e Especiais; • Execução da Conformidade de Registro de Gestão; • Execução da Conformidade Contábil; • Elaboração e análise das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Trimestrais e Anual • Prestação de esclarecimentos, quando necessário, aos órgãos externos, fiscalizadores e de auditoria interna;
Responsabilidades	José Dornelas Batista – Contador – desde julho/2006
Nome, Cargo e Período de Atuação	Eloi Donizete de Souza Teixeira – Contador Substituto – Início Fevereiro/2022

5.2. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias financeiras e contábeis

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, está inserido no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e segue os princípios, normas e leis vigentes no Brasil.

Dentre as principais normas adotadas, destaca-se o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do Patrimônio e a avaliação e mensuração de ativos e passivos.

No Balanço Patrimonial do ITI, a Conta Contábil 1.2.3.8.1.01.00 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis, no valor de R\$15.247.188, é resultante das depreciações ocorridas ao longo dos exercícios anteriores, até o presente exercício, pelo desgaste ou perda de utilidade pelo uso dos bens patrimoniais do Órgão.

O ITI adota os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, no que tange aos critérios contábeis de depreciação de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme Macrofunção 020330, da Secretaria do Tesouro Nacional, que trata da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Em relação a reavaliação patrimonial, foi instituída metodologia para ajuste da avaliação patrimonial em 2019, por comissão instituída pela Portaria nº 46, de 19 de julho de 2019. A efetivação dos ajustes patrimoniais decorrentes da reavaliação, que seria desenvolvido em 2020, também não foi efetuada nos exercícios seguintes, o que restou prejudicado os trabalhos, devido ao momento crítico da pandemia, estando previsto para o exercício de 2023.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens teve como parâmetro a tabela descrita na Macrofunção 020330.

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação, no que se refere ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão, foi aplicada uniformemente, utilizando-se as taxas descritas na Macrofunção 020330, com observância ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão. As Demonstrações Contábeis

completas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI estão publicadas na [página do ITI para consulta](#).

5.3. Demonstrações contábeis e notas explicativas

As demonstrações contábeis refletem a conformidade contábil encerrada em 31 de dezembro de 2022, extraídas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil do Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis e as notas explicativas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os dispositivos constantes da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, observando ainda, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, as macrofunções da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e obedecendo ao plano de contas da União - PCASP, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Sendo assim, o presente documento tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do ITI aos diversos usuários.

Serão abordadas as seguintes Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas:

a) Balanço Orçamentário

Tabela 42 | Resumo Balanço Orçamentário

RECEITAS				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	2.387.969,00	2.387.969,00	833.900,00	-1.554.069,00
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-

Receitas de Serviços	2.387.969,00	2.387.969,00	800.020,00	-1.587.949,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.387.969,00	2.387.969,00	800.020,00	-1.587.949,00
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	33.880,00	33.880,00

Receitas de Capital

Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Subtotal de Receitas	2.387.969,00	2.387.969,00	833.900,00	-1.554.069,00
Refinanciamento	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	2.387.969,00	2.387.969,00	833.900,00	-1.554.069,00
Déficit	-	-	29.979.426,02	29.979.426,02
Total	2.387.969,00	2.387.969,00	30.813.326,02	28.425.357,02
Créditos Adicionais Abertos	-	1.762.457,00	-	-1.762.457,00

DESPESAS						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Lotação
Despesas Correntes	26.498.415,00	28.746.751,00	25.574.231,77	21.038.700,90	20.387.370,03	3.172.519,23
Pessoal e Encargos Sociais	8.975.779,00	9.423.165,00	9.421.165,00	8.557.509,19	7.965.954,75	2.000,00
Outras Despesas Correntes	17.522.636,00	19.323.586,00	16.153.066,77	12.481.191,71	12.421.415,28	12.481.191,71
Despesas de Capital	5.789.596,00	5.303.717,00	5.239.094,25	3.046.656,92	3.046.656,92	3.170.519,23

Investimentos	5.789.596,00	5.303.717,00	5.239.094,25	3.046.656,92	3.046.656,92	64.622,75
Subtotal das Despesas	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98
Refinanciamento	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98
Subtotal com Refinanciamento	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98
Total	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98

ANEXO I
 Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	499.416,36	3.660.247,10	25.574.231,77	2.562.553,55	1.093.429,98	503.679,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.181.570,25	9.421.165,00	505.947,89	675.622,36	-
Outras Despesas Correntes	499.416,36	2.478.676,85	16.153.066,77	2.056.605,66	417.807,62	503.679,93
Despesas de Capital	1.920.597,28	5.067.421,42	5.620.597,72	5.620.597,72	50.298,34	1.317.122,64
Investimentos	1.920.597,28	5.067.421,42	5.620.597,72	5.620.597,72	50.298,34	1.820.802,57
Total	2.420.013,64	8.727.668,52	8.183.151,27	8.183.151,27	1.143.728,32	1.820.802,57

ANEXO II
 Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	-	497.917,07	497.917,07	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	446.437,65	446.437,65	-	-
Outras Despesas Correntes	-	51.479,42	51.479,42	-	-

Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Total	-	497.917,07	497.917,07	-	-	-

| Receitas

No âmbito do ITI, a previsão inicial de receita total para o exercício de 2022, foi de R\$2.387.969, exclusivamente de Receitas de Serviços, referente a tarifas cobradas das autoridades certificadoras pelos serviços mediante licenças/renovações concedidas pelo ITI, autoridade AC Raiz. A arrecadação registrada no exercício foi de R\$800.020, correspondente a 33,5% do montante previsto para o ano. O valor de R\$33.880 registrado a título de Outras Receitas Correntes, foi decorrente de multa administrativa aplicada à empresa prestadora de serviços ao Instituto.

Em relação às Despesas de Capital, a previsão inicial de R\$5.789.596 sofreu uma atualização para R\$5.103.717. No entanto, foi empenhado somente R\$67.611, tendo desse valor, liquidado e pago, apenas R\$550,58.

| Despesas

Em relação às despesas, o montante total previsto para o exercício foi de R\$32.288.011, com atualização para R\$33.920.468. O total de despesas empenhadas foi de R\$24.872.588, destacando que, desse montante empenhado, 99,73% referem-se à Despesas Correntes.

Do montante de R\$24.804.977 das Despesas Correntes empenhadas, 37,6% correspondem às despesas com Pessoal e Encargos Sociais e 62,4% com Outras Despesas Correntes, que são utilizadas para cobrir os gastos com as atividades do Instituto. Do total empenhado, foram pagos o montante de R\$14.287.391.

b) Balanço Patrimonial

Tabela 43 | Resumo Balanço Patrimonial

Ativo

Especificação	2022	2021
Ativo Circulante	1.528.159,00	2.375.263,01
Caixa e Equivalente de Caixa	1.458.931,08	2.298.290,02
Estoques	69.227,92	76.972,99
Ativo Não Circulante	25.711.621,17	20.835.050,03
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Investimentos	-	-
Imobilizado	19.516.236,37	18.523.487,59
Bens Móveis	18.308.617,50	16.625.800,68
Bens Móveis	33.555.806,27	29.848.400,93
(-) Depreciação / Amortização / Exaustão Acum. de Bens Móveis	15.247.188,77	13.222.600,25
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	1.207.618,87	1.897.686,91
Bens Imóveis	3.450.340,00	3.450.340,00
(-) Depreciação / Amortização / Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.242.721,13	-1.552.653,09
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-

Intangível	6.195.384,80	2.311.562,44
Softwares	6.195.384,80	2.311.562,44
Softwares	6.195.384,80	2.311.562,44
Diferido	-	-
Total do Ativo	27.239.780,17	23.210.313,04

Passivo		
Especificação	2022	2021
Passivo Circulante	2.081.061,11	4.275.594,24
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.073.615,10	1.160.460,55
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	7.446,01	3.115.133,69
Passivo Não Circulante	-	-
Total do Passivo Exigível	2.081.061,11	4.275.594,24

Patrimônio Líquido		
Especificação	2022	2021
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamento para Futuro	-	-
Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucro	-	-

Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	-	-
Resultados de Exercícios	25.158.719,06	18.934.718,80
Resultados de Exercícios Anteriores	5.820.566,76	5.539.260,90
Resultados de Exercícios Anteriores	18.934.718,80	13.395.457,90
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	403.433,50	-
Total do Patrimônio Líquido	25.158.719,06	18.934.718,80
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	27.239.780,17	23.210.313,04

| Caixa e Equivalente de Caixa

O exercício de 2022 encerrou-se com o total de R\$1.458.931, 36,5% abaixo em relação ao valor de 2021. Representa o montante do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS do ITI para fazer jus às despesas e/ou transferências de recursos.

| Estoques

O estoque do Instituto está representado pelo material de consumo constante no almoxarifado. Houve redução do saldo de 10,1% em relação ao ano anterior, encerrando o exercício com o saldo de R\$69.227. Não houve necessidade de aquisições para reposição de estoque no período devido a pandemia mundial do COVID-19, com redução de consumo de material devido ao trabalho remoto parcial no ano de 2022.

| Imobilizado

O grupo Imobilizado apresentou um aumento de 5,36% em relação ao exercício de 2021, decorrente de aquisições de bens móveis, principalmente, para o reaparelhamento tecnológico e modernização constante do Instituto.

O montante de R\$19.516.236, constante no Grupo Imobilizado, é composto pelos valores líquidos, das contas de Bens Móveis e Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, após a dedução das respectivas depreciações e amortizações. Com isso, o grupo de Bens Móveis encerrou o ano com um saldo de R\$33.555.806, valor este, que sofreu uma depreciação acumulada na ordem de R\$15.247.188, ao longo da vida útil. Para a realização de depreciação dos bens móveis, foram utilizados os critérios descritos na Macrofunção 020330, tais como a metodologia **para estimar a vida útil econômica dos bens, taxas aplicadas para os cálculos da depreciação, e percentual praticado ao valor residual dos bens.**

O Instituto não possui imóveis registrados de sua propriedade. O valor de R\$3.450.340, contabilizada na conta 1.2.3.2.1.08 – Benfeitorias em propriedade de terceiros, refere-se a despesas para a montagem da sala-cofre do ITI, instalada em espaço físico do Anexo III, Ala A, piso inferior, da Presidência da República. A amortização desse montante passou a ser registrado no exercício de 2019 e consta um saldo atualizado até o término de 2022, no valor de R\$2.242.721.

| Intangível

O grupo do Intangível encerrou o quarto trimestre com saldo de R\$6.195.384, ou seja, acréscimo de 168% em relação ao exercício de 2021, decorrente de aquisições de softwares, principalmente, para a atualização e modernização tecnológica do Instituto.

| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O saldo final do ano de 2022 foi de R\$2.073.615, representando um aumento em 78,69% em relação ao exercício de 2021. Esse aumento decorreu em função da readequação de efetivo, com ônus para o instituto, devido às mudanças na gestão institucional.

Cabe ressaltar que o Instituto não dispõe de quadro próprio de servidores, sendo que a força de trabalho advém de funcionários e servidores públicos requisitados de outros órgãos, nomeados sem vínculo e pessoal terceirizado.

| Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo encerrou o exercício de 2022, com saldo referente a consignações no valor de R\$7.446,01, apresentando redução de 99,76% em relação ao registrado em 2021 de R\$3.115.133.

O impacto do decréscimo foi principalmente a baixa da conta de 2.1.8.9.2.06.00 - Transferência Financeiras a Comprovar do exercício de 2021, ocorrido somente em 2022.

c) Balanço Financeiro

Tabela 44 | Resumo Balanço Financeiro

INGRESSOS		
Especificação	2022	2021
Receitas Orçamentárias	833.900,00	2.000.372,90
Ordinárias	-	-
Vinculadas	833.900,00	2.000.372,90
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	833.900,00	2.000.372,90
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	33.490.102,87	38.143.603,93
Resultantes da Execução Orçamentária	25.410.861,27	23.266.197,18
Repasso Recebido	25.410.861,27	19.496.129,46
Repasso Devolvido	-	3.770.067,72
Independentes da Execução Orçamentária	8.079.241,60	14.877.406,75
Transferências Recebidas para o Pagamento de RP	8.079.241,60	14.877.406,75
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	2,00
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-

Recebimentos Extra Orçamentário	7.548.930,37	9.321.036,77
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	651.330,87	497.917,07
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.727.968,20	8.727.668,52
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	168.372,54	95.228,90
Outros Recebimentos Extra Orçamentários	1.258,76	222,28
Arrecadação de Outra Unidade	1.258,76	222,28
Saldo do Exercício Anterior	2.298.290,02	2.917.729,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.298.290,02	2.917.729,72
TOTAL	44.171.223,26	52.382.743,32

DISPÊNDIOS		
Especificação	2022	2021
Receitas Orçamentárias	30.813.326,02	28.782.902,51
Ordinárias	28.425.357,02	26.524.689,51
Vinculadas	2.387.969,00	2.258.213,00
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	188.160,00
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.387.969,00	2.070.053,00
Transferências Financeiras Concedidas	3.049.525,28	9.596.012,34
Resultantes da Execução Orçamentária	3.048.266,52	5.799.932,39
Repasse Concedido	3.032.121,57	2.029.864,67
Repasse Devolvido	16.144,95	3.770.067,72
Independentes da Execução Orçamentária	1.258,76	3.796.079,95
Transferências Concedidas para o Pagamento de RP	-	3.795.855,67
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.258,76	224,28

Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extra Orçamentário	8.849.440,88	11.705.538,45
Pagamentos dos Restos a Pagar Processados	497.917,07	382.096,22
Pagamentos dos Restos a Pagar Não Processados	8.183.151,27	11.228.213,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	168.372,54	95.228,90
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Seguinte	1.458.931,08	2.298.290,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.458.931,08	2.298.290,02
TOTAL	44.171.223,26	52.382.743,32

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie, disponíveis, provenientes do exercício anterior, e os que são transferidos para o exercício seguinte. O balanço evidencia o somatório das operações realizadas durante o exercício.

| Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias arrecadadas no importe de R\$833.300, foi inferior ao exercício de 2021, na ordem de 58,34%, em função da baixa arrecadação de receita de serviços referente a certificação digital.

| Transferências Financeiras Recebidas

O montante das transferências recebidas em 2022 foi de R\$33.490.102, que representa os repasses recebidos do órgão superior, a Presidência da República. Desse montante, o valor de R\$25.410.861 foi

destinado ao pagamento de despesas e investimentos custeados com o orçamento de 2021, restando o montante de R\$8.079.241 que independe da execução orçamentária.

| **Recebimentos Extraorçamentários**

No grupo de Recebimentos Extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento de 2021. O art. 103, da Lei nº 4.320/1964, dispõe que "Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária", pois, "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas".

A Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados, teve uma redução de 23% em relação ao mesmo período de 2021, encerrando o exercício com o montante de R\$6.727.968, enquanto a inscrição de Restos a Pagar Processados apresentou um aumento de 30,8%, encerrando o exercício com saldo de R\$651.330.

| **Transferências Financeiras Concedidas**

O grupo apresentou resultado de R\$3.049.525,28, representando uma redução de 68,2% em relação ao exercício de 2021.

Trata-se de descentralização orçamentária e financeira para a Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, mediante TEDs firmado, com objetivo da continuidade de parcerias, além de acordos com a Presidência da República na utilização do TáxiGov e despesas na sala cofre situada no citado órgão.

| **Pagamentos Extraorçamentários**

O grupo apresentou uma redução de 24,4% em relação ao exercício anterior, encerrando o exercício com o montante de R\$8.849.440.

Em relação aos dispêndios referentes ao pagamento de Restos a Pagar Não Processados o montante final foi de R\$8.183.151, ou seja, uma redução de 27,1% considerando o mesmo período do ano de 2021.

Tais dispêndios foram liquidados obedecendo a programação financeira estabelecida pela Presidência da República.

| Saldo para o Exercício Seguinte

O Resultado Financeiro do Exercício foi superavitário no período em R\$1.458.931, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o Balanço Financeiro do exercício seguinte. O saldo do exercício anterior foi R\$2.298.290, o que demonstra que os dispêndios superaram os ingressos em R\$839.358.

d) Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 45 | Resumo Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas	37.972.273,95	41.224.199,11
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	37.972.273,95	41.224.199,11
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	800.020,00	2.000.372,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	34.025.265,19	38.143.603,93
Outras Transferências e Delegações Recebidas	535.162,32	-
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	3.111.850,00	1.080.000,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.111.850,00	1.080.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	35.138,76	222,28
Variações Patrimoniais Diminutivas	32.151.707,19	35.684.938,21
Pessoal e Encargos	10.182.591,50	9.253.941,00
Remuneração a Pessoal	3.241.669,99	2.635.631,30

Encargos Patronais	307.422,74	315.935,22
Benefícios a Pessoal	354.698,94	359.238,19
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	6.278.799,83	5.943.136,29
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	223.439,85	220.321,25
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	223.439,85	220.321,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17.749.828,75	14.595.299,25
Uso de material de Consumo	119.690,14	33.156,58
Serviços	13.781.749,59	11.948.382,95
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.848.389,02	2.613.759,72
Transferências e Delegações Concedidas	3.049.525,28	9.596.012,34
Transferências Intragovernamentais	3.049.525,28	9.596.012,34
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	880.890,30	1.921.929,82
Perdas Involuntárias	331.354,30	7.929,82
Desincorporação de Ativos	549.536,00	-
Tributárias	65.431,51	61.686,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	54.947,71	52.485,34
Contribuições	10.483,80	9.201,00
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Resultado Patrimonial do Período	5.820.556,76	5.539.260,90

| Exploração de Vendas de Bens, Serviços e Direitos

Representou 2,1% das Variações Patrimoniais Aumentativas no ano de 2022. Em relação ao mesmo período de 2021, o valor foi reduzido em 60%, em virtude da baixa arrecadação de receita de serviços referente à certificação digital.

| Transferências e Delegações Recebidas

O citado grupo representou 89,6% das Variações Patrimoniais Aumentativas do período analisado. Efetuando comparação com o mesmo período do exercício de 2020, houve uma redução de 10,8%, em função dos recursos recebidos para aquisição e fornecimento de módulo de segurança criptográfico.

| **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

Com uma representação de 55,2% do montante das Variações Patrimoniais Diminutivas, o grupo apresentou um aumento de 14,2% em relação ao mesmo período de 2021, encerrando o ano com saldo de R\$17.749.828. Trata-se dos gastos em geral para a manutenção das atividades do Instituto.

| **Transferências e Delegações Concedidas**

Nas Transferências e Delegações Concedidas houve uma redução de 68,2% em relação ao mesmo período de 2021, encerrando o exercício com saldo de R\$3.049.525. Trata-se de repasse de valores para a Presidência da República, e Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, sala cofre.

| **Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos**

Diminuição de 54,2% em 2022, representando apenas 2,74% das Variações Patrimoniais Diminutivas. Trata-se, em sua maior parte, da desincorporação de ativo, referente a transferência de bens ao TSE, adquiridos com recursos advindos daquele Tribunal, destinados em sua maioria, para aquisição e fornecimento de módulos criptográficos ao citado órgão.

| **Resultado Patrimonial do Período**

O Resultado Patrimonial do Instituto no exercício de 2021 manteve-se positivo em R\$5.820.566, ante ao resultado do mesmo período em 2020, no valor de R\$5.539.260. As Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA encontram-se 18% maiores que as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

e) Demonstração de Fluxo de Caixa

Tabela 46 | Resumo Fluxo de Caixa

	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	7.827.895,70	9.335.492,21
Ingressos	7.827.634,17	40.239.428,01
Receita de Serviços	800.020,00	2.000.372,90
Outras Receitas Derivadas e Originárias	33.880,00	-
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	33.659.734,17	38.239.055,11
Ingressos Extraorçamentários	168.372,54	95.228,90
Transferências Financeiras Recebidas	33.490.102,87	38.143.603,93
Arrecadação de Outra Unidade	1.258,76	222,28
Desembolsos	-26.665.738,47	-30.903.935,80
Pessoal e Demais Despesas	-23.140.417,91	-20.896.759,34
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-307.422,74	-315.935,22
Intragovernamentais	-307.422,74	-315.935,22
Outros Desembolsos Operacionais	-3.217.897,82	-9.691.241,24
Dispêndios Extraorçamentários	-168.372,54	-95.228,90
Transferências Financeiras Concedidas	-3.049.525,28	-9.596.012,34
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-8.667.254,64	-9.954.931,91
Ingressos	-	-
Desembolsos	-8.667.254,64	-9.954.931,91
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.772.756,28	-8.702.439,94
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.894.498,36	-1.252.491,97
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-8.667.254,64	-9.954.931,91

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-839.358,94	-619.439,70
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	2.298.290,02	2.917.729,72
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1.458.931,08	2.298.290,02

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

| **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

Compreende a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas.

Em 2022, houve redução no fluxo operacional de 16,2% em relação ao mesmo período de 2021, encerrando o exercício com o montante de R\$7.827.895. Houve também redução de 14,3% nos ingressos, que são compostos quase que inteiramente por receitas de serviços, advindas das transferências financeiras recebidas.

Os desembolsos operacionais apresentaram uma variação de 13,7% em relação ao exercício anterior. Os gastos com pessoal e os serviços administrativos totalizaram R\$23.140.417, com variação próximo de 10,7% em relação ao mesmo período de 2021.

| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos**

Compreende a diferença entre os ingressos de caixa em função de alienação de bens, amortização de empréstimos e financiamentos e os desembolsos com aquisições de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos. No caso do ITI, trata-se, quase totalmente, de investimentos na aquisição de ativos para reaparelhamento tecnológico do Instituto.

Em 2022, houve variação aproximadamente de 13% no fluxo de investimentos. Não havia ingressos de caixa neste fluxo. Os desembolsos com aquisição de Ativos Não Circulante tiveram uma variação aproximada de 45%, encerrando o exercício com R\$4.772.756.

| **Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**

No exercício de 2022, houve geração de caixa negativa no montante de R\$839.358. Com isso, o saldo final de caixa final de 2022 foi de R\$1.458.931.

6. Anexos

Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2022	PERÍODO Anual
SUBTITULO	24208 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA	EMISSAO 26/01/2023	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias		
Ordinárias	-	-	Ordinárias	30.813.326,02	28.782.902,51
Vinculadas	833.900,00	2.000.372,90	Vinculadas	28.425.357,02	26.524.689,51
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.387.969,00	2.258.213,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	833.900,00	2.000.372,90	Previdência Social (RPPS)	-	188.160,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.387.969,00	2.070.053,00
Transferências Financeiras Recebidas	33.490.102,87	38.143.603,93	Transferências Financeiras Concedidas	3.049.525,28	9.596.012,34
Resultantes da Execução Orçamentária	25.410.861,27	23.266.197,18	Resultantes da Execução Orçamentária	3.048.266,52	5.799.932,39
Repasso Recebido	25.410.861,27	19.496.129,46	Repasso Concedido	3.032.121,57	2.029.864,67
Repasso Devolvido		3.770.067,72	Repasso Devolvido	16.144,95	3.770.067,72
Independentes da Execução Orçamentária	8.079.241,60	14.877.406,75	Independentes da Execução Orçamentária	1.258,76	3.796.079,95
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.079.241,60	14.877.404,75	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.795.855,67	
Movimentação de Saldos Patrimoniais		2,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.258,76	224,28
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	7.548.930,37	9.321.036,77	Pagamentos Extraorçamentários	8.849.440,88	11.705.538,45
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	651.330,87	497.917,07	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	497.917,07	382.096,22
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.727.968,20	8.727.668,52	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	8.183.151,27	11.228.213,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	168.372,54	95.228,90	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	168.372,54	95.228,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.258,76	222,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.258,76	222,28			
Saldo do Exercício Anterior	2.298.290,02	2.917.729,72	Saldo para o Exercício Seguinte	1.458.931,08	2.298.290,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.298.290,02	2.917.729,72	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.458.931,08	2.298.290,02
TOTAL	44.171.223,26	52.382.743,32	TOTAL	44.171.223,26	52.382.743,32

**JOSE DORNELAS
 BATISTA**

Assinado de forma digital por
JOSE DORNELAS BATISTA
 Dados: 2023.01.27 11:20:13
 -03'00'


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2022	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA	EMISSÃO	26/01/2023	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxes				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços	2.387.969,00	2.387.969,00	800.020,00	-1.587.949,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.387.969,00	2.387.969,00	800.020,00	-1.587.949,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			33.880,00	33.880,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			33.880,00	33.880,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA	EMISSÃO 26/01/2023	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
Outras Receitas de Capital					
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.387.969,00	2.387.969,00	833.900,00	-1.554.069,00	
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito Internas					
Mobilária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas					
Mobilária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.387.969,00	2.387.969,00	833.900,00	-1.554.069,00	
DEFÍCIT				29.979.426,02	29.979.426,02
TOTAL	2.387.969,00	2.387.969,00	30.813.326,02	28.425.357,02	
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS					
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	1.762.457,00	-	-1.762.457,00

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	26.498.415,00	28.746.751,00	25.574.231,77	21.038.700,90	20.387.370,03	3.172.519,23
Juros e Encargos da Dívida	8.975.779,00	9.423.165,00	9.421.165,00	8.557.509,19	7.965.954,75	2.000,00
Outras Despesas Correntes	17.522.636,00	19.323.586,00	16.153.066,77	12.481.191,71	12.421.415,28	3.170.519,23
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	5.789.596,00	5.303.717,00	5.239.094,25	3.046.656,92	3.046.656,92	64.622,75
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual	
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA	EMISSÃO 26/01/2023	PÁGINA 3	
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	499.416,36	3.660.247,10	2.562.553,55	2.562.553,55	1.093.429,98	503.679,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.181.570,25	505.947,89	505.947,89	675.622,36	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	499.416,36	2.478.676,85	2.056.605,66	2.056.605,66	417.807,62	503.679,93
DESPESAS DE CAPITAL	1.920.597,28	5.067.421,42	5.620.597,72	5.620.597,72	50.298,34	1.317.122,64
Investimentos	1.920.597,28	5.067.421,42	5.620.597,72	5.620.597,72	50.298,34	1.317.122,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.420.013,64	8.727.668,52	8.183.151,27	8.183.151,27	1.143.728,32	1.820.802,57

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	497.917,07	497.917,07	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	446.437,65	446.437,65	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	51.479,42	51.479,42	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	497.917,07	497.917,07	-	-

**JOSE DORNELAS
BATISTA**

Assinado de forma digital por JOSE
DORNELAS BATISTA
Dados: 2023.01.27 11:20:47 -03'00'


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCICIO 2022	PERÍODO Anual
SUBTITULO	24208 - INSTITUTO NAC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA		EMISSAO 26/01/2023	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	1.528.159,00	2.375.263,01	PASSIVO CIRCULANTE	2.081.061,11	4.275.594,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.458.931,08	2.298.290,02	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.073.615,10	1.160.460,55
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Estoques	69.227,92	76.972,99	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	7.446,01	3.115.133,69
ATIVO NÃO CIRCULANTE	25.711.621,17	20.835.050,03	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.081.061,11	4.275.594,24
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	19.516.236,37	18.523.487,59	Resultados Acumulados	25.158.719,06	18.934.718,80
Bens Móveis	18.308.617,50	16.625.800,68	Resultado do Exercício	5.820.566,76	5.539.260,90
Bens Móveis	33.555.806,27	29.848.400,93	Resultados de Exercícios Anteriores	18.934.718,80	13.395.457,90
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-15.247.188,77	-13.222.600,25	Ajustes de Exercícios Anteriores	403.433,50	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	1.207.618,87	1.897.686,91	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.158.719,06	18.934.718,80
Bens Imóveis	3.450.340,00	3.450.340,00			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.242.721,13	-1.552.653,09			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	6.195.384,80	2.311.562,44			
Softwares	6.195.384,80	2.311.562,44			
Softwares	6.195.384,80	2.311.562,44			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	2022	PERÍODO	Anual
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA		EMISSÃO	26/01/2023	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2022	2021	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.			ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	27.239.780,17	23.210.313,04	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.239.780,17	23.210.313,04

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	1.458.931,08	2.298.290,02	PASSIVO FINANCEIRO	9.200.101,64	12.142.498,25
ATIVO PERMANENTE	25.780.849,09	20.912.023,02	PASSIVO PERMANENTE	1.429.730,24	3.280.778,15
			SALDO PATRIMONIAL	16.609.948,29	7.787.036,64

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Altos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Altos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.099.560,64	3.636.385,34	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7.661.412,09	7.775.259,67
Altos Potenciais Ativos	2.099.560,64	3.636.385,34	Altos Potenciais Passivos	7.661.412,09	7.775.259,67
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.099.560,64	2.320.912,94	Garantias e Contragarantias Concedidas	*	*
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	1.315.472,40	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	7.661.412,09	7.775.259,67
Outros Altos Potenciais Ativos	-	-	Outros Altos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	2.099.560,64	3.636.385,34	TOTAL	7.661.412,09	7.775.259,67

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-7.859.474,61
Recursos Vinculados		118.303,95
Previdência Social (RPPS)		-
Divida Pública		-128.000,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog		246.303,95
TOTAL		-7.741.170,66

Assinado de forma digital por JOSE
JOSE DORNELAS BATISTA
 Dados: 2023.01.27 11:21:08 -03'00'



EXERCICIO	2022	PERÍODO	Anual
EMISSAO	26/01/2023	PAGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.827.895,70	9.335.492,21
INGRESSOS		
Receita Tributária	34.493.634,17	40.239.428,01
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	800.020,00	2.000.372,90
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	33.880,00	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	33.659.734,17	38.239.055,11
Ingressos Extraorçamentários	168.372,54	95.228,90
Transferências Financeiras Recebidas	33.490.102,87	38.143.603,93
Arrecadação de Outra Unidade	1.258,76	222,28
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-13.500,00
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-3.400,39
Cultura	-	-2.800,00
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCICIO 2022	PERÍODO Anual
		EMISSAO 26/01/2023	PAGINA 2
		VALORES EM UNIDADES DE REAL	
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA		
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPÚBLICA		
		2022	2021
Comunicações		+	+
Energia		+	+
Transporte		+	+
Desporto e Lazer		+	+
Encargos Especiais		+	+
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		+	+
Juros e Encargos da Dívida		+	+
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		+	+
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		+	+
Outros Encargos da Dívida		+	+
Transferências Concedidas		-307.422,74	-315.935,22
Intergovernamentais		+	+
A Estados e/ou Distrito Federal		+	+
A Municípios		+	+
Intragovernamentais		-307.422,74	-315.935,22
Outras Transferências Concedidas		+	+
Outros Desembolsos Operacionais		-3.217.897,82	-9.691.241,24
Despesas Extraorçamentárias		-168.372,54	-95.228,90
Transferências Financeiras Concedidas		-3.049.525,28	-9.596.012,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-8.667.254,64	-9.954.931,91
INGRESSOS		+	+
Alienação de Bens		+	+
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		+	+
Outros Ingressos de Investimentos		+	+
DESEMBOLSOS		-8.667.254,64	-9.954.931,91
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.772.756,28	-8.702.439,94
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		+	+
Outros Desembolsos de Investimentos		-3.894.498,36	-1.252.491,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		+	+
Operações de Crédito		+	+
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		+	+
Transferências de Capital Recebidas		+	+
Outros Ingressos de Financiamento		+	+
DESEMBOLSOS		+	+
Amortização / Refinanciamento da Dívida		+	+
Outros Desembolsos de Financiamento		+	+
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-839.358,94	-619.439,70
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.298.290,02	2.917.729,72
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.458.931,08	2.298.290,02

 JOSE DORNELAS
 BATISTA


 Assinado de forma digital por JOSE
 DORNELAS BATISTA
 Dados: 2023.01.27 11:21:46 -03'00'


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual	
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA	EMISSÃO 26/01/2023	PÁGINA 1	
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
		2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		37.972.273,95	41.224.199,11
Impostos		•	•
Taxas		•	•
Contribuições de Melhoria		•	•
Contribuições		•	•
Contribuições Sociais		•	•
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		•	•
Contribuição de Iluminação Pública		•	•
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		•	•
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		800.020,00	2.000.372,90
Venda de Mercadorias		•	•
Vendas de Produtos		•	•
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		800.020,00	2.000.372,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		•	•
Juros e Encargos de Mora		•	•
Variações Monetárias e Cambiais		•	•
Desccontos Financeiros Obtidos		•	•
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		•	•
Aportes do Banco Central		•	•
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		•	•
Transferências e Delegações Recebidas		34.025.265,19	38.143.603,93
Transferências Intragovernamentais		33.490.102,87	38.143.603,93
Transferências Intergovernamentais		•	•
Transferências das Instituições Privadas		•	•
Transferências das Instituições Multigovernamentais		•	•
Transferências de Consórcios Públicos		•	•
Transferências do Exterior		•	•
Execução Orçamentária Delegada de Entes		•	•
Transferências de Pessoas Físicas		•	•
Outras Transferências e Delegações Recebidas		535.162,32	•
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		3.111.850,00	1.080.000,00
Reavaliação de Ativos		•	•
Ganhos com Alienação		•	•
Ganhos com Incorporação de Ativos		•	•
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.111.850,00	1.080.000,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		•	•
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		35.138,76	222,28
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		•	•
Resultado Positivo de Participações		•	•
Operações da Autoridade Monetária		•	•



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA	EMISSÃO 26/01/2023	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	35.138,76	222,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	32.151.707,19	35.684.938,21
Pessoal e Encargos	10.182.591,50	9.253.941,00
Remuneração a Pessoal	3.241.669,99	2.635.631,30
Encargos Patronais	307.422,74	315.935,22
Benefícios a Pessoal	354.698,94	359.238,19
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	6.278.799,83	5.943.136,29
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	223.439,85	220.321,25
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	223.439,85	220.321,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17.749.828,75	14.595.299,25
Uso de Material de Consumo	119.690,14	33.156,58
Serviços	13.781.749,59	11.948.382,95
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.848.389,02	2.613.759,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.049.525,28	9.596.012,34
Transferências Intragovernamentais	3.049.525,28	9.596.012,34
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	880.890,30	1.921.929,82
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com alienação	-	-
Perdas Involuntárias	331.354,30	7.929,82
Incorporação de Passivos	-	1.914.000,00
Desincorporação de Ativos	549.536,00	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual	
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA	EMISSÃO 26/01/2023	PÁGINA 3	
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	65.431,51	61.686,34
Contribuições	54.947,71	52.485,34
	10.483,80	9.201,00
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	•	•
Custos dos Produtos Vendidos	•	•
Custos dos Serviços Prestados	•	•
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações	•	•
Resultado Negativo de Participações	•	•
Operações da Autoridade Monetária	•	•
Incentivos	•	•
Subvenções Económicas	•	•
Participações e Contribuições	•	•
Constituição de Provisões	•	•
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	•	35.748,21
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	5.820.566,76	5.539.260,90
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2022	2021

**JOSE DORNELAS
BATISTA**

Assinado de forma digital por JOSE
DORNELAS BATISTA
Dados: 2023.01.27 11:22:09 -03'00'

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2022, do Órgão 24208 - Instituto Nacional de Tecnologia e Informação – ITI.

A presente declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022, que é realizada pelo Serviço de Contabilidade do ITI, pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, sistema do Governo Federal, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Brasília-DF, 27 de janeiro de 2023

JOSE DORNELAS
BATISTA

Assinado de forma digital por
JOSE DORNELAS BATISTA
Dados: 2023.01.27 11:22:27 -03'00'

José Dornelas Batista
Contador - CRC/DF 7.089

7. Abreviaturas

- **AARB** – Associação das Autoridades de Registro do Brasil
- **AC** – Autoridade Certificadora ACT – Autoridade de Carimbo do Tempo
- **AGU** – Advocacia-Geral da União ANCD – Associação Nacional de Certificação Digital
- **AR** – Autoridade de Registro
- **ASCOM** – Assessoria de Comunicação
- **ASESP** – Assessoria Especial
- **ATID** – Associação Brasileira de Tecnologia e Identificação Digital
- **BIPM** – Bureau International des Poids et Mesures (Escritório Internacional de Pesos e Medidas)
- **BF** – Balanço Financeiro
- **BO** – Balanço Orçamentário
- **BP** – Balanço Patrimonial Câmara
- **E.Net** – Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico
- **CC/PR** – Casa Civil da Presidência da República
- **CCD** – Centro de Certificação Digital
- **CG** – Comitê Gestor
- **CGAFI** – Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização
- **CGD** – Comitê de Governança Digital
- **CGISI** – Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação
- **CGNPE** – Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa
- **CGOPE** – Coordenação-Geral de Operações
- **CGPOA** – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração
- **CGRC-GD** – Comitê de Governança, Riscos, Controles e de Governança Digital
- **CGU** – Controladoria-Geral da União
- **CGU-PAD** – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
- **CISET** – Secretaria de Controle Interno

- **CNB** – Colégio Notarial do Brasil
- **COAUD** – Coordenação de Auditoria Interna
- **COEFI** – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
- **COLIC** – Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios
- **COPOM** – Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional
- **COSIN** – Coordenação de Segurança da Informação
- **COTEC** – Coordenação de Infraestrutura Tecnológica
- **COTIC** – Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações
- **DAFN** – Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização
- **DFC** – Demonstração do Fluxo de Caixa
- **DILOG** – Divisão de Recursos Logísticos
- **DINFRA** – Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas
- **DN** – Decisão Normativa
- **DNI** - Documento Nacional de Identidade
- **DOC-ICP** – Documento Principal da ICP-Brasil
- **DOU** – Diário Oficial da União
- **DPV** – Demonstrações das Variações Patrimoniais
- **EAT** – Entidade de Auditoria do Tempo
- **e-GOV** – Governo Eletrônico
- **EOR** – Execução do Orçamento
- **e-OUV** – Ouvidoria Eletrônica/CGU
- **e-SIC** – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
- **FALABR** - Plataforma integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação desenvolvida pela Controladoria Geral da União – CGU
- **FCT** – Fonte Confiável do Tempo
- **GABIN** – Gabinete
- **GT** – Grupo de Trabalho

- **IAT** – Índice de Atendimento às Demandas de TIC
- **ICP-Brasil** – Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
- **IDC** – Índice de Disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
- **IEC** – Índice de Exposição em Canais de Comunicação
- **IFC** – Índice de Fraude por Certificados Emitidos IN – Instrução Normativa
- **INMETRO** – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
- **IOP** – Índice de Otimização de Processos
- **ISA** – Índice de Satisfação
- **ISC** – Índice de Serviços e Aplicações com uso de Certificação Digital
- **IT** – Instalação Técnica
- **ITC** – Índice de Tempo Médico de Credenciamento
- **ITI** – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
- **ITS** – Instalação Técnica Secundária
- **LAI** – Lei de Acesso à Informação
- **LCR** – Lista de Certificados Revogados
- **LOA** – Lei Orçamentária Anual
- **NBC** – Normas Brasileiras de Contabilidade
- **NF-e** – Nota Fiscal Eletrônica
- **PAINT** – Plano Anual de Auditoria Interna
- **PC** – Política de Certificado
- **PDA** – Plano de Dados Abertos
- **PDTIC** – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
- **PE** – Planejamento Estratégico
- **PFESP** – Procuradoria Federal Especializada
- **PJ-e** – Processo Judicial Eletrônico
- **PO** – Plano Orçamentário

- **POSIC** – Política de Segurança da Informação e das Comunicações
- **PP** – Posto Provisório
- **PPA** – Plano Plurianual
- **PR** – Presidência da República
- **PSBio** – Prestadores de Serviço Biométrico
- **PSC** – Prestador de Serviço de Confiança
- **PSS** – Prestadores de Serviço de Suporte
- **RAP** – Restos a Pagar
- **SECON** – Serviço de Contabilidade
- **SEGEP** – Serviço de Gestão de Pessoas
- **SEI** – Sistema Eletrônico de Informações
- **SERPRO** – Serviço Federal de Processamento de Dados
- **SG/PR** – Secretaria-Geral da Presidência da República
- **SIADS** – Sistema Integrado de Administração de Serviços
- **SIAFI** – Sistema Integrado de Administração Financeira
- **SIAPE** – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
- **SIASG** – Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
- **SIC** – Serviço de Informação ao Cidadão
- **SINAID** – Sistema Nacional de Assinatura e Identificação Digital Brasileira
- **STN** – Secretaria do Tesouro Nacional
- **TCU** – Tribunal de Contas da União
- **TED** – Termo de Execução Descentralizada
- **TI** – Tecnologia da Informação
- **TIC** – Tecnologia da Informação e Comunicação
- **TSE** – Tribunal Superior Eleitoral
- **UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

- **UG** – Unidade Gestora
- **UnB** – Universidade de Brasília
- **UPC** – Unidade Prestadora de Contas
- **UTC** – Coordinated Universal Time (Tempo Universal Coordenado)
- **VCGE** – Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

8. Links

Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5480.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6605&ano=2008&ato=02ekXQU50dVpWT55a>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9637.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9982&ano=2019&ato=413IzZU9keZpWT4dc>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.139-de-28-de-novembro-de-2019-230458659>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Decreto nº 10.626, de 11 de fevereiro de 2021. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10626&ano=2021&ato=8efUTU61UMZpWT559>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10779.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Decreto nº 10.907, de 20 de dezembro de 2021. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10907&ano=2021&data=20/12/2021&ato=77aUTSU9UMZpWT061>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Decreto nº 11.086, de 30 de maio de 2022. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.086-de-30-de-maio-de-2022-404078161>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Decreto nº 11.206 de 26 de setembro de 2022. Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=11206&ano=2022&data=26/09/2022&ato=5e4cXWq5kMZpWT1c8>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

DN TCU nº 187/2020, de 09 de setembro de 2020. Disponível em:

<<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/normas-e-orientacoes-para-contas-do-exercicio-de-2020-e-seguientes.htm>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Instrução Normativa nº 03 de 11 de fevereiro de 2015. Disponível em:

<<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-3-de-11-de-fevereiro-de-2015>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

IN TCU nº 84/2020, de 22 de abril de 2020. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

IN nº 05/2021 de 27/08/2021. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-5-de-27-de-agosto-de-2021-342352374>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

IN nº 21, de 23 de março de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/instrucoes-normativas/IN2022_21_revogacoes.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

IN nº 22, de 23 de março de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/instrucoes-normativas/IN2022_22_DOC-ICP-01.01.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

IN nº 23, de 12 de março de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/instrucoes-normativas/IN2022_23_Condominios.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

IN nº 24, de 27 de maio de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/instrucoes-normativas/IN2022_24_DOC-ICP-05.03.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

IN nº 25, de 22 de setembro de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/instrucoes-normativas/IN2022_25_revoga_IN04_2020.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

IN nº 26, de 20 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://repositorio.iti.gov.br/instrucoes-normativas/IN2022_26_CAR.htm>.

Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm>.
Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13848.htm>.
Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14063.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

NBCT 16.9 - Resolução CFC nº 1.136, de 21 de novembro de 2008. Disponível em:

<http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/legislacao/tipolegisl/nbct1609.pdf>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

NBCT 16.10 - Resolução CFC nº 1.137, de 21 de novembro de 2008. Disponível em:

<http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/legislacao/tipolegisl/nbct1610.pdf>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Portaria CISET nº 60, de 20 de novembro de 2017. Disponível em:

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/estrutura/secretaria_de_controle_interno/arquivos/normativos/portaria-no-60-de-20-de-novembro-de-2017.pdf>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Portaria CISET/SG/PR nº 16, de 13 de abril de 2021. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-ciset/sg/pr-n-16-de-13-de-abril-de-2021-314028536>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Portaria nº 20, de 27 de abril de 2020. Disponível em:

<<https://www.gov.br/iti/pt-br/central-de-conteudo/sei-iti-0426070-portaria-020-pdf>>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Resolução nº 199, de 15 de março de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/resolucoes/Resolucao199_manual_uso_marca.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Resolução nº 200, de 15 de março de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/resolucoes/Resolucao200_revogacoes2.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Resolução nº 201, de 15 de março de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/resolucoes/Resolucao201_altera_prazo_RCT.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Resolução nº 202, de 15 de março de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/resolucoes/Resolucao202_revogacao_estado_emergencia.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Resolução nº 203, de 15 de março de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/resolucoes/Resolucao203_relatorio_auditoria.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Resolução nº 204, de 15 de março de 2022. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/resolucoes/Resolucao204_gerenciamento_PUK.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

Resolução nº 177, de 20 de outubro de 2020. Disponível em:

<https://repositorio.iti.gov.br/resolucoes/Resolucao177_DOC-ICP-05.htm>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.